

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

ANA PAULA CUPERTINO DA SILVA

**A PRODUÇÃO SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO DA
ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL ENTRE 2010 E 2020**

VITÓRIA

2022

ANA PAULA CUPERTINO DA SILVA

**A PRODUÇÃO SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO DA
ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL ENTRE 2010 E 2020**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção título de Mestre em Política Social.
Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Fabiola Xavier leal.

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S586p Silva, Ana Paula Cupertino da, 1987-
A Produção sobre a questão étnico racial na pós-graduação da área de serviço social no Brasil entre 2010 e 2020 / Ana Paula Cupertino da Silva. - 2022.
165 f. : il.

Orientadora: Fabiola Xavier Leal.
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Questão Étnico Racial. 2. Pós-Graduação. 3. Serviço Social. I. Leal, Fabiola Xavier. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

ANA PAULA CUPERTINO DA SILVA

**A PRODUÇÃO SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL
NA PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO
SOCIAL NO BRASIL ENTRE 2010 E 2020**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 29 de abril de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Professora Doutora Fabiola Xavier Leal
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo**

**Professora Doutora Maria Helena Elpidio Abreu
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Professora Doutora Cláudia Mônica dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora**

Av. Fernando Ferrari, 514. Vitória/ES – CEP: 29075-910. Campus de Goiabeiras Tel.:3145-5370
E-mail: politicassocial.ufes@gmail.com. <http://www.politicassocial.ufes.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
FABIOLA XAVIER LEAL - SIAPE 2509980
Departamento de Serviço Social - DSS/CCJE
Em 02/05/2022 às 08:51

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/460617?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por MARIA HELENA ELPIDIO ABREU - MATRÍCULA 2324157
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Política Social
Em 03/05/2022 às 11:04

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/462020?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses três anos de mestrado prolongado pelas questões estruturais agudizadas pela pandemia da COVID – 19 tenho muito que agradecer e quem agradecer, por ter me fortalecido nesse árduo e pedregoso caminho.

Assim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de estudos recebida sem qual não conseguiríamos realizar esse trabalho.

Agradeço a Profa Dra Fabiola Xavier Leal (orientadora) pelo esforço realizado para concretização desse trabalho.

Agradeço ao Grupo de Estudo Fênix pela oportunidade de participar da pesquisa sobre a judicialização da saúde no estado do Espírito Santo.

Agradeço aos docentes da pós-graduação em Política Social pelas aulas ministradas.

Agradeço aos colegas de turma 2019/1 pelas reflexões teóricas e afetos.

Agradeço aos colegas do Grupo de estudo Ilê Si Imo da UFES pelas trocas teóricas sobre o debate étnico racial.

Agradeço aos colegas do Grupo de Estudo Estudando Clóvis Moura pelas reflexões sobre o pensamento desse autor.

Agradeço as universidades que ofertaram cursos/seminários/simpósios e grupos de estudo que abordavam a questão étnico racial através de diversos autores, mas principalmente de autores negros.

Agradeço a minha mãe Nilza que mesmo buscando forças para romper no seu tratamento de câncer de mama sempre me dizia nos corredores dos hospitais ou em casa que eu iria finalizar a dissertação, nesses momentos ela era minha força e eu a dela nesses dois caminhos.

Agradeço ao meu Pai Paulo por custear a internet mesmo recebendo um salário mínimo correspondente a aposentadoria e que devido o arrocho agudizado pela pandemia até cogitou parar de pagar, mas se lembrou de que meus estudos dependiam da internet e a essa altura a bolsa já tinha acabado e assim continuou a pagar, e também por pagar o concerto do notebook para que os próximos projetos profissionais possam seguir, obrigada por essa generosidade e esforço.

Agradeço minhas tias e primo maternos por acompanharem a minha mãe em alguns procedimentos para que eu pudesse trabalhar mais na dissertação.

Agradeço a minha prima Simônica por ter me fortalecido nessa caminhada e por me emprestar o notebook para terminar o trabalho.

Agradeço a minha amiga Aristela por me consolar nos dias de choro por realizar planos e às vezes as diversas situações mudarem a rota, obrigada pelos afetos, sorrisos e diálogos nessa trajetória.

Agradeço a Lara pelo seu olhar curioso e carinhoso durante as atividades de pesquisa no grupo de estudo e pesquisa Fênix e pelos diálogos fora desse espaço.

Agradeço a Sueli por me dar algumas dicas sobre criação de gráficos.

Agradeço a Bianca por me proporcionar conselhos valiosos sobre a vida e trajetória profissional e acadêmica, e por ter sido a leitora dos textos que deram vida a essa dissertação.

Agradeço a Bruna por me fazer sorrir com sua indignação diante das injustiças estruturais da sociedade.

Agradeço ao Leonardo que com sua simplicidade foi consolo nos momentos em que estava cansada de percorrer esse longo e árduo caminho de me tornar mestre em Política Social.

Agradeço a Renata pelas contribuições sobre o universo da pesquisa.

Agradeço a Mercedes por me olhar com firmeza e me passar força e cuidado com as sessões de acupuntura no primeiro e segundo semestre do mestrado.

Agradeço a mim mesma por não ter desistido diante das questões estruturais que me cercam na sociedade e que reverberam no âmbito do ensino superior.

Assim, a força e afeto de muitas e muitos e em diversos lugares me possibilita dizer: que sou *Resistência!*

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância.
O eco da vida-liberdade
(EVARISTO, 2021).

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar as produções sobre o debate da questão étnico racial nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social entre 2010 e 2020, visando apontar um panorama desse debate articulado com os fundamentos histórico teórico-metodológicos do Serviço Social. E os objetivos específicos: identificar as produções nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social, visando mapear esse cenário no contexto da produção de conhecimento da área 32; mapear as produções por instituição, ano, debates, linhas e grupos de pesquisa do programa, visando aprimorar os debates sobre a formação profissional em Serviço Social. Foi realizada coleta de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com os descritores *étnico racial*, *questão racial* e *racismo* e foram encontrados 166 trabalhos, sendo 109 dissertações e 57 teses. E também foram coletados dados nos *sites* dos 35 PPG da área de Serviço Social onde foram extraídos dados sobre as linhas e grupos de pesquisa desses programas. Os dados foram tratados através da técnica de análise de conteúdo de acordo com Bardin (1977). A direção da análise é histórica e crítica a partir do método marxiano que orienta as análises da categoria, no sentido de reivindicar o debate étnico racial como elemento estruturante dos currículos dos cursos de PG da área de Serviço Social. Foram realizadas reflexões sobre a relevância do debate étnico racial na formação profissional e continuada em Serviço Social a partir das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Serviço Social do Projeto Ético Político do Serviço Social e Código de Ética da profissão. E também sobre o Serviço Social como profissão e área de conhecimento no campo das Ciências Sociais aplicadas, o que vem contribuindo para aumento do alcance da produção de conhecimento da profissão e consolidação da Pós-graduação na área de Serviço Social. Foi possível identificar que a maioria dos trabalhos vem centrando nos debates estruturais, na questão social e étnico racial na formação profissional em Serviço Social e foram encontrados trabalhos tanto nos Programas que possuem linha ou grupo que mencionam o debate étnico racial nas ementas como nos programas que não possuem esses elementos. Sendo assim, em oposição à produção e reprodução do silenciamento e secundarização da questão étnico racial pela dinâmica das relações sociais capitalistas o debate étnico racial vem comparecendo nos trabalhos, nas linhas e grupos de pesquisa dos PPG da área de Serviço Social.

Palavras-chave: Questão Étnico Racial, Pós-Graduação, Serviço Social.

ABSTRACT

This dissertation is like productions on the debate on the racial ethnic issue in the graduate programs of the graduation in the area of Social Work between 2010 and with the objective of pointing out an overview of this debate articulated with the theoretical-methodological of Social Work. And the specific objectives: to identify how to post-production of production programs in the Social Work area, to map the production of this scenario in the context of the 32nd knowledge area; to map the productions by institution, year, debates, research lines of the program, aiming to improve the debates on professional training in Social. Data collection was carried out in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, with the descriptors ethnic-racial, racial issue and racism and 166 works were found, of which 109 were dissertations and 57 theses. And the data were also collected on the websites of the 35 PPGs in the Social Service area, from where the data of the lines and research groups of these programs were extracted. Data were treated using the content analysis technique according to Bardin (1977). The direction of the analysis is historical and critical from the Marxist method that guides the analysis of the category, in the sense of claiming the ethnic-racial debate as a structuring element of the PG courses curricula in the area of Social Work. Reflections on the relevance of the ethnic-racial debate in professional and continuing education in Social Work were carried out based on the Curriculum Guidelines of the Brazilian Association of Social Work of the Political Ethical Project of Social Work and the profession's Code of Ethics. And also about Social Work as a profession and area of knowledge in the field of applied Social Sciences, which has contributed to increasing the scope of the production of knowledge of the profession and consolidation of Postgraduate in the area of Social Work. It was possible to identify that most of the works have been focusing on structural debates, on the social and ethnic racial issue in professional training in Social Work and works were found both in Programs that have a line or group that mention the racial ethnic debate in the menus and in the programs that do not have these elements. Therefore, in opposition to the production and reproduction of the silencing and secondaryization of the racial ethnic issue by the dynamics of capitalist social relations, the racial ethnic debate has been appearing in the works, lines and research groups of PPGs in the area of Social Work.

Keywords: Racial Ethnic Question, Graduate Studies, Social Work.

LISTAS DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BDTB – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DC – Diretrizes Curriculares
EMESCAM – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
ENPS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ES – Espírito Santo
GTP – Grupo de Pesquisa
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ME – Ministério da Educação
MNU – Movimento Negro Unificado
PEP – Projeto Ético Político
PG – Pós-Graduação
PPGSS – Programa de Pós-Graduação Serviço Social
PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Política Social
PT – Partido dos trabalhadores
PUC Goiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC Rio – Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC RGS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UEC – Universidade Estadual do Ceará
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UERGN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UCP – Universidade Católica de Pelotas
UFA – Unidade Formação Acadêmica
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFES – Universidade Federal do Estado do Espírito Santo
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFRGN – Universidade Federal de Rio Grande do Norte
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba Campina Grande
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UnB – Universidade de Brasília
UNIESP – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
SNPG – Sistema Nacional de Pós-graduação
SESA – Secretaria de Estado Saúde
SUS – Sistema Único de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas de Pós-Graduação da Área 32.....	58
Quadro 2 – Distribuição dos Programas de Pós-Graduação da área 32, conforme regional da ABEPSS.....	62-63
Quadro 3 – Dissertações e teses sobre a questão étnico racial produzidas nos Programas de Pós-Graduação da Área de Serviço Social entre 2010 e 2020.....	66
Quadro 4 – Número de Dissertações e Teses produzidas por ano entre 2010-2020.....	69
Quadro 5 – Linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação da Área de Serviço Social.....	72
Quadro 6 – Grupo de pesquisa dos Programas de Pós-graduação da Área de Serviço Social.....	74
Quadro 7 – Relação entre a existência de linhas e Grupos de pesquisa e os trabalhos produzidos.....	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Árvore de Especialidades.....	26
Mapa 1 – Distribuição Regional da Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social.....	61
Figura 2 – Nuvem de palavras a partir das palavras chaves das dissertações e teses dos Programas de Pós-graduação da Área de Serviço Social entre 2010 e 2020.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de Programas de Pós-Graduação nas Regionais da ABEPSS.....	59
Gráfico 2 – Distribuição dos Programas de Pós-Graduação por Regionais da ABEPSS.....	63
Gráfico 3 – Ano de criação dos programas de pós-graduação da área 32.....	64
Gráfico 4 – Quantidade de Programas por Regional e a quantidade que apresentam produções.....	67
Gráfico 5 – Eixos das Dissertações e Teses sobre questão étnico racial nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social entre 2010/2020.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO ÉTNICO RACIAL.....	31
2 CAPÍTULO II: A PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO ÉTNICO RACIAL.....	54
2.1 Produção de conhecimento sobre a questão étnico racial na pós-graduação da área de Serviço Social entre 2010 e 2020	50
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	95

INTRODUÇÃO

Esta dissertação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é fruto da minha trajetória acadêmica como bacharel em Serviço Social, com ênfase nos estudos acerca da política sobre drogas e de saúde mental a partir da inserção no Grupo de Pesquisas Fênix¹ que vem discutindo ao longo de alguns anos a Política de Saúde Mental e Política de Drogas no estado do Espírito Santo (ES) e no Brasil. Entre essas pesquisas, integrei um projeto intitulado *Gastos com as internações compulsórias por consumo de drogas no estado do Espírito Santo*, financiado por meio de Edital da Fundação de Amparo à Pesquisa e inovação do Espírito Santo /Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) /Decit-SCTIE-MS/Secretaria Estadual de Saúde do estado do ES (SESA) nº 25/2018 – Projetos para Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio dessa vinculação, surgiu a motivação de estudar a questão étnico racial na política de saúde mental. Mas sobretudo, motivada pelo processo de formação de uma consciência crítica da minha posição na sociedade como mulher negra moradora da periferia, pesquisadora e Assistente Social. A consciência crítica produzida por essa posição social vem contribuindo para construção de um pensamento que questiona as desigualdades sociais e o racismo estrutural, sendo esse o fio condutor das problematizações empreendidas nessa dissertação.

Entretanto, entre a ideia inicial e as inúmeras decisões que temos que tomar em relação à delimitação de nosso objeto, algumas mudanças se fizeram necessárias. Inicialmente a proposta no mestrado tinha o objetivo de investigar as manifestações do racismo nos processos de internação compulsória de pessoas que consomem drogas pagos pela SESA. No início de 2020, iniciamos a coleta de dados no sistema *Onbase* da SESA, no qual buscamos identificar as informações de raça ou cor das pessoas internadas compulsoriamente e/ou possíveis manifestações do racismo nos argumentos utilizados pela justiça e pelos profissionais de saúde ao decretarem os pedidos de internação compulsória. Entretanto, essa busca indicou que o dado raça/cor não é registrado nos processos que tramitam na Secretaria em nenhum setor. Ou seja, não é um dado informado nos processos judiciais, pois não é um quesito obrigatório a ser

¹ O Grupo de Estudos Fênix foi criado em 2007 e está vinculado ao Departamento de Serviço Social. Têm como foco as Políticas de Saúde, Saúde Mental e sobre Drogas. Seus objetivos: debater e produzir sobre o surgimento, desenvolvimento, expansão e transformação das políticas públicas que conformam a seguridade social, mais especificamente saúde; debater e produzir sobre a conformação destas políticas sociais com base na organização do trabalho nas sociedades capitalistas e na relação que se estabelece entre Estado e sociedade civil em determinado momento histórico; realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão; prestar assessorias a entidades.

registrado. E quanto aos possíveis argumentos, foram lidos vários processos aleatoriamente a fim de identificar elementos que pudéssemos refletir sobre uma hipótese inicial de que a população negra é a mais atendida pelo Estado compulsoriamente no campo da saúde mental e drogas. Sobre essa busca, também não identificamos elementos que possibilitassem uma análise nessa relação. A ideia era boa, a motivação era grande, entretanto, não identificamos elementos que permitissem o estudo. Embora autores como Gonzalez (1982) venham apresentando reflexões sobre o controle do Estado sobre a população negra por meio de diferentes formas e entre elas sobre o argumento da saúde, ao partimos para verificarmos como isso está na política de Saúde Mental, por exemplo, não foi possível esse levantamento. Assim, partimos para outros rumos que ainda possibilitassem, de algum modo, a permanência no grande tema da questão étnico racial na dissertação. Essa trajetória inicial de delimitação do objeto possibilitou a exploração do campo das relações sociais do Brasil que acabou contribuindo para a reelaboração do objeto de pesquisa.

Considerando a leitura acumulada sobre a profissão, foram ressaltados alguns questionamentos no debate da questão étnico racial no interior do Serviço Social brasileiro. Dessa forma, o objeto se delineou a partir do referencial teórico que vem sendo produzido pela categoria nos últimos anos. Uma pergunta inicial foi sobre qual é o perfil mais geral (o que, onde, quando etc) dessas produções? Dessa maneira, essa dissertação versa sobre os estudos da questão étnico racial nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social entre 2010 e 2020.

Para iniciar, então, de onde partimos é importante destacar que entendemos a questão étnico racial² como elemento estrutural e estruturante das relações sociais e, portanto, deve ser apreendida com profundidade em toda a sua complexidade histórica (ABEPSS, 2018). O debate da questão étnico racial vem sendo realçado considerando as características da formação social brasileira e as implicações dessa nas relações sociais contemporâneas.

² É importante sinalizar que o termo questão étnico racial abarca tanto a população negra quanto os povos originários. Pois, a expressão étnico revela as atrocidades, etnocídios e desumanidades do modo de produção capitalista no processo de expansão e consolidação que impactou povos indígenas inteiros, e também as populações africanas que foram afetadas pela diáspora e pela escravidão colonialista. Entretanto, o debate da questão indígena precisa avançar no Serviço Social no campo da produção de conhecimento e intervenção profissional (AMARAL; BILAR, 2020). Colocados esses elementos, usaremos ao longo dessa dissertação o termo *étnico racial*, pois entendemos que a centralidade está no sentido desse termo conjuntamente (ao longo da leitura de diferentes referências bibliográficas é possível identificar diferentes termos utilizados como *relações raciais*, *relações étnico raciais* e *relações socio-raciais*, *tema racial*, *temática étnico racial*, *questão racial*, *questão étnico racial* e *desigualdades socio-raciais*). Para fins dessa dissertação usaremos o termo *étnico racial*.

A questão racial apresenta elementos fundantes da estrutura social pela relação do trabalho, em especial a forma que o escravismo se constituiu como elemento chave para o processo de acumulação entre metrópole e colônia, permitindo a acumulação capitalista e seu desenvolvimento (ELPIDIO, 2020, p. 522).

No modo de produção escravista, o lucro era alcançado pela exploração do trabalho de milhares de negros escravizados trazidos da África que, tratados como coisa e/ou seres alienados da sua essência humana garantiram a acumulação de riqueza da classe senhorial (MOURA, 2019). Por um lado, o autor destaca que esse processo determinou a dominação econômica e extra econômica da classe senhorial sobre os negros escravizados, as condições sub-humanas de tratamento, o sistema despótico de controle social e o aparelho de Estado voltado para defender os direitos dos senhores e seus privilégios. Mas por outro, determinou a rebeldia, a insurgência negra e a formação de Quilombos que, embora não tenha modificado a estrutura com a criação de um novo modelo de ordenação social, possibilitou o permanente desgaste do sistema (MOURA, 2019). Com isso, uma das contradições do modo de produção capitalista/escravista é a brutalidade gestada por esse, que foi o chão, a base concreta do povo negro para a idealização da fuga do movimento teleológico de planejar uma vida em liberdade (SILVA, 2017).

Tal dinâmica ocasionou a insustentabilidade desse modo de produção colaborando com o processo de modernização capitalista sendo uma “modernização sem mudança social” (MOURA, 2019, p. 260, grifo do autor). Essa consistiu em favorecer o domínio do capital monopolista na economia brasileira e manter os privilégios dos fazendeiros e a reprodução de mecanismos discriminatórios que mantivessem a população negra fora da propriedade da terra e com barreiras para a venda da força de trabalho como trabalhador livre (MOURA, 2019). O racismo, nesse processo, portanto, atuou estruturando as relações sociais como elemento funcional à economia capitalista através das diversas engrenagens da produção e reprodução da vida social de forma estrutural e institucional (ELPIDIO, 2020).

Esse processo brasileiro de uma formação social fundada na escravidão leva o país a ser o último a realizar a abolição, de modo que deixa um legado para a sociedade de marcas culturais, políticas, sociais e econômicas profundas e complexas (ASSIS, 2018). Marcas que se manifestam através do racismo estrutural que, como um processo histórico e político, cria condições sociais para que direta ou indiretamente o grupo racialmente identificado seja sistematicamente discriminado (ALMEIDA, 2019). Exemplo disso é o desemprego e as formas precárias de trabalho, que embora aflija toda a classe trabalhadora, não atinge igualmente

brancos e negros. A consequência desse racismo no mercado de trabalho contribui para construção de uma trajetória do negro no desemprego, na informalidade e na precarização das relações de trabalho (MARTINS, 2014).

A Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios realizada em 2018, segundo raça/cor³ mostra esse racismo manifesto no mercado de trabalho também em cargos de gerência, no qual 29,9% dos profissionais se declaram pretos ou pardos e 68,6% se declaram brancos. E no caso de subutilização do cargo de gerência, 29,0% ocorre entre os declarados pretos ou pardos e 18,8% entre os brancos. E também na esfera política, na qual 24,4% dos deputados se declaram pretos ou pardos, e 76,6% se declaram brancos e outros. Essa condição da população negra no mercado de trabalho se relaciona com o lugar ocupado por essa população nos dados sobre os índices de pobreza da mesma pesquisa que nos mostra que entre as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, com R\$ 10,50 por dia, 8,8% se declaram pretos ou pardos e 3,6% brancos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Ainda sobre esses aspectos, Martins (2016) aponta que entre os negros pobres as mulheres negras são as mais pobres dentre os pobres.

Nos dados sobre os índices de violência letal no Brasil em 2018, também identificamos o racismo explícito, pois os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto 2,7 negros foram assassinados. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, representando quase o dobro quando comparada às mulheres não negras (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020).

Diante dessa realidade coloca-se a necessidade de aprofundamento e ampliação do debate étnico racial no Brasil. Entretanto, é importante dizer que esse debate vem acontecendo ao longo dos anos de várias formas por diversos sujeitos e movimentos sociais. No Brasil, destacamos o

³ A classificação racial foi colocada conforme os dados da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que disponibiliza cinco classificação de raça/cor para autodeclaração: branca, preta, amarela, parda e indígena (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016) e a partir dessa classificação as pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, constituem a categoria negros (OSÓRIO, 2013).

Movimento Negro Unificado⁴ (MNU) que teve o seu auge nos anos 2000, considerando as conquistas e reivindicações estabelecidas a partir dessa década. Um ponto alto foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2001(ONU, 2001). Essa Conferência ratificou o Brasil como signatário do *Plano de Ação de Durban*, no qual o Estado brasileiro reconheceu a existência institucional do racismo no país e se comprometeu a construir medidas para sua superação, entre elas, as ações afirmativas na educação e no trabalho (GOMES, 2012).

Essa luta histórica do Movimento Negro⁵ possibilitou a visibilidade das denúncias sobre o racismo e propôs estratégias para o enfrentamento das desigualdades étnico raciais, interferindo também na promulgação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (SILVA, SANTIAGO, 2016). Desse modo, esses sujeitos coletivos oprimidos pelos processos de colonização que resistem às segregações e exigem seus direitos historicamente negados (MOCELIN; GROSSI, 2020), interferem na correlação de forças políticas e institucionais.

Esse processo de conjunção de muitas lutas e diferentes sujeitos políticos, portanto, permitiu a instituição das Políticas de Igualdade Racial no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no ano de 2003, com o objetivo de reduzir as desigualdades raciais no Brasil com medidas previstas para longo, médio e curto prazos, reconhecendo as demandas mais imediatas, bem como as áreas de atuação prioritária (BRASIL, 2003). No campo da educação, essas políticas têm se concentrado de forma mais expressiva em três áreas, buscando atender as demandas tanto da educação básica quanto do ensino superior: o acesso à universidade, as especificidades da

⁴ Segundo Domingues (2007) o movimento negro possui uma trajetória extensa na qual as suas estratégias de luta, dissensos, consensos e contradições estiveram mediadas pelas relações sociais e raciais brasileiras. Para fins didáticos e historiográficos, a história desse movimento é dividida em três fases: na primeira na era republicana (1889-1937), emergiram organizações de perfis distintos: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, grupos “dramáticos”, jornais e entidades políticas, as quais desenvolviam atividades de caráter social, educacional, cultural e desportiva, por meio do jornalismo, teatro, música, dança e lazer ou mesmo empreendendo ações de assistência e beneficência. Em momento de maior maturidade, o movimento negro se transformou em movimento de massa, por meio da Frente Negra Brasileira. Na segunda fase (1945-1964) o movimento retomou a atuação no campo político, educacional e cultural. Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis. Na terceira fase (1978-2000) surgiram centenas de entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Negro Unificado.

⁵ Importante dizer que a participação e contribuição do Movimento Negro não são isentas de contradições. A organização de que se chama MNU e outros movimentos antirracistas se estabelece sob correlações de forças políticas e com vinculação de diferentes interesses de classes na dinâmica da sociedade capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

educação quilombola e o ensino da História e Cultura Afro-brasileira (SILVA, SANTIAGO, 2016).

Essa Política de Igualdade Racial inclui a Lei nº 10.639/2003 que tornou obrigatórios, em todos os níveis educacionais, os estudos: da História da África e dos Africanos; a luta dos negros no Brasil; a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, visando resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política do país. Por meio dessa legislação, também se definiu o dia 20 de novembro como *Dia Nacional da Consciência Negra*⁶ no calendário da rede de ensino no país (BRASIL, 2003). Com essa normativa, há a incorporação da temática racial nos planejamentos, Projetos Político Pedagógicos e formações docentes de modo a produzir algumas mudanças nas estruturas excludentes das instituições de ensino (RIBEIRO, 2018). Posteriormente em 2008, essa legislação é modificada pela Lei nº 11.645/2008 alterando o conteúdo programático determinando o estudo da história e cultura da formação da população brasileira, a partir de dois grupos étnicos: negros e índios (BRASIL, 2008).

Em 2012, nesse conjunto de políticas, foi instituída a Lei federal nº 12.711/12 sobre o acesso à universidade orientando que no mínimo 50% das vagas sejam destinadas para estudantes de escola pública e autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012). Essa Lei gerou a Portaria nº 13, de 11 de Maio de 2016, que determinou que as instituições federais de ensino superior do Brasil apresentassem propostas sobre inclusão de

⁶ O Serviço Social brasileiro vem se posicionando nessa luta, reafirmando que o dia 20 de novembro foi escolhido para homenagear Zumbi, herói da resistência negra para o fim da escravidão no Brasil, pois foi neste dia que, no ano de 1695, morreu o líder do Quilombo dos Palmares. Essa data é fruto de uma intensa articulação do Movimento Negro Brasileiro, a data de 20 de novembro é uma referência à reflexão sobre o papel dos negros e das negras para a construção do país. Entretanto, ainda não é um feriado nacional. A adesão ao feriado ou a instituição de ponto facultativo é uma decisão de cada estado ou município. Mais de 1000 municípios já decretaram feriado no Dia Nacional da Consciência Negra. A data é um marco da luta e resistência do povo negro do Brasil, bem como as ações governamentais; entretanto, não é suficiente para se contrapor às desigualdades econômicas e sociais, ao racismo, à homofobia e a todas as formas de preconceito enraizadas secularmente na sociedade brasileira. A herança escravocrata deixou profundas marcas na sociedade brasileira. Para entendê-las, é preciso não esquecer os navios negreiros e os objetos de tortura. Os milhões de negros e negras, que vieram de diferentes partes do continente africano que foram trazidos para cá e vistos como mercadorias, tratados como coisas que tinham um proprietário e foram: alugados, vendidos, comprados, entravam na contabilidade das fazendas ao lado das cabeças de gado, das ferramentas e outros bens materiais (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2013). Por isso, o Dia Nacional da Consciência Negra é um momento especial para que os/as negros/as, assim como a sociedade brasileira em seu conjunto, reflitam sobre as formas de inserção da população negra nessa realidade, tão desigual racial e economicamente. É igualmente um momento da resistência histórica e cotidiana da população negra, ao afirmar a luta por atendimento digno na rede pública de saúde e educação; pelo reconhecimento imediato das terras quilombolas; de acesso ao trabalho e do combate ao racismo institucional em todos os níveis; pela valorização e expressão da cultura e religiosidade de matriz africana no Brasil nos currículos escolares (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 2).

negros, pretos e pardos, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação (BRASIL, 2016).

No caso da UFES, por exemplo, entre 2006-2007, o acesso à graduação era predominantemente de alunos brancos, pois dos 6.398 alunos ingressantes nesse período, 61,65% se auto declararam brancos e 34,37% se auto declararam negros (27,87% pardos e 6,49% pretos), 2,31% não informaram seu pertencimento étnico-racial e 1,34% se auto declararam amarelos e 0,31% que se auto declararam indígenas. A partir de 2013, a UFES adere às cotas raciais passando a combinar então com as cotas sociais instituídas em 2008, e algumas mudanças foram possíveis. Entre 2013-2017 tiveram acesso à UFES, 24.036 alunos, 50,56% se auto declararam negros (39,96% pardos e 10,60% negros), em oposição a 43,62% que se declararam brancos, 4,19% não informaram seu pertencimento étnico-racial, 1,02% se auto declararam amarelos e 0,58% se auto declararam indígenas. Sendo assim, ao menos com relação ao ingresso, a utilização de cotas com perspectiva racial possibilita uma maior inserção de alunos auto declarados negros no ambiente acadêmico da UFES (COUTINHO, 2018).

A promulgação de ações afirmativas como essas, podem possibilitar uma educação para o combate às desigualdades raciais com perspectiva de que é também educar para que a idealização branca deixe de ser objeto de desejo para negros e brancos (ALVES, 2012). Portanto, a educação deve ser um dos pontos de partida para instituir práticas afirmativas e antirracistas acerca das populações que foram historicamente oprimidas em sua cultura, condições e modos de vida (MOCELIN; GROSSI, 2020).

Essas ações afirmativas na política social de educação brasileira contribuem para tornar o objeto desta dissertação relevante à medida que tanto a educação quanto o Serviço Social vem se aproximando da questão étnico racial através do acesso das populações negras e indígenas à educação, e das práticas pedagógicas sobre a questão étnico racial. Sendo assim, a aproximação desses campos com a questão étnico racial nos motivou a identificar a produção de conhecimento sobre a questão étnico racial na pós-graduação da área de Serviço Social.

Posto isso, o objetivo geral da dissertação é analisar as produções sobre o debate da questão étnico racial nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social entre 2010 e 2020, visando apontar um panorama desse debate articulado com os fundamentos histórico teórico-metodológicos do Serviço Social. E os objetivos específicos: identificar as

produções nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social, visando mapear esse cenário no contexto da produção de conhecimento da área 32; mapear as produções por instituição, ano, temática, linhas de pesquisa do programa, grupos de pesquisa visando aprimorar os debates sobre a formação profissional em Serviço Social.

Cabe ressaltar que as reflexões feitas no exame de qualificação, sinalizaram a importância de compreender quais são “os rumos” das nossas produções acadêmicas a fim de correlacionar esse debate com o debate dos Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social. Foi sugerido que identificássemos as tendências dos debates produzidos ao longo dos últimos anos. Porém, ao partirmos para coleta e problematizando o debate nos grupos de estudos, identificamos uma necessidade *a priori*, que é a ausência de um “mapeamento” sobre o panorama das produções que versam sobre a questão étnico racial. Assim, identificamos uma demanda apresentada nos *subsídios para o debate sobre a questão étnico racial na formação em Serviço Social em 2018* para realiza um “mapeamento” (ABEPSS, 2018). Nesse sentido, para fins dessa dissertação optamos por apresentar o contexto dessas produções para então como objeto futuro aprofundar as perspectivas metodológicas e teóricas postas nas produções da área, a fim de indicar tendências.

As perguntas norteadoras que perpassaram a elaboração deste trabalho refletem a urgência do debate no conjunto da formação em Serviço Social. Algumas perguntas estão postas: **Quais os rumos que o debate sobre a questão étnico racial vêm tomando a partir dos/as pesquisadores da pós-graduação da área do Serviço Social? Em que medida os estudos dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social vem colaborando para construção do debate sobre a questão étnico racial seja na profissão ou além dela? Qual a relevância da produção de conhecimento sobre a questão étnico racial na pós-graduação da área de Serviço Social? Como conhecer essas produções poderá contribuir para o fortalecimento da área e a formação profissional?**

Longe de esgotar todas as respostas, buscamos responder algumas dessas questões, estabelecendo a vinculação entre pesquisa e demanda concreta da prática social, a fim de provocar impactos na sociedade (BOURGUIGNON, 2009). Assim o que apresentaremos aqui poderá colaborar, não somente para o adensamento intelectual e acadêmico na área, mas, sobretudo, com a qualificação do atendimento da população negra e indígena nos diversos espaços institucionais à medida que pode contribuir para a intervenção profissional.

Entendemos, também que essa análise poderá fornecer subsídios aos movimentos antirracistas para fundamentar suas lutas e debates, no sentido de que o “[...] conhecimento produzido deve ter uma estratégica direção para uma intervenção profissional comprometida com processos concretos que garantam materialidade a valores como democracia e justiça social” (BOURGUIGNON, 2009, p.172).

Quanto à relevância acadêmica, foram consultadas a base de dados da Plataforma Sucupira com a palavra-chave: *étnico racial, questão racial e racismo*. Identificamos 166 teses e dissertações, sendo que nenhum dos trabalhos tratou sobre o conjunto dos estudos a respeito do debate sobre a questão étnico racial nas produções⁷.

Com isso, essa dissertação além de contribuir na reflexão para a área das ciências sociais aplicadas e do Serviço Social em particular, também contribuirá para o PPGPS da UFES adensando o conjunto de produções sobre o tema, e o compromisso ético político com esse debate. Cabe dizer que o PPGPS em 2017 aprovou a política de cotas para pretos, pardos e indígenas nos processos seletivos de mestrado e doutorado, isso após a promulgação da Portaria, recebendo em 2018 os primeiros discentes cotistas (PPGPS, 2017).

Sobre as suas produções em 17 anos de existência, encontramos 9 dissertações⁸ sobre o debate da questão étnico racial e no doutorado ainda não existem produções nesse sentido. Esse dado mostra o esforço dos discentes e docentes quanto ao tema trabalhado de forma qualificada, mas também mostra a necessidade de avanço na produção de conhecimento.

⁷ Os trabalhos encontrados trabalharam temas com: a questão étnico racial no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Conselho Regional de Serviço Social (CRESS); branquitude nas relações raciais brasileiras; quilombos; questão étnico racial na formação profissional; mulheres negras; racismo institucional; racismo na educação; sistema socioeducativo; políticas de ações afirmativas; políticas de equidade para população negra; religiões de matrizes africanas; genocídio da população negra; encarceramento em massa da população negra no sistema de justiça; Estado brasileiro e questão étnico racial; discriminação racial no Brasil e acesso a justiça; violência obstétrica em mulheres negras; Movimento Negro; assistência social e população negra; questão indígena; guerra às drogas e população negra; pensamento social brasileiro; juventude negra e funk como expressão de resistência; trabalhadoras domésticas negras; imigrantes Afrobrasileiros; feminismo negro, entre outros.

⁸ Trabalho Escravo Rural Contemporâneo: Superexploração Extremada, Latifúndio e Estado (CRISTO, 2008); A condição social do índio no século XXI: uma análise da questão indígena no capitalismo dependente brasileiro (ALVES, 2016); Afirmção política e política afirmativa - cotas para negros na Universidade Federal do Espírito Santo (COUTINHO, 2018); A prisão no capitalismo dependente: encarceramento massivo de negros no Brasil (LEMONS, 2018); Movimento Negro e as Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Espírito Santo (CRUZ, 2019); Quando Pretos Pintam na UFES, a Universidade Se Pinta de Preto? Reflexões Sobre Racismos e Antirracismos Institucionalizado (AZEVEDO, 2019); A integração do negro no Brasil: raça ou classe? Uma busca teórica e histórica a partir de Florestan Fernandes (NERY, 2019); A questão racial e suas implicações para o Serviço Social no Sistema Único de Assistência Social (SILVA, 2020); O partejar em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: uma violência a desvendar (RICIO, 2020).

O PPGPS integra um conjunto de PPG⁹ do país, que conta atualmente com 3.653 mestrados e 2.405 doutorados acadêmicos; e 852 mestrados e 37 doutorados profissionais, distribuídos por todas as áreas do conhecimento (CAPES, 2020). Através desse sistema, o país formou entre 1996 e 2017, 230.124 doutores e 743.998 mestres (entre acadêmicos e os profissionais) (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2019). É importante dizer que embora a pós-graduação (PG) no Brasil venha se consolidando no âmbito nacional e internacional, existe no Brasil cerca de oito doutores para cada cem mil habitantes o que é considerado insuficiente, causando impacto na capacitação de pessoal pós-graduado (CAPES, 2020).

E, dentre esses que se tornam doutores no Brasil, é preciso salientar o quadro de desigualdade social e racismo, no corpo docente no qual os professores negros representam 15,8% dos docentes, mesmo após a Lei nº 12.990 de 9 de Junho de 2014, referente às cotas para negros em concursos públicos, esse quadro modifica pouco considerando que antes dessa legislação os professores negros representavam 11, 7% nas universidades federais (SINDICATO DOS PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE SANTA CATARINA, 2020).

Dados como esses, também refletem a composição discente da PG no Brasil, no qual em 2010 17,1% se declararam negros, 80,7 % se declararam brancos e 2,2% amarelos e indígenas, em 2010 (SILVA, 2013). E, quando se trata das mulheres negras acadêmicas, tanto o racismo como o machismo moldam o desempenho e a empregabilidade desse público (HOOKS, 2019). Esse racismo manifesto no conjunto da política social de educação brasileira vem sendo definido por como epistemicídio, sendo esse um processo

[...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o

⁹ A normativa que regulamenta a PG no Brasil é a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases para educação nacional. De acordo com essa legislação, a PG deve ser constituída por programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, destinados a candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das instituições de ensino (BRASIL, 1996).

epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Desse modo, é importante nessa introdução pontuar brevemente alguns aspectos da produção do conhecimento na sociedade capitalista e os elementos presentes nessa relação.

Esse ambiente da PG, segundo Saviani (2010), vem sendo estruturado ao longo dos anos pelo parâmetro da produtividade que atua como reflexo da dinâmica do capitalismo na instituição de ensino e pesquisa. Sendo um parâmetro que explora e expropria os docentes e discentes e implica também, na qualidade da produção de conhecimento e no desempenho intelectual.

Esse parâmetro de produtividade é parte dos objetivos da educação forjada pelo capitalismo à medida que a educação sempre foi alvo de disputas sendo direcionada para educar para o trabalho, especialmente no que se refere às transformações tecnológicas para o desenvolvimento da produção, na contemporaneidade. É importante, portanto, salientarmos a funcionalidade dessa política social, que se conforma em educar para os valores capitalistas da individualidade, da concorrência, da importância do trabalho árduo para uma ideia fictícia de possível ascensão de classe social, entre outros elementos. E, sobretudo, colaborando para a manutenção do racismo ao exercer a função de reprodução do modo de produção vigente. A ação educativa, portanto, tem dimensão política dentro do processo de socialização dependendo do seu direcionamento e, pode criar uma contracultura ou reafirmar as bases hierárquicas que mantêm as desigualdades sociais. A educação em sua relação dialética com a sociedade é, ao mesmo tempo, razão e produto de transformação social (PAULA, 2020).

Como a educação formal é constitutiva da lógica do capital, uma transformação educacional radical requer o rompimento com o sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2008). Para isso é necessário o conhecimento dos fundamentos que sustentam esse sistema e que impactam nas relações sociais das instituições educacionais e na produção de conhecimento.

A constituição de uma educação emancipadora passa pela capacidade de compreensão das estruturas sociais que potencializam o processo de exploração do capital sobre a força de trabalho. Logo, a análise da política educacional, na sua relação com a produção e a reprodução do capitalismo, tangencia o entendimento de que a conformação do capitalismo na modernidade está diretamente relacionada ao racismo (PAULA, 2020, p. 174).

Os espaços educacionais são, portanto, espaços estratégicos para a manutenção de uma determinada hegemonia, principalmente por sua natureza ideológica. Esses atributos fazem com que todos os níveis educacionais se transformem em arenas de disputas. De modo que as instituições de ensino reproduzem uma série de conceitos que, tanto podem contribuir para manutenção do *status quo*, como ser um espaço que busca uma transformação social (PAULA, 2020).

Vê-se, assim, que as instituições de educação formal sempre possuíram seu recorte de classe e raça, [gênero] estando alinhadas aos interesses das classes dominantes e tendo como objetivo fundamental a reprodução dos valores, ideologias e do *étos* burguês. Dessa forma [...] opera como reprodutora na manutenção das classes e desigualdades raciais, sendo que o capitalismo e o racismo interagem entre si formando um nó indissociável nesse modo de produção. [...] Todavia, os processos educativos podem potencializar, ainda que sob os limites do capital, práxis antirracistas [...] (MOCELIN; GROSSI, 2020, p. 234).

Nessa esteira de apreensão dos processos educacionais e da política social de educação, caminhamos para identificar como nossas produções na área do Serviço Social tem se colocado no conjunto dessas reflexões.

Se considerarmos que a expansão dos PPG em Serviço Social ocorre a partir dos anos 2000, quando também se expande a PG no Brasil, é a partir desse recorte temporal que encontramos as produções em maior número e adensamento em determinadas temáticas. É parte da expansão, o processo de renovação acadêmica e profissional do Serviço Social brasileiro que visou romper com as marcas conservadoras e confessionais da sua origem tendo o acúmulo científico das pós-graduações sido fundamentais¹⁰. Atualmente os cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social no Brasil constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento em virtude da centralidade que a pesquisa científica tem na instituição. O conhecimento produzido

¹⁰ No caso dos cursos de mestrado em Serviço Social, os três primeiros cursos foram implantados na década de 1970 na região sudeste. Em 1972 no setor privado, programou-se um na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e um na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Esses cursos também se constituíram como os pioneiros no continente latino-americano. E, em 1976, foi implementado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Posteriormente se expande para região sul com a implementação de cursos de mestrados na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) em 1977; e região nordeste na Universidade Federal da Paraíba (UFPB-JP) em 1978; e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1979. E também para outros países da América Latina: no México, com mestrado em Trabajo Social em 1975 na Maestria Latino americana; em Trabajo Social em 1977 na Universidade Nacional Autónoma de Honduras, com o apoio do Centro Latino americano de Trabajo Social; e na Argentina em 1990 (CAPES, 2019). Quanto ao doutorado em Serviço Social, no Brasil se inicia em 1980 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sendo titulados entre 1981 e 1989, oito doutores. Esse curso de doutorado e os subsequentes colaboraram com a implementação de Mestrado e Doutorado em Portugal na década 1980 e 1990, primeiramente formando mestres e doutores portugueses no Brasil e, posteriormente participando do quadro docente dos cursos criados em Portugal. Colaborando também para o incremento do uso de autores brasileiros no exterior (CAPES, 2019).

prioriza os debates sobre questão social, as políticas sociais na contemporaneidade e a dimensão teórica metodológica do Serviço Social (CAPES, 2019).

Esse percurso colaborou para o aprimoramento do Serviço Social brasileiro no âmbito acadêmico amplificando o alcance do debate crítico proposto pela categoria reafirmando o caráter da profissão e área de conhecimento. As evidências desse protagonismo se localizam: na natureza das comunicações científicas nos eventos latino-americanos e mundiais; na ampliação das citações de autores do Serviço Social em produções das ciências sociais e humanas e no crescimento da demanda pelas pós-graduações em Serviço Social de outras áreas do conhecimento. Desse modo, o Serviço Social brasileiro enquanto área de conhecimento supera os imperativos imediatos da intervenção, contribuindo para a construção de uma massa crítica, operando o seu papel intelectual na formação de uma cultura teórica e política que se contrapõe à hegemonia dominante, protagonizada pela esquerda marxista no Brasil (MOTA, 2012).

Mas, embora o Serviço Social brasileiro venha se consolidando no âmbito dessa produção de conhecimento, colaborando com o aprimoramento da profissão através da formação de pesquisadores que têm pensado e teorizado o fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social, é preciso que a profissão avance em temas que são fundantes da realidade brasileira e para a própria profissão, como os temas relativos à raça, etnia e gênero (ALCANTARA; CORREIA, 2018).

No que se refere aos temas produzidos pela área 32, o relatório da CAPES de 2019 apresenta eixos, nesses eixos, identifica-se *a priori* que a questão étnico racial esta centrada no eixo 8.

A incorporação do debate da questão étnico racial na categoria é mediado pelos conjunto de normativas e acúmulos acadêmicos e políticos que constituem o Serviço Social brasileiro: a Lei da Regulamentação da Profissão (1993), as Diretrizes Curriculares (DC) gerais para o curso de Serviço Social (1996), o Código de Ética do Assistente Social (1993) e o Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social (IAMAMOTO, 2019).

No caso do PEP, do Serviço Social esse contribui para que a questão étnico racial seja reconhecida como essencial no processo de luta e construção da sociedade proposta nesse projeto. Isso porque, segundo Netto (1999) esse projeto se vincula a um projeto societário que

propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999). Para que ocorra a materialização disso, se requer a articulação de forças e alianças estratégicas com os que sofrem opressões econômicas, de classe social, racial, de orientação sexual, gênero e outras que têm como projeto uma sociedade justa, fraterna, igual e capaz de autodeterminar o futuro (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

E, para tanto é preciso romper com os burocratismos, com a naturalização das rotinas de trabalho e atitudes passivas acolhedoras de ordens. Sendo necessário “ir onde o povo está”, viver com ele suas paixões passíveis de serem por eles traduzidas em projetos de ação coletiva, e com isso recriar estratégias, reinventar formas culturais coletivas de organização política (IAMAMOTO, 2019).

Isso balizado pelo Código de Ética profissional, que estabelece a partir dos princípios que preveem o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças (Art 6.º); a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (Art 8.º); o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (Art 9.º) e o exercício profissional sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (Art. 11.º) (CFESS, 1993).

Com destaque para as ações do conjunto CFESS/CRESS que vem trazendo o tema frequentemente em eventos, normativas e produções, podendo citar: a *Campanha Assistentes Sociais no combate ao Racismo* entre 2017-2020 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020); Série: *Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito Racismo*, em 2016 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016); *Subsídios para o debate da Questão Étnico Racial na Formação em Serviço Social*, em 2018 (ABEPSS, 2018); *Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social comemorando os 40 anos do congresso da Virada por uma práxis antirracista, com o slogan: A Virada agora é Preta em 2020*, em 2020 (ENESSO, 2020); e o *I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico Raciais, construindo uma plataforma antirracista*, em 2020 (UNIFESP, 2020), dentre outras produções.

E destaque também para a ABEPSS, principalmente quando cria em 2010 alguns Grupos Temáticos de Pesquisa¹¹ (GTP) dentre eles o *Serviço Social relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidades* (AMARAL; BILAR 2020). O acúmulo de ações e discussões teóricas desse GTP vem reafirmando que as expressões de exploração e opressão são estruturantes da sociabilidade do capital e intrinsecamente articuladas à dimensão de classe (QUEIROZ, et al., 2014), contribuindo para que o debate da questão étnico racial possa ser analisada pela categoria como constituinte das relações sociais e importante, portanto, para os fundamentos sobre a profissão.

As problematizações desse GTP contribuíram para construção do documento: *Subsídios para o debate da Questão Étnico Racial na formação profissional em Serviço Social*, que deliberou sobre algumas ações a serem realizadas. Dentre essas, no âmbito da pesquisa e produção de conhecimento está o levantamento das iniciativas e sugestões de atividades promovidas na área da pesquisa e da produção de conhecimento; dos núcleos de estudos e pesquisas; das pesquisas registradas; dos trabalhos de conclusão de curso, das dissertações e teses; dos periódicos, dentre outros (ABEPSS, 2018).

Visando, portanto, contribuir com o adensamento da discussão proposta e complementando análises anteriores que problematizam o conteúdo, esta dissertação visa não somente atualizar o panorama sobre as produções da PG, mas, sobretudo, apresentar reflexões necessárias para a profissão em termos agudização da questão social e seus enfrentamentos.

Análises anteriores como as de Almeida (2015) sobre as linhas de pesquisas e disciplinas dos PPG apresentaram questões relevantes. A autora pesquisando as produções da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). Esse estudo apontou que a direção teórica e metodológica das disciplinas e linhas

¹¹ Os GTP se destinam a reflexão teórica a elaboração, produção e circulação do conhecimento. É formado por pesquisadores da área de Serviço Social e afins, que tratam de temas de relevância social, através de núcleos temáticos que promovem debates sobre diversos temas de interesse da profissão e das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Portanto, os GTPs são formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, se caracterizando como autônomos e vinculados à ABEPSS (ABEPSS, 2021).

de pesquisa reproduzem o “silêncio indolente” (ALMEIDA, 2015. p. 10) das relações raciais no Serviço Social, reverberado na produção de conhecimento e na atuação profissional. A autora alerta que na sociedade dos privilégios, o silêncio quanto à questão étnico racial colabora com a reprodução do racismo do preconceito e discriminação racial.

Alves (2020) ao realizar análise sobre as produções da pós-graduação entre 2009 e 2018, identificou questões relevantes sobre as ementas das disciplinas ofertadas, sobre as teses e dissertações e sobre o corpo docente. O autor questionou se esse cenário vem servindo de espaço reflexivo de combate e enfrentamento ao racismo. O universo dessa pesquisa contemplou as regiões da ABEPSS e universidades que possuíam graduação e pós na área de Serviço Social. O estudo analisou a Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); UFRJ; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” (UNESP-FR).

Sobre as ementas dos cursos de graduação em Serviço Social constatou-se 9 disciplinas sobre a questão étnico racial, sendo 5 obrigatórias 2 eletivas e 2 optativas. Em relação ao perfil profissional observou-se que a predominância de docentes com formação profissional em Serviço Social nos seis programas. Quanto às áreas de interesses dos docentes identificou-se que apenas 2% do quadro de docentes dos programas têm interesses na área de pesquisa sobre questão étnico racial. Sobre a produção de conhecimento nesse período de 10 anos 825 dissertações e 466 teses foram produzidas. Porém, apenas 19 dissertações versam sobre a questão étnico racial, o que corresponde a 2% das produções (ALVES, 2020). Sobre esse panorama dos PPG da área de Serviço Social quanto à questão étnico racial, Alves (2020, p. 175) comenta que

A ausência de fomentações teóricas sobre as implicações do racismo na sociedade capitalista marginaliza a importância desse debate para análises de conjuntura da sociedade capitalista. A pós-graduação como um *locus* de pesquisa, se defronta com toda a realidade social brasileira, e o racismo nessa conjuntura é uma ideologia que é manipulada como componente da produção de conhecimento que é elaborada pela elite intelectual de docentes dos referidos programas. Nesse sentido, quando o racismo estrutural é dissolvido nos programas de pós-graduação e passa a funcionar como racismo institucional, são estabelecidos entraves criados por meio de mecanismos estratégicos, mas nem sempre amostra, que impedem a incorporação da temática étnico-racial como área de pesquisa. Ao mesmo tempo, as/os docentes e discentes são sujeitos históricos que experimentam a realidade social das formas mais variadas e que interferem de forma direta nos seus interesses acadêmicos e áreas de pesquisa. Desta forma, a compreensão estrutural do racismo permite compreender que esse problema de incorporação da temática étnico-racial é uma questão estrutural, por esse motivo, deve ser encarada como a relevância que merece ser combatida de forma

crítica e com a apropriação e aperfeiçoamento dos subsídios necessários para a consolidação da temática étnico-racial como uma área de pesquisa do Serviço Social.

Paula (2020) teve o objetivo de refletir sobre o trabalho dos assistentes sociais nas políticas educacionais, bem como sua coadunação com as legislações de combate ao racismo. Para tanto, mapeou as teses e dissertações sobre racismo na educação nos PPG em Serviço Social 2005 e 2018. E identificou através do banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 14 trabalhos, sendo 9 teses e 5 dissertações. Ao analisar essas produções a autora constatou que há uma ausência de pesquisas sobre o trabalho das assistentes sociais nas políticas educacionais e sua coadunação com as legislações de combate ao racismo na área da educação.

Rocha (2014) analisou os currículos dos cursos de graduação das Unidades Federais de Formação Acadêmica filiadas (UFAS) à ABEPSS; a produção teórica dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros dos Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) entre os anos 2001-2012; e as publicações das revistas *Inscrita*¹² e *Temporalis*¹³.

Quanto aos currículos das UFAS, a autora constatou em 25 unidades estudadas que duas não continham disciplina abordando a questão étnico racial. Entretanto, tal aspecto não está isento de desafios porque, embora a disciplina conste no currículo, isso não garante a regularidade da oferta. Outra questão é o percentual de disciplinas obrigatórias das 39 que contemplaram essa discussão, 59% eram de caráter obrigatório (ROCHA, 2014).

Não penso que seja razoável ainda termos currículos que não garantam o acesso ao conhecimento sobre a temática étnico-racial como conteúdo obrigatório. As diretrizes curriculares da ABEPSS já estão em vigor há quase vinte anos e as que determinam, através da Resolução do CNE nº 1/2004, a inclusão do estudo das relações étnico-raciais em todos os sistemas de ensino, estão completando neste ano dez anos de existência (ROCHA, 2014, p. 164, grifos nossos).

¹² A *Inscrita* é uma revista criada em 1997 pelo conjunto CFESS/CRESS com o objetivo de contribuir para o debate crítico dos temas relacionados ao Serviço Social. Inicialmente a revista não era gratuita, mas ao encerrar as produções em 2017, as edições passaram a ser *online* e gratuitas. Assim a revista traz artigos que promovem a atualização do conhecimento e, ao mesmo tempo, se caracterizam como um valioso registro histórico das discussões da categoria (CFESS, 2021).

¹³ A *Temporalis* é uma revista gratuita criada em 2000, editada pela ABEPSS, destinada à publicação de trabalhos científicos no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares (TEMPORALIS, 2021).

Quanto aos eventos, os Anais dos CBAS e ENPESS, realizados entre os anos 2001-2012, apresentaram no eixo raça/etnia que do universo de 4.728 trabalhos nos cinco CBAS ocorridos nesse período, 59 discorreram sobre raça/etnia, representando apenas 1,2% de toda a produção e dos 5.438 trabalhos no ENPESS, apenas 65 abordaram a temática étnico racial, ou seja, 1,2% de toda a produção.

No caso das publicações da revista *Inscrita*, foram encontrados apenas dois artigos discutindo o tema étnico racial desde a sua primeira edição no ano de 1997, ou seja, num total de 125 artigos, somente 2 abordaram o tema, o que corresponde a um percentual de 1,6%. A *Temporalis* também apresentou apenas 2 artigos, ou seja, em 13 anos de existência, foram publicados 256 artigos, dos quais apenas 0,74% corresponderam à questão étnico racial (ROCHA, 2014).

Também procurando compreender como a questão étnico racial estava sendo incorporada no Serviço Social, Cruz (2017) analisou os artigos dos CBAS do ano 2016 onde foram identificados, 1.089 trabalhos e desses, 34 discorreram sobre a questão étnico racial. E também analisou as revistas *Serviço Social & Sociedade*¹⁴, *Katálysis*¹⁵ e *Ser Social*¹⁶ entre 2009 e 2016, sendo identificadas 59 edições, com 633 artigos, mas apenas 8 artigos trataram a questão racial como eixo central. Esse resultado mostrou que a produção intelectual quanto à questão étnico racial no período estudado era insuficiente e que o debate estava secundarizado revelando uma distância entre as orientações do PEP e as múltiplas violências e situações de racismo que perpassam a população negra. Cruz (2017, p. 128) ainda destacou “[...] que é necessário e urgente questionar os motivos que fazem a temática étnico racial aparecer entre os assuntos menos abordados nas revistas fontes de pesquisa de muitos assistentes sociais, estudantes e pesquisadores [...]”.

¹⁴ A revista científica *Serviço Social e Sociedade* foi criada em 1979 com o objetivo de visibilizar à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins e para contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social e de temas da realidade brasileira e latinoamericana (SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, 2021).

¹⁵ A revista científica *Katálysis* foi criada em 1997, é editada pelo PPG em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. É uma revista científica e quadrimestral, arbitrada, indexada, de circulação nacional e internacional voltada para o Serviço Social e áreas afins (KATÁLYSIS, 2021).

¹⁶ A revista *Ser Social* é semestral destinada à publicação de trabalhos científicos sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, da Política Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Cada edição focaliza uma unidade temática definida pelo Colegiado da PGPS da Universidade de Brasília que publica trabalhos nos idiomas Português, Espanhol, Inglês e Francês (SER SOCIAL, 2021).

Segundo Correia (2018), alguns dos determinantes desse silenciamento na profissão estão relacionados com os aportes teóricos da categoria. Pois, embora o processo de renovação da década de 1980 permitisse a ruptura com as bases conservadoras pela aproximação da teoria marxista, essa não possibilitou uma leitura da realidade alicerçada em aspectos fundamentais da formação sócio histórica que permitisse a compreensão da formação da classe trabalhadora no país, na qual a população negra em decorrência dos processos implementados pela burguesia na constituição do capitalismo ficou à margem do trabalho formal aprofundando a conformação da questão social.

A principal implicação dessa determinação é o silenciamento em relação aos/as trabalhadores/as negros/as, suas condições de trabalho e de vida, suas lutas e enfrentamentos no contexto brasileiro e, fundamentalmente, o silenciamento em relação ao fato de que é essa a parcela majoritária da classe trabalhadora que se destaca nas principais expressões da questão social brasileira e, por essa razão, é a principal usuária dos serviços nos quais os/as assistentes sociais desenvolvem as suas atividades profissionais. **Por fim, a persistência do silenciamento do debate da questão étnico-racial na profissão está, além de todas as determinações evidenciadas na trajetória do Serviço Social, intrinsecamente associada ao racismo estrutural e à mitologia da sua inexistência nas relações sociais contemporâneas** (CORREIA, 2018, p. 8, Grifos nossos).

Sobre esse silenciamento, diversos/as autores/as vêm apontando formas de enfrentamento e superação desse desafio. Dentre elas, Eurico (2017) aponta que a análise crítica dos fenômenos é um caminho para o aprofundamento da questão étnico racial pela categoria a medida que se estabelece uma dialética entre acumulação capitalista e reprodução da pobreza, os altos índices de assassinatos de jovens e mulheres, a violência obstétrica, a mortalidade materno-infantil, a baixa escolaridade, a presença maciça em trabalhos mais precarizados e desprotegidos, dentre outros problemas que atingem com maior intensidade a população negra.

Para Elpidio (2020), a superação desse silenciamento e secundarização da questão racial pode ser mediada pelas DC para formação em Serviço Social, pois o debate racial deve ser/ou deveria ser um componente estruturante das análises que sustentam toda a formação profissional em Serviço Social.

O aprofundamento do debate sobre a questão racial nesta direção, pode representar um tambor que ecoa forte! Ora, na batida do surdo de pesar pelo extermínio e silenciamento do povo negro ao longo da sua história. Ora, como repique de exortação e resistência nas encruzilhadas das quebradas, becos, vielas, favelas e quilombos onde se espalham mais de 50% da população que (re) existe neste país. **Sendo assim, mediação indispensável para a formação e o trabalho profissional nas suas múltiplas dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa)** (ELPIDIO, 2020, p. 520, grifo nosso).

A partir dessas considerações iniciais, entendemos a importância de mapear os estudos sobre a questão étnico racial dos PPG da área de Serviço Social de modo a contribuímos para o adensamento das reflexões do Serviço Social brasileiro quanto à questão. Tendo como horizonte que

[...] mais do que “fotografar” a realidade da incorporação da temática étnico-racial pelo Serviço Social, **o importante [...] é contribuir para que a discussão étnico-racial, com toda a sua riqueza e sua dimensão histórica, saia dos porões acadêmicos e assuma espaço de visibilidade e importância político-acadêmica nas pesquisas de pós-graduação, nas atividades de extensão universitária e, sobretudo, no processo de formação profissional** (ROCHA, 2014, p. 165, grifos nossos).

Portanto, mais do que identificar o panorama dos estudos sobre a questão étnico racial nos PPG da área, também visamos contribuir para que a discussão étnico racial alcance visibilidade fora dos espaços acadêmicos, servindo de reflexão e estímulo para todos os que estudam, atuam e militam na área.

Posto isso, a dissertação está dividida em 2 Capítulos, sendo que o Capítulo 1 trata do debate sobre alguns elementos dos fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social e a questão étnico racial e o Capítulo 2 apresenta a análise das teses e dissertações sobre questão étnico racial nos PPG da área de Serviço Social.

Como considerações finais apontamos que em oposição à produção e reprodução do silenciamento e secundarização da questão étnico racial pela dinâmica das relações sociais capitalistas o debate étnico racial vem comparecendo nos trabalhos, nas linhas e grupos de pesquisa dos PPG da Área de Serviço Social.

CAMINHO METODOLÓGICO

O método que orienta essa dissertação é o materialismo histórico dialético de Marx, pois permite considerar o objeto pesquisado no movimento do real o qual que revela suas múltiplas determinações. Esse método permite desvelar as determinações simples (imediatas) e abstratas (reflexivas), revelando no plano do pensamento as múltiplas determinações que constituem o concreto real (concreto pensado/realidade). Ou seja, o movimento do objeto pesquisado na totalidade das relações que o engendra (NETTO, 2011).

A partir desse método, o abstrato é um meio para atingir o conhecimento e o concreto/pensado/realidade é o objetivo do método, e também o resultado do conhecimento. Esse se realiza através de um movimento permanente de busca de uma compreensão do completo/concreto/realidade. Pela ótica da economia política de Marx, conhecer o concreto real/realidade não significa aplicar os princípios abstratos, nem deduzi-lo desses princípios, mas sim recriá-lo lógica e historicamente a partir da sua lei interna. Assim, conhecer a realidade não significa conhecer todos os fatos, pois esses só significam conhecimento da realidade a medida que forem explicitadas suas leis internas e suas articulações na estrutura do todo (CORAZZA, 1996).

Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas. Nesse processo de apreensão, o autor considera **fundamental dar visibilidade às contradições inclusive que permeiam e às transformações ocorridas no percurso, transformações estas que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade** (PRATES, 2012, p. 117, grifos nossos).

Esse método possibilita, portanto, que o pesquisador trabalhe “[...] sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo [...]” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39).

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

A escolha por essa abordagem teórica foi intencional por compreendermos que esse referencial possibilita uma interconexão com os processos históricos que constituíram e constituem a questão étnico racial no Brasil. Além disso, é também uma escolha teórica e metodológica do Serviço Social brasileiro desde o final dos anos 1970 para análise da vida concreta.

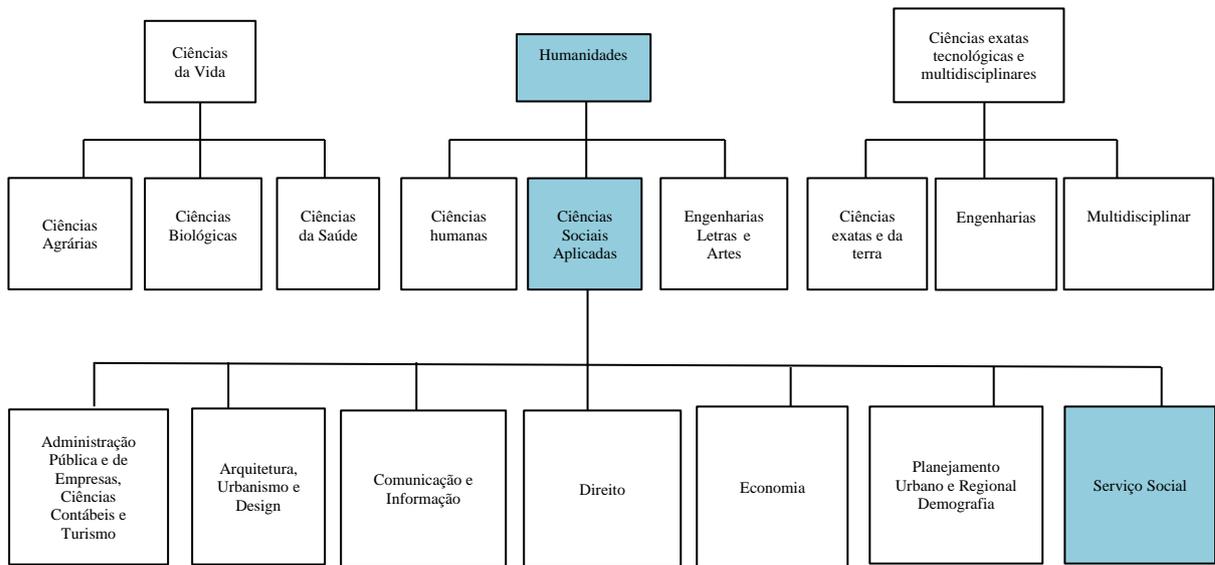
Essa perspectiva adotada pela profissão é a base para os diferentes parâmetros nas diferentes ações políticas e profissionais, como também no campo da pesquisa e produção de conhecimento. A pesquisa e o conhecimento da realidade foram fundamentais para que o Serviço Social se consolidasse como área de conhecimento e como uma nova competência sociopolítica e teórico-instrumental, no sentido de apreender o movimento da realidade (SILVA; MATIAS; NÓBREGA, 2018).

[...] a pesquisa serve não apenas como aporte teórico para a graduação, mas também para o processo de atualização e desenvolvimento das diversas intervenções profissionais, subsidiando a renovação e implementando técnicas que permitam ao Assistente Social uma percepção maior e mais precisa acerca da matéria do Serviço Social e seu objeto de análise as expressões da questão social, permitindo o contínuo e apropriação das técnicas de intervenção profissional em consonância com a área temática, que inclusive se constroem no âmbito acadêmico e embasam a construção profissional (GOMES, 2018, p. 16).

Sendo assim, a pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, determinada pela sua natureza interventiva e inserção histórica da profissão na divisão sociotécnica do trabalho. Mas, é no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para categoria, onde essa enfrenta o desafio de construir articulações orgânicas, entre a produção de conhecimento e a prática profissional (BOURGUIGNON, 2007).

No campo do conhecimento das ciências das humanidades a Área no Sistema Nacional de PG que o Serviço Social está vinculada é a 32, conforme a árvore especialidades definida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2019). O Serviço Social integra a Colégio de Humanidades e a Área das Ciências Sociais Aplicadas, juntamente com mais seis cursos (FIGURA 1).

Figura 1 – Árvore de especialidades



Fonte: CAPES, 2020.

Elaboração da autora, 2020.

Nesse contexto, o Serviço Social se constitui atualmente no âmbito da PG com 36 programas, sendo 25 em Serviço Social, 07 em Política Social, 03 em Políticas Públicas e 01 em Economia Doméstica. Com exceção desse último, os outros 35 guardam interlocução com o objeto de estudo do Serviço Social – Questão Social – Política Social e Políticas Públicas. Esses programas correspondem a 56 cursos, sendo 36 mestrados e 20 de doutorado, todos acadêmicos (CAPES, 2019).

A dissertação, portanto, analisa os estudos sobre questão étnico racial nesses PPG. A pesquisa tem natureza qualitativa, a medida que permite ao pesquisador utilizar vários métodos e formas organizativas para exploração e exposição dos dados e resultados da investigação sem com isso perder a objetividade, pois as escolhas são realizadas conforme o objeto de estudo (CHIZZOTTI, 2003). A ideia aqui consiste em particularizar sobre as características mais conceituais das produções acadêmicas sem pretender generalizar em termos numéricos.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2013, p. 20).

Nesse campo qualitativo, a pesquisa é bibliográfica, pois essa possibilita a exploração, o aprofundamento e apropriação do conhecimento acumulado, sendo capaz de gerar especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses e interpretações. Para sua execução é preciso manter a ordenação dos procedimentos de forma atenta ao objeto de estudo, não sendo um recurso aleatório. Exige um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos, de interlocução crítica com o material bibliográfico e vigilância epistemológica (LIMA; MIOTO, 2007).

Esse movimento é mediado pela leitura que funciona como a principal técnica da pesquisa bibliográfica, pois possibilita o reconhecimento, a exploração, a seleção, a reflexão/crítica e a leitura interpretativa do material bibliográfico (LIMA; MIOTO, 2007).

A leitura interpretativa é o momento mais complexo e tem por objetivo relacionar as idéias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. Implica na interpretação das idéias do autor, acompanhada de uma interrelação destas com o propósito do pesquisador. Requer um exercício de associação de idéias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar. O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41, grifos nossos).

Conforme Lima e Míoto (2007), o desenho da pesquisa bibliográfica se dá através da *investigação de soluções*, da *análise explicativa das soluções* e da *síntese integradora das soluções*. A investigação de soluções é realizada por meio de três etapas: a primeira é o levantamento do material bibliográfico; a segunda é o teste de um instrumento para levantamento das informações e a terceira consiste no levantamento das informações. Já a análise explicativa das soluções

[...] é construída a partir dos dados obtidos nas obras selecionadas, conforme a metodologia proposta e baseada no referencial teórico construído para a pesquisa. Dessa forma, realiza-se a sua exposição sempre observando os procedimentos metodológicos definidos e as classificações realizadas de modo que esta fase ‘apresente os dados a partir da classificação referente ao conteúdo das obras pesquisadas’. **Assim, nos itens que podem compor a análise explicativa das soluções, os dados obtidos podem ser apresentados em categorias conceituais, devendo sempre vir exemplificados com as afirmações dos autores, selecionadas como pertinentes ao tema/conceito em questão. É uma fase bastante ilustrativa, na qual o pesquisador procura demonstrar a validade das suas afirmações a partir dos autores pesquisados** (LIMA; MIOTO, 2007, p. 43, grifos nossos).

Após essa análise, é possível realizar a síntese integradora das soluções que possibilita a reflexão e proposição de soluções através do material bibliográfico. A exposição da síntese integradora das soluções forma então, o processo de investigação (LIMA; MIOTO, 2007).

Considerando esses elementos, a coleta de dados foi realizada de forma aberta para alcançar o panorama do objeto e reconstruir e analisar as complexidades desse (FLICK, 2013). Quanto ao universo a ser estudado, definiu-se para análise todos os programas da área 32 (excluindo o PPG em Economia Doméstica por não se configurar produção em Serviço Social), o que corresponde a **36 cursos de mestrado e 20 de doutorado**. Quanto ao **recorte temporal definiu-se o período entre 2010-2020**, sendo que a escolha pelo ano 2010 foi determinada pelo ano da criação do GTP: *Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades* da ABEPSS (ABEPSS, 2020), conforme mencionado anteriormente.

Inicialmente foi realizado um levantamento para alcançarmos uma prospecção da informação (GALVÃO, 2010), nos dois repositórios de registros de teses e dissertações no Brasil: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁷ vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Plataforma Sucupira¹⁸, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

A BDTD é uma iniciativa do IBICT, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia criada em 2002, com objetivo de integrar em um único repositório as teses e dissertações brasileiras e também de oferecer às universidades uma opção de sistema *online* para armazenamento de suas produções. Com isso, somente as universidades que utilizam o sistema BDTD é que disponibilizam suas coleções de teses e dissertações nesse repositório (BDTD, 2020).

Quanto à Plataforma Sucupira, é um Portal de teses e dissertações do governo brasileiro criado em 2013 pela CAPES para acessibilidade dessas produções e para ferramenta de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação. Funciona como um repositório disponível para consulta, mas também para controle da CAPES. De modo que os programas de pós-graduação obrigatoriamente inserem nessa plataforma dados básicos das dissertações e teses produzidas no país ou no exterior (CAPES, 2020).

Para fins deste trabalho, inicialmente as buscas se dariam em ambas as plataformas. Porém, no processo de coleta, identificamos que somente a Sucupira era suficiente para o levantamento, considerando que os 3 anos antes da sua criação - 2010-2012 - a plataforma não disponibiliza o acesso ao documento, mas disponibiliza informações importantes desses documentos como

¹⁷ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>>. Acesso em: 04 jul 2020.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/historia-e-missao#logo>>. Acesso em: 04 jul 2020.

títulos, nome do autor, instituição e tipo de produção acadêmica os quais nos possibilita encontrar o material a partir dessas informações. A plataforma Sucupira se torna, portanto suficiente, para busca devido a orientação da CAPES aos programas de pós-graduação que depositem as teses e dissertações nessa plataforma.

Após o acesso inicial aos dois sistemas, foram identificados os programas da área e a partir deles passou-se a definir as palavras chaves de busca. Para isso, foi necessário criar uma estratégia de busca, que por sua vez envolve um conjunto de procedimentos e mecanismos tecnológicos para localização da informação (GALVÃO, 2010). Quanto à definição dessas palavras-chaves ou descritores é preciso considerar a nomenclatura das bases de dados e a necessidade de alinhamento do objetivo do trabalho com os descritores ou palavras chaves que o sistema de busca reconhece. Para isso, recomenda-se a consulta do catálogo de descritores (BRANDAU; MONTEIRO; BRAILE, 2005).

Dessa forma, consultamos o vocabulário estruturado e multilíngue de descritores em Ciências da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde, o qual foi criado para servir como uma linguagem única na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas fontes de informação disponíveis (BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, 2020). Foi realizada a consulta dos descritores com as palavras: *racial* e *racismo* que trouxeram diversas palavras dentre as quais destacamos: *desigualdade racial, discriminação racial, preconceito racial, preconceito, racismo, racial, racialismo, etnocentrismo, segregação racial, prejudice, racism, social segregation*. Destacamos essas palavras porque foram as que se aproximaram do referencial teórico que norteia a dissertação.

Considerando que essa escolha revela a posição teórica e metodológica do pesquisador, para fins deste trabalho, definimos como palavras chaves: *étnico racial, questão racial* e *racismo*. Destacamos que essa definição de descritores não representa apenas um passo metodológico da pesquisa, mas indica, sobretudo, a necessidade de aproximações analíticas, pois essa escolha revela também as particularidades que conformam o tema apresentado. Portanto, não foi aleatório, pois também está subsidiada em alguns documentos norteadores da profissão no Brasil, dentre eles, o Código de Ética (CFESS, 1993) e o documento: *Subsídios para o Debate Sobre a Questão Étnico Racial na Formação em Serviço Social* (ABEPSS, 2018).

Foi então aplicada a técnica de operadores booleanos com o operador *OR* que possibilita resgatar trabalhos com qualquer uma das palavras chaves selecionadas (ALVES et al., 2012b). Também se utilizou as *aspas* porque o recurso atribui a duas palavras chaves o caráter de uma expressão. Além disso, aplicamos os *parênteses* porque agrupam as palavras chaves (ALVES et al., 2012). Posto isso, **foram identificados 166 trabalhos, sendo 109 dissertações e 57 teses** (APÊNDICE A).

Na sequência, foram extraídas informações sobre: 1) ano, 2) autor, 3) orientador/a, 4) programa, 5) tipo de documento, 6) título, 7) objetivo. Após esse percurso buscamos encontrar nos sites dos 35 PPG da área informações sobre: 8) linha de pesquisa dos Programas e 9) grupos de pesquisa dos Programas. Para apresentação dos dados encontrados, optou-se por organizar a descrição conforme as Regionais da ABEPSS, como apontado no Capítulo 2.

Quanto à análise dos dados coletados, foram tratados através da análise de conteúdo, a qual possibilita um conjunto de técnicas para explicitação e sistematização, sendo possível criar jogos de operações analíticas adaptadas ao material e objetivo da pesquisa. Com ela podemos utilizar uma ou várias operações, em complementaridade, de modo a enriquecer os resultados (BARDIN, 1977).

Sobre os compromissos éticos, garantiremos o respeito às normas de comunicação científica creditando aos autores revisados a autoria das suas ideias (MUNHOZ; DINIZ, 2011). Também alicerçamos compromisso com a divulgação dos resultados da pesquisa na comunidade acadêmica e demais espaços, buscando primeiramente contribuir com o debate na categoria e para além dela subsidiar os movimentos sociais e estudiosos do tema. Por fim, reiteramos nosso compromisso ético e político com o debate étnico racial, portanto, visamos com essa pesquisa subsidia ações no âmbito do Serviço Social brasileiro.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO ÉTNICO RACIAL

O objetivo do Capítulo é apresentar alguns elementos que entrelaçam a questão étnico racial sem a pretensão de esgotar os conteúdos e matérias presentes em cada Núcleo de fundamentação teórica das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, apresentando alguns elementos para avançar nos debates.

O Serviço Social brasileiro é uma profissão que vem se posicionando pela defesa do trabalho e dos/as trabalhadores/as, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, pelo compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social (CFESS, 1993). Essa direção social renovada da profissão é fruto de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado, gestada pelas lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar. É nesse contexto de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito, que as/os assistentes sociais se posicionaram de forma a contribuir com essa direção social renovada, a partir de uma intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador. Reverberando assim, em alterações nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização política (IAMAMOTO, 2009).

As alterações nesses campos contribuíram para o entendimento do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Essa perspectiva destaca a historicidade do Serviço Social entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e dessas com o Estado. Isso implica, em compreender a profissão como um processo, visto que ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve (ABEPSS, 1996).

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os

abarque. Ele refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Envolve a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas – por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção de vida material, pensam e se posicionam na sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 10).

Apreender a profissão, nesse sentido, requer interlocução direta com o cotidiano da atuação em diferentes espaços sócio ocupacionais em que os/as assistentes sociais estão inseridos/as. Espaços esses que condicionam o caráter do trabalho realizado, suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. De forma a compreender as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do/a assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza (IAMAMOTO, 2009).

Em boa parte das inserções profissionais, as/os assistentes sociais atuam sob uma perspectiva socioeducativa, ou seja, fazem uso de estratégias de ensino e aprendizagem para orientar sobre direitos sociais. Essas orientações ocorrem tanto no nível individual quanto coletivo, de forma que as intervenções tenham um caráter pedagógico, a partir da compreensão de que a atuação é produto das relações em sociedade e ao mesmo tempo incide sobre a própria sociedade, no campo do conhecimento, dos valores, da cultura e dos comportamentos (SILVA, FERREIRA, 2021). Através desse caráter pedagógico, os/as assistentes sociais atuam nas manifestações da Questão Social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2009).

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2009, p. 12).

Sob essa perspectiva, desde o processo de renovação crítica do Serviço Social, a categoria vem defendendo um projeto profissional que se vincula a um projeto societário e emancipatório, ancorado em instrumentos ético, políticos e jurídicos (ABRAMIDES, 2007). Esse projeto profissional apresenta, conforme Netto (1999), a auto-imagem da profissão; elege os valores que a legitimam socialmente; delimita e prioriza seus objetivos e funções; formula os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) do exercício profissional; prescreve normas para o comportamento dos profissionais e estabelece as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas. De forma que a materialização desse projeto ocorre sob diferentes dimensões: a) nos e pelos instrumentos legais; b) nas manifestações coletivas por meio de suas entidades representativas da categoria; c) nas articulações com outras entidades de Serviço Social na América Latina e demais países, com outras categorias profissionais e movimentos sociais; d) no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais; e) no ensino universitário, nos níveis de graduação e de pós-graduação *latu e strictu senso* (IAMAMOTO, 2015).

Portanto, se há um projeto articulado e compreendido a partir das relações sociais capitalistas, há ou deveria haver de forma inerente a questão étnico racial como integrante da formação profissional em Serviço Social. Nessa perspectiva, segundo Elpidio (2020, p. 519),

A lógica do projeto de formação profissional construído nos últimos 40 anos da Virada e ruptura do conservadorismo vem colaborando para que o debate racial ganhe expressão na profissão, ainda que com lacunas e silêncios a serem superados.

As DC de 1996 e o seu processo de elaboração nos remete a pensar esse contexto de um projeto de formação profissional, a partir de princípios éticos, políticos e teórico metodológicos. Cabe retomar que as DC são fruto de um amplo debate de revisão do currículo mínimo de 1982 realizado pela categoria na década de 1990. Em 1993, na *XXVIII Convenção Nacional da ABESS* (hoje ABEPSS) em Londrina, a categoria deliberou sobre os encaminhamentos da revisão desse currículo¹⁹. Na etapa final do processo de revisão do currículo, as proposições do conjunto das unidades de ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos

¹⁹ E entre 1994 e 1996 ocorreram aproximadamente 200 oficinas locais nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS e 25 oficinas regionais e duas nacionais. Em 1995, foi elaborada e aprovada na *XXIX Convenção Nacional da ABESS*, em Recife, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular. Em 1996 foi elaborado um segundo documento intitulado. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate (ABEPSS, 1996).

regionais a partir dos quais a diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o grupo de consultores de Serviço Social e a consultoria pedagógica elaboraram a *Proposta Nacional de Currículo Mínimo* apreciada na *II Oficina Nacional de Formação Profissional* e aprovado em assembléia geral da ABESS, no Rio de Janeiro. Mas com aprovação da Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a proposta de nacional de currículo mínimo passou por alterações (ABEPSS, 1996).

Segundo Iamamoto (2014), essa proposta foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Educação; a Ciência e a Cultura; Banco Mundial (BM); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a União Europeia. Esses grupos vêm defendendo um perfil do ensino superior centrado na formação por competências, a partir da premissa que os avanços da ciência e da tecnologia na sociedade contemporânea levem a suposta sociedade do conhecimento e da informação num mundo globalizado e com vistas ao crescimento econômico no século XXI. Através das exigências desses Organismos, os currículos mínimos foram substituídos por DC mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório e definição de competências e habilidades técnico-operativas²⁰. A materialização das DC, portanto ocorrem no contexto da ofensiva neoliberal provocando dessa forma a organização da categoria na construção de diretrizes que expressassem um embate da categoria com os parâmetros neoliberais (KOIKE, 2009).

A contrarreforma do Estado na educação pública brasileira gestada a partir da década de 1990 vem destruindo a educação como direito social através da privatização e da presença da lógica empresarial para organização do processo formativo. Exemplos dessa lógica na educação são a certificação em larga escala, a fragmentação do ensino e dos conhecimentos, o aligeiramento da formação profissional, a lei de inovação tecnológica e o caráter produtivista como ordenador do exercício da docência (PINTO; FARAGE, 2020). Importantes medidas nesse sentido foram

²⁰ Na ocasião, a professora Marieta Koike sob direção da ABESS abriu espaços no Ministério da Educação, na Secretaria de Educação Superior para a criação da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, responsável, entre outras funções, por apreciar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação as DC da área, expressando uma articulação política importante para a preservação da proposta original da ABESS. A entidade da categoria se recusou a adequação da formação às competências definidas pelo mercado e recorreu às competências e atribuições previstas na Lei da Regulamentação da Profissão e em preceitos do Código de Ética do Assistente Social. Tais alterações foram submetidas à apreciação de representantes das entidades nacionais, (CFESS, ABESS e ENESSO) aprovados na Assembleia ordinária da ABEPSS (IAMAMOTO, 2014).

gestadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994/2002) e Luis Inácio Lula da Silva (2003/2010) as quais contribuíram para o sucateamento das instituições públicas de ensino fundamental, médio e superior (LIMA, 2017). As medidas neoliberais na educação visavam fazer frente à tendência de baixo crescimento da economia mundial, de modo que imprimiam na Educação superior uma lógica mercantil e empresarial, estimulando a privatização. A ideia era compatibilizar o ensino superior com a financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornassem meios de obtenção de lucros excedentes, o que justificava a orientação de submeter a universidade aos interesses empresariais, explícita nas políticas de ciência, tecnologia e inovação, na mundialização do capital presidida pelas finanças (IAMAMOTO, 2014).

A compressão espaço-tempo, marca esse tempo a partir do movimento do capital na direção da sua financeirização. Com uma lógica da fragmentação, do efêmero, do transitório, do passageiro, restringindo a plenitude e a totalidade da vida ao presente. Vemos a naturalização dos processos sociais, os facilitismos, imediatismos e aligeiramentos. Nessa perspectiva, o melhor modelo de ensino é o mais barato, rápido e que oferece facilidades (GUERRA, 2011).

Nos últimos trinta anos, a Política de Educação vem passando por uma aceleração da mercantilização da educação sendo o ensino universitário um nicho importante de mercado. Há um crescente interesse do empresariado em suas possibilidades de investimento, incrementado pela fetichização da escolarização, em detrimento da ampliação do acesso à educação como um direito social. A consequência da educação universitária ter se consagrado como uma peça indispensável dos processos de acumulação de capital vem tornando a inserção de conteúdos críticos da realidade, potencialmente transformadores, alvo de ataques no sentido de deslegitimar a sua validade no campo do conhecimento. E nessa realidade, estão inseridas/os as/os docentes dos cursos de Serviço social que no conjunto da classe trabalhadora resistem às pressões e demandas do capital, particularmente no sistema público de ensino, com os cortes de recursos dos orçamentos e a ultra-precarização das relações de trabalho em que o trabalho docente é cada vez identificado como um “meio” para a escolarização e acesso ao diploma (SILVA; FERREIRA, 2021).

Para Koike (2009), a Educação como mercadoria e o estudante como cliente consumidor geram um esvaziamento na dimensão emancipatória das políticas nessa área. As universidades deixam de ser universais, embora permaneçam lugares de disputas e resistências ao padrão societário

imposto. Mantendo assim, o caráter contraditório como qualquer política social. Ou seja, atende ao mesmo tempo interesses do capital e do conjunto dos trabalhadores no processo de civilização e socialização de conhecimentos. As classes subalternas, portanto mantem suas lutas e disputas de seus interesses tanto no ensino superior um nicho central na formação de força de trabalho altamente qualificada, da produção da ciência, da tecnologia e da inovação. Assim como arena de disputas em torno de projetos diferentes de formação universitária, apontam possibilidades de resistência (IAMAMOTO, 2014).

No caso do Serviço Social, a profissão se soma a esse conjunto de resistências. A construção coletiva de proposta de formação acadêmica está fincada na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional. Defesa por uma universidade que cultiva a razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes²¹ (IAMAMOTO, 2014), ou seja, uma formação profissional na perspectiva de uma educação emancipadora. Entretanto, a Política de Educação capitalista não se estrutura por esses parâmetros, sendo sua função central mediar os processos de reprodução da sociedade capitalista, ainda que exista no interior dessa política, movimentos de resistência no sentido de construir uma educação “crítica” ou “cidadã” nos marcos dessa política. A lógica dessa Política não deseja assegurar modos autônomos de pensar e agir. Se reveste sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital (CFESS, 2014). Sendo uma das principais funções da educação formal na sociedade capitalista, a produção da conformidade e “consenso” por

²¹ As DC de 1996 estabelecem uma base comum para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada instituição de ensino superior (IES) elabora seu currículo pleno. São princípios da formação profissional: 1) a flexibilidade de organização dos currículos plenos que expressa à possibilidade de definição de disciplinas e/ou outros componentes curriculares: oficinas, seminários temáticos, atividades complementares como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2) o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social; 3) a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4) a superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5) o estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; 6) padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7) o caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8) a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9) o exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10) a ética como princípio formativo: perpassando a formação curricular; 11) a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996).

meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MEZAROS, 2008).

Dessa forma, a concepção da Política Educacional nos moldes capitalistas também contribuiu para que as concepções contidas no projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro não fossem incorporadas pelo MEC. As DC de 2002 não exprimem integralmente o projeto de formação profissional construído pela categoria. O texto final, homologado em 4/7/2001, foi descaracterizado no que se refere à direção social da formação profissional nos conhecimentos e habilidades (IAMAMOTO, 2015). Houve uma mutilação, nas palavras de Rocha (2014), dos principais elementos que expressavam a radicalidade dos conteúdos construídos coletivamente pela categoria.

Ao analisar os elementos dessa descaracterização, Iamamoto (2015) apontou que no perfil do bacharel em Serviço Social, por exemplo, constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Quanto ao conteúdo, os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular: Núcleo de fundamentos teórico metodológicos da vida social; Núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Este corte significou, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país, de forma que o conteúdo passou a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizente com os ditames do mercado.

Com essa flexibilidade curricular, há uma simplificação e aligeiramento do processo formativo desconhecendo o projeto construído pela categoria profissional e suas entidades organizativas (KOIKE, 2009). Nesse contexto, se expandiram os cursos privados de Serviço Social, que na sua maioria não prezam por uma proposta de formação pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão prejudicando a produção de conhecimentos baseados numa análise crítica da sociedade, repercutindo sob a forma de um neoconservadorismo profissional (LIMA, 2017). A onda neoconservadora conforme Guerra (2011, p. 136)

[...] tende a defender ora a destruição total da razão, ora o seu amplo empobrecimento. A negação da razão se reveste do debate sobre a crise de paradigmas, fundado na suposição de que as teorias macroscópicas já não dão conta de explicar as transformações contemporâneas, levando ao questionamento da produção teórica pautada nos modelos de cientificidade da modernidade.

Nesse contexto, há também a expansão dos cursos de Serviço Social no Ensino a Distância (EAD), sendo um dos determinantes dessa expansão os parcos investimentos necessários a sua criação e manutenção. Fomentando o interesse do empresariado e estudantes pelo pouco investimento que o curso requer mensalidades com valores inferiores do mercado (MELIM, 2016). Para Melim (2016), o EAD não pode ser considerado uma alternativa democrática de ampliação do acesso ao ensino superior, visto que é uma política que reforça as desigualdades sociais e regionais do país. E que assegura aos ricos o ensino de qualidade e aos que não possuem condições para acessar as poucas instituições de graduação públicas presenciais ou de custear a sua própria formação de qualidade, uma formação cuja expressão máxima é precarização e a mercantilização da educação. Segundo a autora, a ampliação dessa modalidade tem atendido às determinações dos organismos internacionais prevalecendo a lógica financeira nas relações. Nessa lógica social da liberalização e internacionalização do comércio, esta incluída a transmutação da educação como direito para serviço. Refletindo, portanto, a perfeita combinação entre os interesses do mercado interno e os interesses políticos governamentais de elevação dos indicadores quantitativos relativos ao ensino superior, para atrair novos investimentos para o país e cumprir metas e exigências dos organismos internacionais.

Um exemplo que ilustra isso, pode ser visto no contexto da pandemia pela Covid – 19 no Brasil, onde o EAD é reforçado como alternativa capaz de proporcionar educação àqueles que se encontram impedidos de frequentar as escolas e/ou universidades. Com o nome de “ensino remoto emergencial”, ou apenas “ensino remoto” ou “ensino mediado” por tecnologias, uma nova empreitada busca transfigurar a educação pública. Nesse sentido, é fundamental que problematizemos os riscos e perigos de uma educação mediada pelas tecnologias da informação como forma exclusiva de acesso à uma formação profissional (PINTO; FARAGE, 2020). No caso do Serviço Social, esse contexto sanitário recoloca os desafios à materialização do projeto de formação profissional proposto nas DC, no que tange a apropriação e produção de conhecimentos críticos sobre a realidade, e, sobretudo o desenvolvimento do tripé de ensino-pesquisa-extensão, sendo urgente e necessário reafirmar a defesa da educação pública como um direito social.

Um contexto que exige a reafirmação dos objetivos da formação em Serviço Social proposta pelas DC, sob as perspectivas teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a) apreensão crítica do processo histórico como totalidade; b) investigação sobre a formação histórica e dos processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social brasileiro; c) apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; d) apreensão das demandas consolidadas e emergentes postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; e) exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional (ABEPSS, 1996). O que implica na necessidade de um sólido referencial teórico metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico analítico e um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao *ethos* do trabalho e também um acervo técnico instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional (GUERRA, 2014). Para tanto, é necessário que a formação profissional possibilite elementos teóricos e metodológicos para o desvelamento das dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica (GUERRA, 2014).

As DC de 1996 expressam, dessa maneira, uma concepção de ensino fundamentado na dinâmica da vida social, propondo a permanente construção de conteúdos teóricos, éticos políticos e culturais para a intervenção profissional nos processos sociais, sendo possível a incorporação de diversos conteúdos para subsidiar a formação profissional (ABEPSS, 1996).

Nessa lógica, os estudos sobre a questão étnico racial são de fundamental importância para integrar a formação profissional, visto que é a partir das relações sociais estabelecidas no e pelo modo de produção escravista que podemos compreender as relações sociais vigentes na sociedade brasileira, considerando que o país tem uma história de quase 400 anos de escravismo que estabeleceu as relações de produção fundamentais na estrutura dessa sociedade após a Abolição em (1888) (MOURA, 2020).

Elpidio (2020) aponta que esse debate da questão étnico racial pode comparecer na formação profissional tanto através das disciplinas específicas, como também nos núcleos de fundamentação teórica. Resguardadas as particularidades dos conteúdos, esse debate pode comparecer nos três núcleos, visto que é um componente estruturante das análises que sustentam toda a formação profissional em Serviço Social, em sintonia com a lógica curricular das DC.

Esses Núcleos de fundamentação da formação profissional congregam os conteúdos necessários para a compreensão dos processos de trabalho que as/os assistentes sociais estão inseridas/os. E orientam um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Esses Núcleos não são autônomos nem subsequentes, expressam níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional visando subsidiar a intervenção profissional. Dessa forma, os Núcleos funcionam como eixos articuladores da formação profissional que se desdobram em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares. Essa organização objetiva romper com uma visão formalista do currículo, reduzida a matérias e disciplinas. E propõe uma nova forma de realização das mediações, compreendidas como a relação teoria prática que devem permear toda a formação profissional, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão (ABEPSS, 1996).

No caso da apreensão da *questão étnico racial* como elemento estruturante nas análises que embasam o processo de formação profissional podemos destacar em cada um desses Núcleos algumas possibilidades para apreensão do debate, conforme discorreremos a seguir.

2.1 Núcleo de Fundamentos Teóricos Metodológicos da Vida Social

A definição desse núcleo o coloca como

[...] responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como *praxis*, o que implica no

desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade (ABEPSS, 1996, p. 10, grifo nosso).

A compreensão pelo Serviço Social da dinâmica da vida social e da constituição do ser social requisita a compreensão do racismo estrutural como elemento conformador desses processos (SILVA, 2017). Os pilares da dinâmica da vida social brasileira, contaram com a adoção pela elite brasileira de uma ideologia racial²² entre os anos 1870 e 1920, segundo Jaccoud (2008). De acordo com Schwarcz (1993), era comum no ensino superior a formulação de produções que atribuíam à questão racial o fator explicativo para inferioridade do povo brasileiro. Segundo Silva e Santos (2012), para a Faculdade de medicina da Bahia, por exemplo, o grande mal da sociedade brasileira era a miscigenação, as doenças e os casos de loucura e criminalidades como frutos do cruzamento racial. Esse discurso racista travestido de cientificidade era propagandeado tanto pela área médica, como pelas Faculdades de Direito, Museus e Institutos históricos. No campo criminológico, Rodrigues (2011) atestava que os negros e índios eram tipos menos normais e irresponsáveis e, portanto era preciso construir códigos penais para diferentes raças, a partir da noção de que negros eram incapazes de controlar supostos impulsos à criminalidade e por isso precisavam de punição diferenciada dos brancos.

A produção de explicações como essas, conforme Eurico (2017), serviu para justificar a desigualdade entre os povos cumprindo uma função primordial no sistema capitalista: a dominação de um grupo sobre o outro, com o intuito de acelerar o processo de acumulação que, a qualquer preço, segue na contramão da lógica de respeito ao outro, como ser humano genérico.

Para Moura (2019), o conjunto dessas produções significa a construção pelas elites brasileiras de um pensamento social subordinado, ou seja, um pensamento que era reflexo da ideologia escravista. Esse pensamento social subordinado, portanto, contribuiu para que os estudos sobre a questão étnico racial na sociedade brasileira fosse mediado por preconceitos acadêmicos. De um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada que representava os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua reprodução, na dinâmica ideológica da sociedade.

²² Essa ideologia teve como base a construção biológica/racista sobre a raça entre os séculos XVIII e XIX quando a classificação das espécies foi usada para classificar os seres humanos. Assim, os que tivessem a pele branca seriam valorizados em seus aspectos fenotípicos, enquanto os que tivessem a pele negra seriam desvalorizados nesses aspectos e por consequência essa classificação racial foi apropriada para sustentar a noção de raças superiores e inferiores e as diversas formas de dominação e exploração (MUNANGA, 2003).

Esse pensamento racista operou no contexto das mudanças sociais atuando de forma indispensável para que as elites reordenassem os seus interesses, seja na divisão social do trabalho ou do prestígio social (VIEIRA, 2017) servindo dessa forma para dividir e explorar a classe trabalhadora e escamotear as contradições de classes (GÓES, 2021). Tal pensamento racista, também foi funcional ao projeto de nação brasileira, no qual o progresso não dependia apenas do desenvolvimento econômico ou da implantação de instituições modernas, mas também da ideia de aprimoramento racial. Dessa forma, esse pensamento influenciou as decisões públicas e contribuíram para o aprofundamento das desigualdades sociais ao restringirem as possibilidades de reprodução social da população negra, visto que o projeto de um país moderno era um projeto de nação branca através de incentivos à entrada de imigrantistas europeus (JACCOUD, 2008).

Tal projeto capitalista de nação branca no Brasil, contribuiu para sedimentar o genocídio e o extermínio da população negra, ainda presente nos dias atuais. Sendo essa uma violência gestada de forma ideológica com o intuito de exterminar essa classe social através de diversos mecanismos de extermínio como morte, injúria corporal e mental, precárias condições de vida e interrupção do nascimento (NASCIMENTO, 2016).

Por esses elementos, se apropriar da raça como categoria analítica da dinâmica da vida social e constituição do ser social na sociedade brasileira nos ajuda a compreender a totalidade dos processos. Nesse caso, é importante destacar que os movimentos sociais negros e antirracistas contribuíram para o abandono da concepção biológica do termo raça e de sua resignificação como uma categoria fundamental para análise das relações e desigualdades étnico-raciais (CFESS, 2016). Segundo Munanga (2003, p. 6-12-13, grifo nosso)

[...] raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de **raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Alguns, fogem do conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de “fala politicamente correta”. Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo.** Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje.

Cabe então comentar que etnia “[...] é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (MUNAGA, 2003, p. 12).

A maioria dos pesquisadores brasileiros que atuam na área das relações raciais e interétnicas recorrem com mais frequências ao conceito de raça. **Eles empregam ainda este conceito, não mais para afirmar sua realidade biológica, mas sim para explicar o racismo, na medida em que este fenômeno continua a se basear em crença na existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas** (MUNANGA, 2003, p. 12, grifo nosso).

Raça é, então, um conceito relacional e histórico. E por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão. Assim, a história das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019). E sendo relação social, abrange a dimensão social, política e cultural da sociedade (GOMES, 2005).

[...] raça é um conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional. Ou seja, raça não é uma fantasmagoria, um delírio ou uma criação da cabeça de pessoas mal intencionadas. **É uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos** (ALEMIDA, 2019, p. 52, grifo nosso).

Ao balizar as análises da dinâmica da vida social brasileira e da constituição do ser social a partir da raça como relação social de dominação capitalista, podemos perceber de acordo com Gomes (2005) os processos de dominação, e também de discriminação operados pelo modo de produção capitalista. Segundo Mbembe (2011, p. 9), “[...] a raça foi sempre uma forma codificada de censura e de organização das multiplicidades, da sua fixação, da sua distribuição ao longo de uma hierarquia e da sua repartição no seio de espaços [...]”.

Através da categoria raça podemos perceber que a população negra compõe a população brasileira mais pobre, com maior supressão dos direitos sociais, maior número de mortes e nas mortes violentas pelo Estado, mas que também, vem resistindo há séculos às diversas formas de exploração e opressão.

Muitos dados comprovam essa desigualdade, com o levantamento da Organização Não Governamental *Criola*, que mostra que a mortalidade de grávidas e puérperas negras pela

COVID-19 superaram em 78% os óbitos das mulheres brancas em todo o país, sendo que na região Norte é mais desproporcional com 87% das mortes de mulheres negras e o Nordeste com 71% dos óbitos. Na avaliação da entidade, essa é mais uma demonstração do racismo no Brasil (PORTAL GELEDÉS, 2022). Inúmeras pesquisas também revelam que as populações negra e indígena são as que mais aparecem em desvantagens socioeconômicas e de representação em espaços de poder e decisão. Exemplo disso no campo do trabalho, é que as mulheres negras exercem os trabalhos domésticos e recebem os mais baixos salários. E na educação, são as populações negras que ingressam mais tardiamente nos espaços escolares e que saem (“evadem”) mais precocemente. Em relação ao acesso à justiça, a desigualdade se mantém, pois as penas mais duras são aplicadas às populações negras, mesmo quando cometem os mesmos crimes praticados por populações brancas (CFESS, 2016).

Essas marcas e rupturas provocadas pelo racismo são fatores determinantes nos processos de adoecimento e morte, seja pelas situações de violência urbana, que no caso dos jovens negros assassinados configuram-se como genocídio, seja pelo acolhimento institucional em diversos tipos de instituições do sistema socio assistencial e prisional, entre outros aspectos (EURICO, 2018).

Esses dados reforçam a importância do/as assistentes sociais/as fomentarem o preenchimento do “quesito cor” nos documentos das instituições, pois esse deve ser apreendido e utilizado como importante uma categoria de análise das relações étnico-raciais no país e como informação relevante e indispensável no processo de garantia de direitos e de geração de políticas para equidade (CFESS, 2016), podendo contribuir também para produção de pesquisas científicas sobre a questão étnico racial.

Pesquisas nessa perspectiva, poderá contribuir para o fortalecimento de ações de combate ao racismo que conforme Almeida (2019), é forma sistemática de discriminação que se fundamenta na raça e se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem.

Conforme Nascimento e Thomaz (2008, p. 214), [...] o racismo conforma um conjunto de discursos e práticas que demandam a formação ou a manutenção de um arranjo hierárquico das relações entre grupos sobre a base de um conjunto de traços físicos arbitrariamente definidos.

Para Seyferth (1995, p. 201), “o racismo concebe a humanidade como uma série de grupos hierarquicamente superpostos, usando fatores de raça, classe e cultura coincidentes”. O racismo é, desse modo, a engrenagem da dinâmica da vida social brasileira.

Segundo Eurico (2018), também é um fenômeno universal que incide através da desqualificação de tudo aquilo que remete à herança genética, cultural, religiosa, tradições e valores da população negra. Atualmente, existe uma apropriação de alguns símbolos e uma valorização positiva a partir da análise do grupo dominante, com o intuito de promover a harmonia social. Com frequência, podemos encontrar a valorização de objetos e adornos específicos, contudo, isso não é sinônimo de valorização da população negra. E, embora a tese pseudocientífica de que as populações negras eram naturalmente inferiores tenha sido derrubada, o racismo segue incorporado nas relações sociais cumprindo a sua função social.

Dessa forma é preciso que se reconheça, conforme Moura salientou (2020, p. 22), que “o racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular”. E mediante a essas análises é *mister*, que a formação profissional em Serviço Social forneça elementos para que se compreenda o racismo como constituinte da dinâmica da vida social, da constituição do ser social, da divisão social trabalho e dos projetos de sociedade presentes na atualidade.

A compreensão da dinâmica da vida social nessa perspectiva contribui para um alinhamento ao Código de Ética profissional, que estabelece o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes como autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (Art.1) (CFESS, 1993). A materialização desses valores aponta para construção de uma outra sociedade considerando que a exploração, dominação capitalista limitam as suas concretizações. No caso do conjunto dos/as trabalhadores/as negros/as, isso é ainda pior considerando que as condições de reprodução da vida são estruturadas pelo racismo. Nesse sentido, todo esse debate perpassa pelo reconhecimento de que a construção de outra sociedade requer também destruição das formas de manifestação do racismo estrutural.

2.2 Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

Esse núcleo definido pelo acúmulo do debate da categoria:

[...] remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc (ABEPSS, 1996, p. 11, grifo nosso).

Dentre as orientações de estudos, estão às análises da constituição, trajetória e ação das classes sociais em seus conflitos, diferenças, alianças em suas dimensões econômicas, políticas e culturais. E também, o conhecimento do movimento das ações das classes subalternas de modo a reconstruir sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar (ABEPSS, 1996).

Esse Núcleo remete ao resgate dos conteúdos sobre as resistências negras no modo de produção escravista brasileiro (SILVA, 2017). Aproximar-se das lutas e resistências dos trabalhadores negros escravizados colabora para que o Serviço Social se consolide como uma profissão que se posiciona a favor da construção de uma outra sociedade. E incorpore teoricamente e politicamente as experiências de luta e resistência dos/as trabalhadores/as negros contra o modo de produção capitalista na sua forma escravista. De forma a compreender a perspectiva apreendida por Moura (2020) quando reflete que:

[...] a dinâmica básica do sistema escravista e sua superação estrutural está nos conflitos entre as classes que eram substantivas nesse modo de produção. Que algum tipo de relacionamento alternativo entre os escravos e senhores existiu ninguém põe em dúvida, mas, se ele fosse o tipo determinante da estrutura dessas classes jamais o escravismo entraria em crise e seria substituído por outro modo de produção pelo menos no prazo que foi. Teria de ficar esperando as contradições externas para destruí-lo e isso não aconteceu embora fatores exógenos tenham contribuído periféricamente na sua última fase (MOURA, 2020, p. 34-35).

Esse modo de produção não foi, como expressado, somente uma relação de exploração e opressão, mas sobretudo de lutas e resistências de diversas formas e alcances (SOARES, 2020). Durante a formação brasileira, os negros escravizados foram responsáveis pela estabilidade nos trópicos de uma economia latifundiária e colonial, baseada na exportação de gêneros para o mercado mundial. Mas ao mesmo tempo, foi o quilombola, o negro fugido nas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que

dinamizaram a passagem de uma forma de trabalho para outra, ou, em outras palavras, a passagem da escravidão para o trabalho livre (MOURA, 2020). “[...] o quilombo é a primeira manifestação negra caracterizada por todo um movimento coletivo que tinha em suas ações a postura explícita de combate à exploração e subjugação dos corpos negros” (CRUZ, 2019, p. 8).

Desde 1740, os Quilombos são definidos “como toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte povoada ainda que não tenham ranchos nem achem pilões neles”. E tanto no Brasil como em outras partes da América onde existiu o escravismo, esses ajuntamentos se proliferavam como sinal de protesto negro escravo às condições desumanas e alienadas do modo de produção escravista (MOURA, 2020).

A fuga e o aquilombamento concretizavam a passagem de escravizado à quilombola e produzia novas formas de assimetria social, pois retardava o processo de produção no qual o escravizado era uma “peça” e impulsionava a sociedade no seu sentido global para novas formas de convivência. O aquilombamento onerava o trabalho escravo no seu conjunto e destituía de legitimidade ao organizar e desenvolver formas de vida social baseadas em outros modos de produzir (SILVA, 2021). Embora a quilombagem não tenha significado um projeto de nova ordenação social capaz de substituir o escravismo, tinha o potencial e dinamismo para desgastá-lo e criar elementos de crise permanente (MOURA, 2020).

Tais organizações são exemplos irrefutáveis de uma luta negra contundente contra o sistema escravista/racista brasileiro que conseqüentemente interferiam, mesmo que de forma não consciente e organizada nas bases da luta de classe, nas condições de produção e reprodução do sistema capitalista em sua forma de acumulação colonial (CRUZ, 2019, p. 88).

Mas, ainda que essa população se colocasse contra a ordem escravista, não possuíam elementos cognitivos capazes de fazê-los um ser autoconsciente. Sua posição de classe e condição de subjugado, não colaborava com a criação de elementos ideológicos para transformá-lo na classe que através das suas lutas conseguiria o poder do Estado. O objetivo dessas lutas era destruir as bases materiais e as relações de trabalho. Nessas condições, não era possível um movimento coletivo de caráter revolucionário. Para que assumisse tal significado, seria preciso que o comportamento da coletividade fosse organizado, a partir de uma consciente ação da condição escrava de modo a apreender a situação alienada em que se encontravam (MOURA, 2020).

Essa condição dos/as trabalhadores/as negros escravizados, portanto, não diminui a relevância de suas lutas e resistências e mostra o quanto essa população foi insurgente à dominação capitalista. Nessa perspectiva trazida aqui, analisar o modo de produção escravista brasileiro a partir das lutas e resistências dos/as negros/as escravizados/as localiza o campo de disputa teórica sobre os fundamentos estruturais da formação social brasileira, mostrando assim, a relevância para o Serviço Social brasileiro.

Interpretações como essas que resgatam o conflito entre os senhores e os/as negros/as escravizados/as, nos indica o quanto é importante interpretar e analisar a história a partir da perspectiva dos/as negros/as e povos originários que foram oprimidos e combatentes da exploração e dominação capitalista desde sua gênese. Para Moura (2020) a “história oficial” foi feita através de um processo seletivo no qual as classes dominantes estabeleceram o critério de quem é herói ou anti-herói. A historiografia brasileira selecionou como heróis os vencedores, não aqueles que foram derrotados nos diversos momentos de rebelião, rebeldia ou projeto de mudança social. Dessa maneira, os produtores dessa historiografia colaboraram para que os processos sociais brasileiros tivessem uma visão elitista e marcial do nosso desenvolvimento. Entretanto, isso não aconteceu por imprecisão conceitual ou metodológica, mas pelas barragens culturais e políticas que pressionaram e dificultaram a legitimidade da história. Com isso, provocou-se uma distância entre a verdade histórica que cabe ao historiador registrar e as necessidades e exigências que as classes dominantes atribuíram aos historiadores.

Isso aconteceu porque a dinâmica do projeto colonial organizador da sociedade brasileira promoveu o encobrimento do elemento central de sua origem como colônia, que se perpetuou no Império e posteriormente na República: o poderoso conflito resultante da exploração e da violenta opressão contra os povos originários e os africanos escravizados e seus descendentes (SILVA, 2021). Esse projeto penetrou todas as esferas da vida social, inclusive na produção do pensamento social brasileiro, contribuindo para que algumas obras sobre a formação social brasileira fossem elaboradas a partir de uma perspectiva teórica que não teve como ponto de análise o conflito entre os senhores e os escravizados, e, portanto negando raça/classe no modo de produção capitalista na sua forma escravista. Um exemplo disso é a obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre que é considerado como uma análise importante que orienta uma direção teórico política de muitas outras obras e reflexões influenciando o pensamento social brasileiro (FREYRE, 2006).

Dessa maneira, é importante que o Serviço Social não só incorpore o debate étnico racial no processo formativo como também fortaleça as pautas junto a esses povos pela transformação da sociedade. A aproximação com os movimentos sociais negros e demais movimentos aliados é mais uma oportunidade de efetivar o compromisso ético e político da categoria com a transformação da sociedade capitalista. Aquilombar-se com os movimentos sociais negros e demais movimentos profissionais, confirma coerência ao Código de Ética profissional, conforme art. 9 da necessidade dessa articulação (CFESS, 1993).

2.3 Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

Sobre esse núcleo o conteúdo programado:

[...] considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e *sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: *o objeto ou matéria prima* sobre a qual incide a ação transformadora; *os meios de trabalho* - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a *atividade do sujeito* direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o *produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas (ABEPSS, 1996, p.12).

Dentre as possibilidades que esse Núcleo permite quanto à questão étnico racial, está a importância do alinhamento do debate dos instrumentos e competências do trabalho profissional com uma *práxis* anticapitalista e antirracista nas intervenções das múltiplas expressões da questão social. Essas expressões, segundo Iamamoto (2015), expressam as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Isso significa

[...] **apreender como os sujeitos a vivenciam. Ora, desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com as quais se trabalha é um dos requisitos para que se possa decifrar as diversas formas de luta, orgânicas ou não, que estão sendo gestadas e alimentadas, com inventividade, pela população.** É condição ainda para se perceber as aspirações, os núcleos de contestação, a capacidade de imaginação e de invenção da sociedade aí presentes, que contém misturados elementos de recusa e afirmação do ordenado social vigente. **Esta parece ser uma das condições para que o assistente social possa romper com a relação tutelar e de estranhamento com os sujeitos junto aos quais se trabalha e um**

caminho fértil para formulação de novas propostas de trabalho (IAMAMOTO, 2015, p. 76, grifo nosso).

Considerando também aqui a investigação como dimensão constitutiva do exercício profissional expressa nas competências e atribuições profissionais (GUERRA, 2014) como um instrumento que colabora para o conhecimento da realidade dos sujeitos que vivenciam as múltiplas expressões da questão social. Assim, a investigação da realidade apoiada em estudos e pesquisas que contemple a questão étnico racial, poderá contribuir para que o Serviço Social desenvolva uma *práxis* antirracista. Aqui, *práxis* é tomada de acordo com Silva e Ferreira (2021, p. 135) “[...] no seu sentido marxista, referido à atividade livre, criativa e auto-criativa por meio da qual a humanidade cria e transforma o mundo e a si própria, construída numa relação entre teoria e prática que é teórica e prática”. Visando dessa forma, a transformação das relações étnico raciais construídas pelo racismo.

Essa *práxis* possibilita reconhecer as ações imediatas para a população negra, por exemplo, e que essas intervenções questionem e proponham projetos que colaborem para formulação de políticas sociais que intervenham nas múltiplas demandas.

Para que o desenvolvimento das competências profissionais do/a Assistente Social descritas na Lei que regulamenta a profissão²³ expresse uma *práxis* antirracista, portanto, é necessária apreensão que considere o racismo estrutural como constituinte das relações sociais do modo de produção capitalista. A compreensão disso colabora para que concluída a formação profissional, o exercício profissional também expresse uma *práxis* antirracista buscando realizar o enfrentamento do racismo, da discriminação e preconceito racial, conforme os documentos elaborados pela categoria. Na série (2016) reafirma-se que é no âmbito da defesa de direitos que os/as Assistentes Sociais são convocados/as a intervir. Nesse terreno arenoso da intervenção, constituído de tensões e contradições, esse defrontará com os limites e possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes. Faz-se necessária a

²³ a) elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; b) elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social com participação da sociedade civil; c) encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; d) elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao serviço social; e) coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de serviço social; f) fiscalizar o exercício profissional através dos conselhos federal e regionais; g) dirigir serviços técnicos de serviço social em entidades públicas ou privadas; h) ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (CFESS, 1993).

apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do PEP profissional, quanto a sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal (CFESS, 2016). Sendo a *práxis* antirracista um elemento que deveria ser indissociável da *práxis* anticapitalista.

O racismo se manifesta de diferentes formas, desde atitudes no âmbito das relações individuais, a relações estruturais e institucionalizadas. Manifesta-se tanto em ações concretas de discriminação racial, como em atitudes de omissão frente a injustiças decorrentes da condição étnico-racial. É gerador de múltiplas violências, guerras, desigualdade racial, perseguição religiosa, extermínio. E pode estar subjacente a ideias preconceituosas e a práticas de discriminação, segregação, isolamento social e aniquilamentos (CFESS, 2016, p. 11).

No âmbito institucional o racismo se expressa no modo como as instituições estabelecem suas diretrizes gerais, nas relações de poder. É no cotidiano das instituições que as/os assistentes sociais podem assumir o compromisso de desvelar o racismo na dimensão organizacional, proporem intervenções na direção oposta e desempenhar papel relevante também no trabalho com a equipe para coibir práticas racistas, que incidem nas populações negras (EURICO, 2018). Partindo da compreensão que a discriminação racial é a prática do racismo, e a efetivação do preconceito. O racismo e o preconceito se encontram no âmbito das doutrinas, julgamentos, concepções de mundo e crenças, já a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam (GOMES, 2005). Sendo uma ação que nega a igualdade de tratamento a uma pessoa ou grupos de pessoas em razão de sua origem econômica, sexual, religiosa, étnica, racial, linguística, nacional diferente da origem do discriminador (MUNANGA, 2010). Estar atento às ações de discriminação e preconceito racial veículos do racismo estrutural nas relações institucionais contribui para que os/as assistentes sociais não incorram no que Munanga (2010, p. 1) nos alerta:

[...] o maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiras e brasileiros, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as manifestações do nosso racismo à brasileira, por causa de suas peculiaridades que o diferenciam das outras formas de manifestações de racismo. Além disso, ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar “mito de democracia racial brasileira”, que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista.

Como afirma Gonzalez (1984, p. 228) “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra”. Sendo assim, essa tentou negar a desigualdade racial entre brancos e negros afirmando que existia entre esses grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. De um lado, pretendeu negar a discriminação racial contra os negros e de outro, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídas sobre esse grupo racial (GOMES, 2005). A ideia de democracia racial, propagada por esse mito, serviu como instrumento ideológico de controle social e legitimação da estrutura de desigualdade social, discriminação e opressão racial (MADEIRA; GOMES, 2018).

Posto isto, para uma *práxis* antirracista é preciso que as/as assistentes sociais reconheçam o racismo manifesto nas expressões da questão social e o quanto essas expressões vêm acompanhadas das práticas de discriminação e preconceito racial, os quais contribuem para violação dos direitos sociais as populações negras e povos originários. Para tanto, a *Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, do CFESS através da *Gestão É de batalhas que se vive a vida* (2017-2020), nos indica que é importante que as ações²⁴ de combate ao racismo no exercício profissional ocorram com o conjunto das equipes de trabalho e os usuários dos serviços sociais (CFESS, 2020). Para uma *práxis* antirracista é preciso que as necessidades imediatas das populações negras sejam atendidas a partir da recuperação dos elementos históricos que configuram as expressões da questão social na nossa sociedade. Além disso, é importante que o atendimento dessas demandas conte com a contribuição desses sujeitos, e que essas demandas sejam atendidas tendo em vista a necessidade de superação do capitalismo.

²⁴ a) pautar, na instituição, a necessidade de promover deslocamentos físicos institucionais em direção a este grupo, cujo acesso aos serviços ofertados institucionalmente é comprometido ou sub-representado; b) atentar para a necessidade de alterar as formas de abordagem, considerando a necessidade de deslocamentos aos locais de moradia, onde se realizam abordagem individuais, alternando-se com atividades coletivas (grupais) que facilitem a troca de experiências e o agrupamento de questões vividas em comum; c) atentar para a necessidade de alterar a linguagem e se fazer compreender, considerando-se os baixos níveis de alfabetização/escolaridade; d) dialogar com o vocabulário e as práticas que expressam as diferentes atitudes, crenças (inclusive religiosas) e preferências dos usuários, como formas de fortalecer sua autonomia; e) atualizar permanentemente informações sobre características da população segundo raça/cor e sexo/identidade de gênero, preferencialmente provocando essa questão como uma ação institucional e/ou da equipe; f) propor atividades conjuntas entre serviços e políticas setoriais do campo da seguridade social ampliada (como educação, habitação, lazer e emprego), na perspectiva de ampliar as possibilidades de atendimento; g) provocar a instituição quanto à necessidade de capacitação continuada (educação permanente) para as equipes, que incluam conteúdos de combate ao racismo institucional e acolhimento da diversidade. Ademais, é preciso fazer com que tais iniciativas resultem em metas de cobertura para grupos populacionais afetados pelo racismo, por exemplo; h) estimular a ampliação da representação negra, com equidade de gênero, nos diferentes mecanismos de participação e controle social nos diferentes setores das políticas públicas e nas três esferas de gestão; i) conhecer e incorporar, como ferramenta de trabalho, a legislação antirracista brasileira e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; j) colaborar e cobrar que se colem os dados de cor/raça nos sistemas de informação do SUS; k) consultar esses dados para inclusão da temática da saúde da população negra em atividades formativas a serem desenvolvidas com usuárias/os e lideranças de movimentos sociais nos territórios (CFESS, 2020).

Também é importante que esse posicionamento teórico e ético político quanto à questão étnico racial, esteja presente da formação continuada *latu senso* e *stricto senso* através dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social e outros espaços de formação. No caso da pós-graduação *stricto senso* essa é um campo fértil para o fortalecimento de debate da questão étnico racial e Serviço Social, pois poderá colaborar para que as próximas gerações de profissionais/docentes e pesquisadores retroalimentem a análise sob a perspectiva apresentada aqui. As DC para formação em Serviço Social se estendem para a pós-graduação da área, sobretudo daqueles programas cuja área básica é o Serviço Social. Esses Programas vêm de certa forma incorporando os conteúdos referentes aos três núcleos da formação profissional através de disciplinas que compõem os seus projetos pedagógicos (ABEPSS, 2017). Dessa forma, esse debate deve comparecer nos currículos dos Programas seja através dos seus grupos de pesquisas, linhas e disciplinas.

[...] é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade (ABEPSS, 2018, p. 19).

Para compreendermos como esses Programas vem trabalhando e abordando toda essa discussão, o próximo capítulo apresenta um panorama geral a partir dos dados coletados que destacam a questão étnico racial.

CAPÍTULO 2

A PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO ÉTNICO RACIAL

O objetivo do capítulo é apresentar o panorama dos dados coletados das teses e dissertações que abordam a questão étnico racial nos Programas de Pós-Graduação (PPG) da área de Serviço Social, visando contribuir com o adensamento do debate sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da profissão. O capítulo, inicialmente aborda o panorama das características gerais dos PPG, buscando situá-los quanto à origem, vínculo e distribuição, conforme regionais da ABEPSS. E na sequência, a análise dos dados coletados.

A direção da análise a partir do método, definido para esta dissertação, é histórica e crítica no sentido de reivindicar o debate étnico racial como condicionante de qualquer análise da sociedade e da profissão. Visto que, a reprodução das relações sociais capitalistas precisa silenciar e/ou secundarizar esse debate em todas as esferas da vida social para reprodução da opressão e dominação capitalista, conforme os elementos já apontados no capítulo anterior. Nesse contexto, diversos pesquisadores/as²⁵ vêm questionando as bases e a reprodução dessa lógica no contexto educacional.

De antemão é importante demarcar, que ao apontarmos elementos para discussão a partir do panorama dos PPG, o intuito é de contribuir para o adensamento do debate interno acumulado pela categoria de assistentes sociais e, nesse sentido, não se pretende realizar nenhum tipo de cobrança específica ou localizada a nenhuma instituição ou sujeitos envolvidos. A ousadia aqui consiste em trazer um mapeamento mais fiel da realidade para lançar luz em futuras proposições que continue qualificando nossa formação profissional e organização política.

É preciso destacar que a PG vem contribuindo para o processo de renovação do Serviço Social levando a profissão a se apropriar mais densamente do pensamento crítico da tradição marxista e do pensamento marxiano os quais imprimem o aprofundamento em torno dos fundamentos e do questionamento da visão tecnicista e instrumental da profissão. Desencadeando um processo

²⁵ Para aprofundar o debate ver Mocelim e Gross (2020); Silva e Santiago (2016); Ribeiro (2018); Alves (2012); Carneiro (2005).

de renovação no interior dos Programas, que através das produções e pesquisas contribuem para uma fundamentação mais rigorosa na graduação (GUERRA, 2011).

É notório que a profissão alcançou um amadurecimento teórico que a permitiu uma consolidação no âmbito da formação e pesquisa e conseqüentemente na produção do conhecimento, contribuindo na consolidação das Ciências Sociais no país. Nesse percurso, adquiriu visibilidade no campo acadêmico demarcando a defesa de uma educação laica, pública, gratuita, democrática, socialmente referenciada e autônoma em face da dinâmica burguesa. Obviamente, não sem lutas e resistências, principalmente numa conjuntura de sucateamento do ensino público em todos os níveis, colocando entraves à reprodução das instituições como direito, como espaço de apropriação e produção de conhecimento crítico. A flexibilização demandada pelos processos de enfrentamento da crise do capital adentra os espaços do ensino superior flexibilizando a estrutura curricular e estabelecendo um marco regulatório que oferece as bases para atender as necessidades de valorização do capital. Dentro dessa lógica mercantilista, pragmática e instrumental, a pós-graduação no Brasil é instrumentalizada para responder diretamente às necessidades do capital e serviços oferecidos no mercado (GUERRA, 2011).

É nesse contexto adverso, que os PPG da área vêm resistindo e propiciando a formação de quadros para a docência tanto para o Brasil quanto para outros países da América Latina e outros continentes como o Africano²⁶. A área também vem recebendo candidatos de diversos campos do conhecimento interessados no debate sobre o capitalismo e questão social (CAPES, 2019).

Esse processo de internacionalização é resultante da solidariedade entre programas e grupos de pesquisa de diversos países com o objetivo de fortalecer a pesquisa e produção de conhecimento. O que se apresenta para a categoria como algo vital no projeto profissional, pois no contexto do movimento de renovação profissional brasileiro, essa internacionalização propiciou o avanço da perspectiva crítica de análise do desenvolvimento capitalista contemporâneo tanto para fora como internamente para a própria profissão. Isso passa a compor

²⁶Para exemplificar, os dados de 2016 mostram que os Programas contavam com 426 docentes permanentes, 100 colaboradores e 14 visitantes da Costa Rica, Espanha e Cuba. A área vem mantendo intercâmbios e cooperação científica com vários países da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia); África (Moçambique, Angola e Cabo Verde); Europa (França, Itália, Portugal, Espanha, Inglaterra), e Ásia (Turquia e China) (CAPES, 2019).

uma necessidade do PEP e do projeto de formação profissional, de forma a envidar esforços no horizonte do fortalecimento da direção social da profissão vinculada à defesa de valores emancipatórios (ABEPSS, 2017). Nessa perspectiva, a internacionalização também poderá ser uma ferramenta de aprofundamento do debate étnico racial não somente no Brasil como no contexto Latino Americano e mundial.

Os PPG da área, conforme Relatórios da Área 32, vêm se constituindo como um espaço de produção de conhecimento no campo das Ciências Sociais aplicadas através da publicação de livros, capítulos, artigos e outras produções técnicas. Esses trabalhos têm impactado não somente os processos formativos em si, mas também a formulação e execução de políticas públicas, na (re)organização de serviços sociais, na formulação de legislações e concursos públicos na área social (CAPES, 2019). Essa ampla produção técnica e grande inserção social dos Programas em projetos de extensão de relevância social é o que mantém a vitalidade da área, para Guerra (2011). Essa contribuição repercute, por exemplo, na produção da *Biblioteca Latino Americana*, publicada pela Editora Cortez. Para Kameyama (1998), essas produções de conhecimento realizadas pelo Serviço Social, ao englobarem uma vasta e variada gama de temáticas intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade, abordam as questões que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições, retroalimentando a necessidade de produção de novos conhecimentos.

No caso da contribuição dos PPG para a Área, os dados de 2017-2018 mostram 16.425 produções, das quais livros, artigos em periódicos e Anais de eventos científicos representaram 42,3% do total (20% referiram-se a artigos completos em periódicos, 29% a livros e 45% em Anais), sendo a média de produção bibliográfica de livros por PPG de 58,7. A produção desse tipo de publicação em relação ao corpo docente permanente foi de 4,51. Dessa forma, o relatório aponta que essa produção científica da Área vem sendo alimentada e contribuindo para consolidar o Serviço Social como profissão e área de conhecimento (CAPES, 2019).

Demarcando que essa produção é um produto coletivo que conta com a colaboração de diversos sujeitos. Os discentes²⁷, no período de 2013 a 2016, publicaram 499 artigos²⁸, 667 livros e 3.787 trabalhos completos em Anais. Também registraram nesse período 4.910 trabalhos técnicos (61,5% apresentações de trabalhos em eventos científicos, 9,9% organizações de evento científico e 6,2% em serviços técnicos). Quanto à contribuição dos egressos, entre 2013 a 2017, foram publicados 4.203 trabalhos. Dessa produção, 148 artigos, 54 livros, 152 capítulos, 2 verbetes e 249 trabalhos completos em Anais, foram publicados pelos egressos do doutorado. A produção em coautoria egresso/discente/docente foi de 12 artigos, 23 livros e 61 trabalhos completos em Anais. Dessa forma, a área vem contando com a produção científica dos docentes, discentes e egressos dos programas para consolidação no campo da produção de conhecimento (CAPES, 2019).

É importante ressaltar que essa produção deve ser contextualizada de forma crítica à lógica produtivista, que corresponde a uma produção desenfreada que responda aos critérios quantitativos das agências de fomento, a partir de uma métrica artificial, na qual superficializa-se as produções numa produção descritiva de processos pela pressão dos resultados. As implicações desse produtivismo desqualificam a Área porque potencializam a concorrência entre os pares, fortalecem o individualismo, bem como ampliam a assimetria entre os Programas. Assim, pesquisar e produzir conhecimento não é o mesmo que o produtivismo, visto que esse responde à uma demanda tecnocrática e exclusivamente métrica (ABEPSS, 2017). E para enfrentar essa lógica, algumas estratégias devem ser reconhecidas como por exemplo a existência de Núcleos/Grupos de Pesquisas. Esses espaços podem contribuir, segundo Guerra (2011), para o fortalecimento da pesquisa na área, na perspectiva de romper com o isolamento, com a lógica da pesquisa individual, com a autonomização e pulverização do conhecimento. É importante ressaltar que esses espaços vêm contando com a participação tanto de discentes da graduação e da pós, como também Assistentes Sociais atuantes nas diversas políticas sociais.

²⁷ Em 2013 foram matriculados 1.613 discentes passando ao final de 2016 para 1.722. Sendo, 1.016 no mestrado, e 706 no doutorado. Um dado importante, sobre o corpo discente é seu crescimento não vem acompanhando o crescimento de número de bolsistas. Em 2016, 20,6% dos discentes do mestrado e 9,9% do doutorado foram bolsistas, percentual inferior ao demandado. O corpo discente em 2013 foi de 1.424 mestrandos sendo, 1.006 matriculados, 361 titulados, 35 desligados e 21 abandonos. E, 841 doutorandos sendo, 706 matriculados, 122 titulados, 1 abandono e 12 desligados. Em 2016, foram 2.287 mestrandos sendo, 1.016 matriculados no final do ano, 392 titulados, 35 desligados e 3 abandonos. E, 829 doutorandos sendo, 706 matriculados no final do ano, 122 titulados e 1 abandono (CAPES, 2019).

²⁸ Em termos de estratos, os artigos publicados foram assim distribuídos: 8,2% em A1; 18% em A2; 12,4% em B1; 11,8% em B2; 19,6% em B3; 14,6% em B4 e 15,2% em B5 (CAPES, 2019).

Outra característica a ser destacada, é que os PPG da Área são interdisciplinares ao disporem no processo formativo da colaboração de outras disciplinas oriundas das Ciências Sociais, da Economia, Psicologia, Saúde Coletiva, Educação, Nutrição, Direito, entre outras. Essa interação contribui para uma formação profissional aplicada que possibilite intervenções mais próximas das necessidades da população brasileira. Essa interdisciplinaridade pode ser vista também no quadro docente²⁹ (CAPES, 2019).

No que se refere às ações previstas pelos PPG no âmbito das políticas sociais³⁰, estão colocadas ações que colaborem com intervenções mais qualificadas que provoquem mudanças sociais (CAPES, 2019). E, nesse caso, o importante destaque se deve dar sobre o debate da questão étnico racial, que vai incidir diretamente no modo de vida do conjunto da classe trabalhadora.

Para concretização dessas ações, é necessário destacar, que há muitos desafios colocados como as assimetrias regionais e intrarregionais dos PPG.

Atualmente temos 36 cursos de mestrado e 20 de doutorado nos 36 PPG existentes, considerando aqui o Programa em Economia Doméstica (QUADRO 1).

Quadro 1 – Programas de Pós-graduação da Área 32

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL
MESTRADO	16
MESTRADO E DOUTORADO	20
TOTAL	36
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	
MESTRADO	36
DOUTORADO	20
TOTAL	56

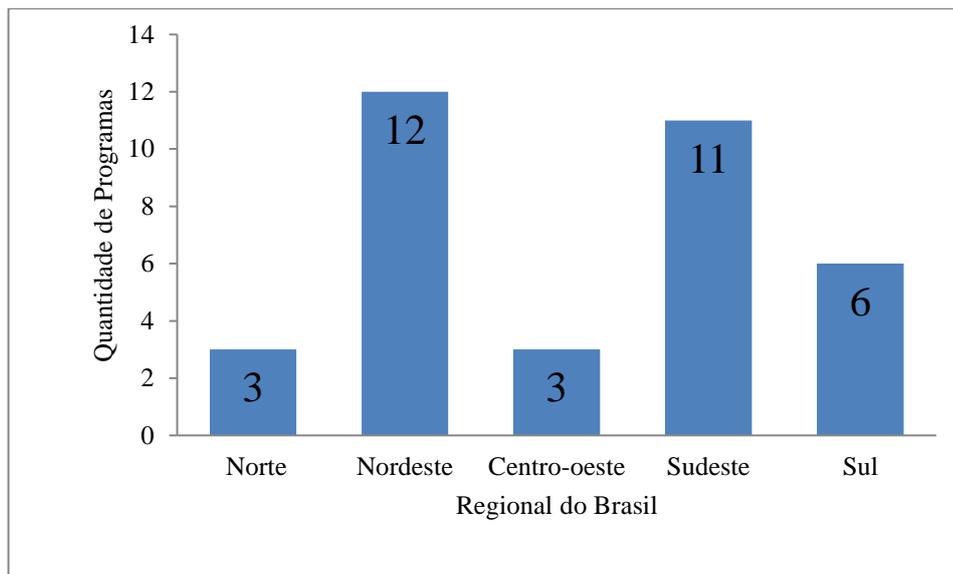
Fonte: Plataforma Sucupira, 2022.

²⁹ Nos PPG em Serviço Social exige-se que 60% sejam graduados ou doutores em Serviço Social. E nos de Políticas Sociais e Políticas Públicas, esse percentual é de 30%. Para os 2 cursos de Economia Doméstica essa regra não se aplica (CAPES, 2019).

³⁰ Entre essas ações estão: 1) Formação de recursos humanos para o ensino, a pesquisa e a extensão; 2) Formação de recursos humanos para suprir as demandas do mercado de trabalho por profissionais da área de Serviço Social para atuarem em políticas públicas e serviços e, ainda, contribuir para o aprimoramento da gestão pública e capacitação de pessoal para atuação em espaços participativos (conferências, conselhos, fóruns etc.); 3) Assessoria e consultoria para formulação, gestão, implantação, análise e avaliação de Políticas Públicas e, na área do ensino, formação profissional em nível nacional e internacional; 4) Desenvolvimento de avaliações de políticas e programas sociais, em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil; 5) sistemas de informações e de gestão em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil. Assessoria e consultoria aos movimentos sociais (CAPES, 2019).

No que se refere à distribuição dos PPG no território brasileiro, o Gráfico 1 aponta que a região norte possui menor número de PPG em funcionamento, distribuídos em 3 estados. Há, portanto, uma demanda por investimento nessa região considerando que dos sete estados apenas três possuem cursos de PG (Amazonas, Pará e Tocantins) (CAPES, 2019).

Gráfico 1 – Distribuição de Programas de Pós-graduação nas regiões do Brasil



Fonte: Plataforma Sucupira, 2022.
Elaboração da autora.

Nas demais regiões, nordeste, sul e sudeste têm programas ativos em todos os estados. Nos 3 estados que compõem a região Centro-oeste, 2 dispõem de programas. Diante desse cenário, o documento da Área sugere a ampliação de programas nesses estados que não dispõe de nenhuma oferta (CAPES, 2019). É importante dizer que não é somente a existência de Programas que se garante o acesso e a qualificação esperada. Vários outros elementos condicionam não somente a criação de um Programa, mas, sobretudo a sua manutenção que demanda investimento financiamento/material, reconhecimentos, valorização dos trabalhadores, organização estudantil, concurso público, dentre outros. Além das questões culturais, sociais, econômicas das diversas regiões do país que precisam ser consideradas.

Outra estratégia para enfrentar as assimetrias, é a expansão dos Programas em cidades de porte médio, não somente para contribuir com a interiorização, mas também para contribuir no diagnóstico das diversas realidades estaduais e municipais. Sugere-se também, que os

Programas com notas 5, 6 e 7 apoiem os demais Programas (CAPES, 2019). A expansão de Programas nos estados do país que não dispõem dessa oferta poderá colaborar para qualificar as políticas sociais e as intervenções profissionais nesses territórios, a medida que os Programas ao ampliarem o acesso ao conhecimento científico podem, possibilitar a produção de conhecimento qualificado sobre as demandas dessas regiões e dessas num contexto mais ampliado. Cumprindo assim, importante papel da ciência no que se refere à interlocução com o cotidiano e aprimoramento das demandas colocadas pela classe trabalhadora.

A ABEPSS também vem construindo diversos instrumentos e ações no sentido de fortalecer os Programas, como: a manutenção e constante reflexão das DC e da Política Nacional de Estágio; o Projeto ABEPSS Itinerante³¹; as Oficinas Regionais e Nacional de Graduação e PG³²; os Fóruns de Supervisão, Fórum de coordenadores de PG, o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)³³ e a TV ABEPSS³⁴. A entidade também é responsável pela edição da *Revista Temporalis* e por organizar o Encontro dos editores dos periódicos da área de serviço social (ABEPSS, 2022). Quanto a sua organização é dividida por 6 regionais, conforme figura abaixo.

³¹ É uma estratégia política e pedagógica da instituição para o fortalecimento do projeto de formação profissional materializado nas Diretrizes Curriculares junto às unidades de formação acadêmica acontece através de oficinas nos Estados com unidades filiadas à instituição (ABEPSS, 2022).

³²Essas oficinas ocorrem a cada dois anos, sempre no primeiro ano da gestão funcionam contribui para articulação e reflexão política e acadêmica entre as diversas unidades de formação propicia o aprofundamento de temas candentes à formação profissional em Serviço Social e estimula a abertura de novas parcerias institucionais, a articulação entre a graduação e a PG, o intercâmbio de pesquisas e pesquisadores, o diálogo com as representações de Área, dentre outras (ABEPSS, 2022).

³³ É um evento de pesquisadores de Serviço Social que vem contribuindo para a formação continuada para isso produção científica e técnica da área, para a socialização das pesquisas, das experiências profissionais para o fortalecimento da categoria e adensamento da produção do conhecimento na área do Serviço Social e posicionamentos políticos (ABEPSS, 2022).

³⁴ É um espaço virtual de interlocução entre a diretoria nacional da entidade, as regionais, pesquisadores, profissionais e estudantes onde são publicados diferentes vídeos com temas de interesse da categoria (ABEPSS, 2022). Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCYIEI_hQj3z035liGobz7aA>.

Mapa 1 – Distribuição Regional da ABEPSS



Fonte: ABEPSS, 2022³⁵.

Essa divisão regional serviu como base para organizar a apresentação dos dados coletados nesta dissertação. Essa escolha orientará as reflexões a seguir visando contribuir com as discussões já empreendidas pela ABEPSS. Para análise foi excluído o PPG de Economia Doméstica, devido a sua natureza e distanciamento dos debates do Serviço Social brasileiro. Portanto, trabalharemos com os dados dos 35 programas distribuídos em 34 Universidades, considerando que a Universidade Federal Fluminense/RJ apresenta 2 Programas. O Quadro 2 apresenta a distribuição, identificando o programa, os cursos oferecidos, o ano de origem e nota avaliativa por ordem alfabética.

³⁵ Disponível em: <https://www.abepss.org.br/regionais.html>. Acesso em: 26 fev. 2022.

Quadro 2 – Distribuição dos Programas de Pós-Graduação da Área 32, conforme regional da ABEPSS

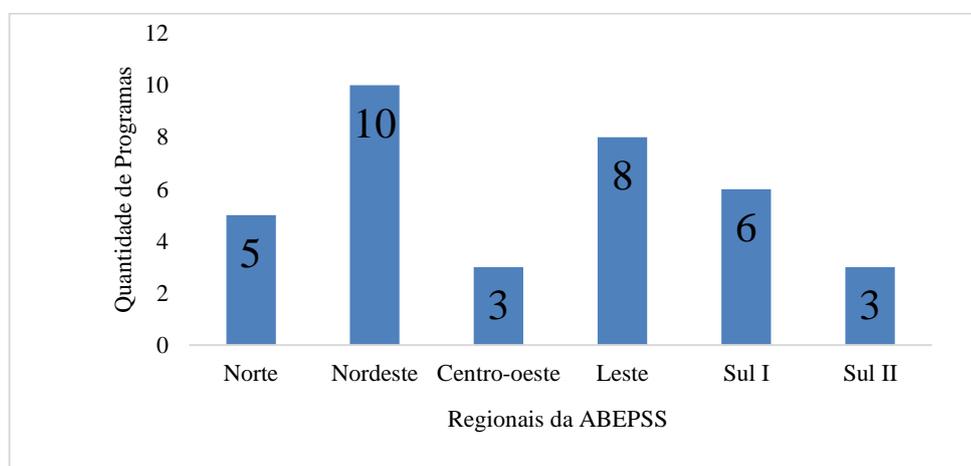
UNIVERSIDADE	NOME DO PROGRAMA	CURSO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA	NOTA
NORTE					
Federal Amazonas (UFAM)	Serviço Social	Mestrado	2007	Público	3
Federal Maranhão (UFMA)	Políticas Públicas	Mestrado Doutorado	1993	Público	6
Federal do Pará (UFPA)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	2013	Público	4
Fundação Federal Piauí (UFPI)	Políticas Públicas	Mestrado Doutorado	2002	Público	4
Federal Tocantins (UFTO)	Serviço Social	Mestrado	2019	Público	Recém criado
NORDESTE					
Federal Alagoas (UFAL)	Serviço Social	Mestrado	2014	Público	4
Federal Bahia (UFBA)	Serviço Social	Mestrado	2019	Público	Recém criado
Estadual Ceará (UECE)	Serviço Social, Trabalho e Questão Social	Mestrado	2012	Público	4
Federal Paraíba (UFPB)	Serviço Social	Mestrado	1978	Público	3
Estadual Paraíba (UEPB)	Serviço Social	Mestrado	2013	Público	3
Federal Rio Grande do Norte (UFRN)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	2000	Público	4
Federal Pernambuco (UFPE)	Serviço Social	Mestrado	1979	Público	6
Estadual Rio Grande do Norte (UERN)	Serviço Social e Direitos Sociais	Mestrado	2014	Público	3
Federal Recôncavo da Bahia (UFRB)	Política Social e Territórios	Mestrado	2019	Público	Recém criado
Fundação Federal Sergipe (UFSE)	Serviço Social	Mestrado	2011	Público	3
CENTRO-OESTE					
Federal Brasília (UNB)	Política Social	Mestrado Doutorado	1990	Público	6
Pontifícia Católica de Goiás (PUC/Goiás)	Serviço Social	Mestrado	2007	Privada	3
Federal Mato Grosso (UFMT)	Política Social	Mestrado	2009	Público	3
LESTE					
Federal Espírito Santo (UFES)	Política Social	Mestrado Doutorado	2004	Público	5
Federal Fluminense (UFF)	Serviço Social e Desenvolvimento Regional	Mestrado	2011	Público	3
Federal Fluminense (UFF)	Política Social	Mestrado Doutorado	2002	Público	4
Federal Juiz de Fora (UFJF)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	2005	Público	4
Federal Rio de Janeiro (UFRJ)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	1994	Público	5
Estadual Rio de Janeiro (UERJ)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	1998	Público	6
Pontifícia Católica Rio de Janeiro (PUC/Rio)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	1972	Privada	5

Escola Santa Casa Misericórdia Vitória (EMESCAM)	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	Mestrado	2009	Privada	3
SUL I					
Federal Santa Catarina (UFSC)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	2001	Público	4
Estadual Londrina (UEL)	Serviço Social e Política Social	Mestrado Doutorado	2001	Público	4
Estadual Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Serviço Social	Mestrado	2013	Público	3
Católica Pelotas (UCP)	Política Social e Direitos Humanos	Mestrado	2006	Privada	4
Federal Rio Grande do Sul (UFRS)	Política Social e Serviço Social	Mestrado	2016	Público	4
Pontifícia Católica Rio Grande do Sul (PUC/RS)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	1977	Privada	6
SUL II					
Federal São Paulo (UNIFESP)	Serviço Social e Políticas Sociais	Mestrado	2016	Público	3
Estadual São Paulo Franca (UNESP)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	1991	Público	4
Pontifícia Católica São Paulo (PUC/SP)	Serviço Social	Mestrado Doutorado	1972	Privada	7

Fonte: Plataforma Sucupira; Cursos avaliados e reconhecidos, 2022.
Elaboração da autora.

Considerando, portanto, essa distribuição por regionais da ABEPSS, o gráfico 2 apresenta essa divisão dos 35 programas. As regiões nordeste e centro-oeste possuem apenas 1 curso de doutorado em cada. Cabendo uma reflexão mais ampliada sobre o contexto dessas regiões a organização e o funcionamento dos programas e as diversas questões colocadas para manutenção de um programa no contexto mais geral das universidades.

Gráfico 2 – Distribuição dos Programas por Regionais da ABEPSS

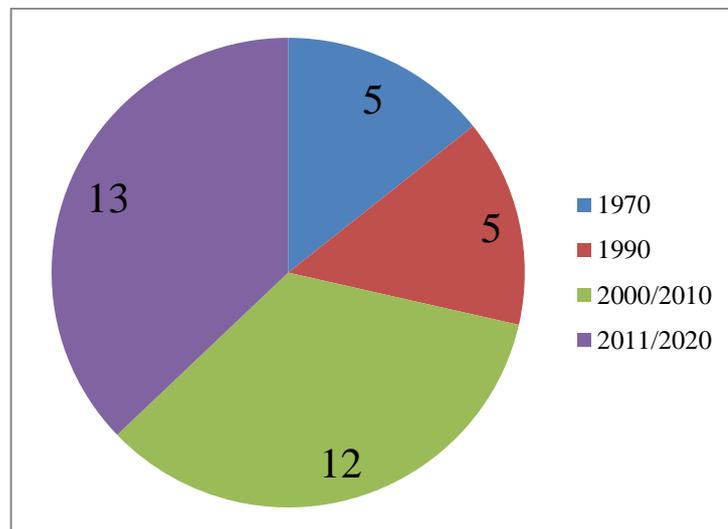


Fonte: Plataforma Sucupira; Cursos avaliados e reconhecidos, 2022.
Elaboração da autora.

Quanto à natureza desses Programas, 29 são públicos e 6 privados, com destaque para Regional Nordeste onde todos os Programas são públicos. No que se refere aos nomes: 25 enfatizam o Serviço Social, 3 as Políticas Públicas e 7 a Política Social. E referente às notas de avaliação pela CAPES, 3 Programas estão recém-criados. E dos 32 demais que possuem avaliação concluída, 12 apresentam nota 4; 11 com nota 3; 5 com nota 6; 3 com nota 5 e 1 com nota 7³⁶. Importante notar que a maioria se classifica como notas superiores a 4, demonstrando que no conjunto geral das avaliações, apesar de todos os desafios colocados, os PPG têm alcançado um mínimo padrão CAPES e assim sustentado a existência dos Programas. Obviamente, essas avaliações precisam ser problematizadas e contextualizadas para que análises mais fiéis da realidade possam ser consideradas.

Quanto ao ano de surgimento dos Programas, 15% foram criados na década de 1970, 14% na década de 1990, 34% na primeira década dos anos 2000 e 37% na segunda década (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 – Ano de criação dos Programas de Pós-graduação da Área 32



Fonte: Plataforma Sucupira, 2022.
Elaboração da autora.

³⁶ A nota máxima para o Mestrado é 5 e para o Doutorado é 7, assim distribuídos: Conceito 1 e 2: autorizações de funcionamento são canceladas; Conceito 2 e 3: satisfatório, atende ao padrão mínimo de qualidade; Conceito 4: corresponde por um bom desempenho; Conceito 5: nota máxima para programas que oferecem mestrado; Conceito 6 e 7: nota que portam alto padrão de internacional de desempenho.

2.1 Produção de conhecimento sobre Questão Étnico Racial nos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social entre 2010 e 2020

Conforme apresentado na metodologia, a coleta de dados a partir das teses e dissertações dos PPG da área foi realizada no catálogo da CAPES. Como palavras chaves para busca foram utilizadas *étnico racial*, *questão racial* e *racismo*, já justificadas. O que levou a identificação de **166** trabalhos no período de 10 anos, distribuídos em 27 Programas, dos 35 existentes. Desses, trabalhos **116 são dissertações e 50 são teses**.

Cabe destacar que esses trabalhos encontrados nos levam a uma determinada análise considerando os critérios de busca elencados. Possivelmente, se outras palavras chaves relacionadas à questão étnico racial forem utilizadas, encontraremos novos trabalhos. Portanto, o número pode ser variável a depender da intenção do pesquisador. Entretanto, isso não invalida as informações coletadas assim como não generaliza todo o contexto das produções emitidas nos ambientes dos PPG.

O Quadro 3 apresenta a distribuição entre dissertações (D) e teses (T) por ordem decrescente do número de produções, de modo a localizá-las nos Programas.

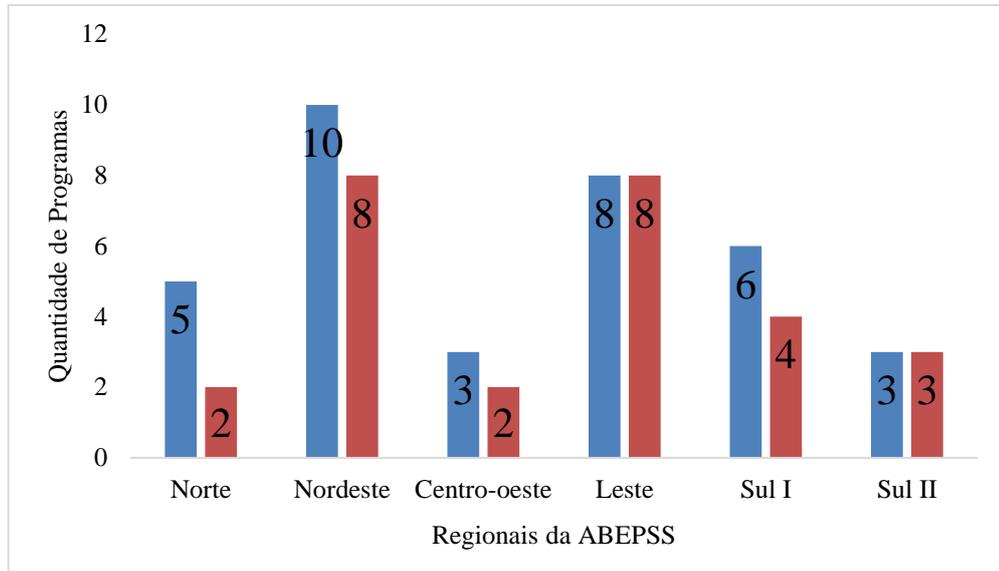
Quadro 3 – Dissertações e Teses produzidas nos Programas de Pós-graduação da Área de Serviço Social entre 2010 e 2020 que abordam a questão étnico racial

UNIVERSIDADE	D	T	TOTAL
NORTE			
UFMA	6	2	8
UFPA	1	-	1
TOTAL			9
NORDESTE			
UECE	7	1	8
UFPE	6	1	7
UFRGN	5	-	5
UEPB	4	-	4
UFPB	2	1	3
UFAL	1	2	3
UFS	2	-	2
UERG	1	-	1
TOTAL			33
CENTRO-OESTE			
UnB	8	3	11
PUC/Goiás	1	1	2
TOTAL			14
LESTE			
UFRJ	6	10	16
PUC/Rio	9	3	12
UFF/PS	2	7	9
UFES	7	1	8
UERJ	3	6	9
EMESCAM	5	-	5
UFJF	2	-	2
UFF/SSDR	2	-	2
TOTAL			63
SUL I			
PUC/RS	3	4	7
UFSC	3	2	5
UEL	2	2	4
UCP	2	1	3
TOTAL			19
SUL II			
UNIFESP	13	-	13
PUC/SP	9	3	12
UNESP	4	-	4
TOTAL	116	50	166

Fonte: Catálogo teses/dissertações CAPES.
Elaboração da autora, 2022.

O gráfico 4 apenas ilustra a quantidade de Programas na regional e a quantidade daqueles que apresentaram produções. Com isso, não se pretende afirmar que onde não foram encontradas produções o debate não está garantido. A intenção desse mapeamento não é comparativa e sim estabelecer relações entre os dados que possibilitem o adensamento das reflexões a posteriori para o conjunto da PG da Área.

Gráfico 4 – Quantidade de Programas por Regional e a quantidade que apresentam produções



Fonte: Catálogo teses/dissertações CAPES.
Elaboração da autora.

Quadro 4 – Número de Dissertações e Teses produzidas por ano entre 2010 e 2020

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Dissertação	7	7	2	5	6	5	11	9	9	30	25	116
Tese	2	3	2	3	2	4	4	5	8	9	8	50
Total	9	10	4	8	8	9	15	14	17	39	33	166

Fonte: Plataforma Sucupira; Catálogo teses/dissertações CAPES.
Elaboração da autora, 2022

Essas produções foram distribuídas por ano da coleta e identificou-se que em 2019 tivemos o maior número de trabalhos.

Ao buscarmos identificar o que ocorreu no cenário da profissão e das Pós nesse período mais recente, podemos destacar a agenda política da ABEPSS e do conjunto CFESS-CRESS que tem trazido eventos e produções/materiais abordando e enfatizando a temática no conjunto de reflexões que a profissão precisa recuperar e atualizar em seus referenciais. Acreditamos que esse suporte/e aporte é o diferencial que possibilita a emergência dos trabalhos que refletem essas discussões.

Visando adensar sobre as informações dos trabalhos, foram listados os descritores encontrados em cada trabalho. Foram identificados 334 descritores referenciados, com uma média de 3 a 5

escolha se deu pela relevância e acúmulo do GTP que há doze anos vem realizando debates e apontamentos sobre a questão étnico racial no Serviço Social.

A partir dessa referência, é possível apreender de forma mais geral a direção dada aos conteúdos e também como eles podem se articular no contexto do debate sobre a questão étnico racial, tanto endogenamente no Serviço Social e conseqüentemente, numa perspectiva ampliada sobre a profissão. Os 4 eixos abordam as seguintes ementas:

1) **Sexualidades, identidades de gênero e direitos:** Sexualidades hegemônicas e dissidentes e a multiplicidade das expressões de feminilidade e masculinidade presentes no escopo das relações sociais. Historicidade da sexualidade e das identidades de gênero e a produção das desigualdades sociais. Interseccionalidade, consubstancialidade, co-extensividade e outras perspectivas integradoras das múltiplas desigualdades e opressões existentes na sociedade. Movimentos e lutas sociais articulados em torno da sexualidade e expressão de gênero. Direitos sexuais e direito à expressão de gênero como direitos humanos. Políticas sexuais, com ênfase nas políticas públicas de enfrentamento das desigualdades relacionadas à sexualidade e à expressão de gênero. Relações entre sexualidade e identidades de gênero e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

2) **Relações patriarcais de gênero e raça:** Divisão sexual e racial do trabalho, trabalho doméstico e reprodução social no capitalismo, sistema capitalista patriarcal e racista, violências sexistas e racistas contra mulheres nos espaços públicos e privados.

3) **Relações étnicos raciais e desigualdades/Antirracismo e Serviço Social:** Raça/etnia, racismo e capitalismo. Teorias raciais e pensamento social na formação brasileira: do século XIX à contemporaneidade. Estado, raça/etnia e racismo institucional no Brasil. O Movimento Negro e suas múltiplas formas de resistência e organização. Movimento de Mulheres Negras e o enfrentamento do racismo, sexismo, lesbohomotransfobia no Brasil: a contribuição do feminismo negro. Políticas públicas de equidade. Ações afirmativas no Brasil. Questão social e questão étnico-racial na formação profissional e no exercício profissional.

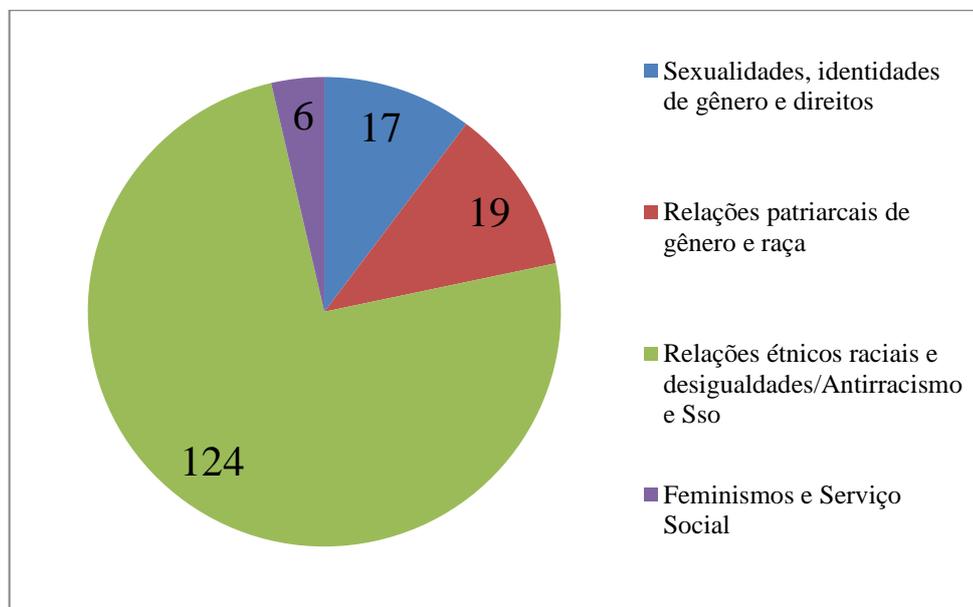
4) **Feminismos e Serviço Social:** Vertentes teóricas e políticas do feminismo. Feminismo negro e feminismo lésbico. Particularidades das lutas das mulheres na América Latina. Articulação entre feminismo e Serviço Social (ABEPSS, 2021).

Visando identificar a relação com esses conteúdos, o Gráfico 5 mostra que a maioria dos trabalhos (75%) se encontra nos debates da ementa 3 sobre *Relações étnicos raciais e desigualdades/antirracismo*. O que significa dizer que os estudos têm enfatizado os debates que envolvem discussões sobre raça, Estado Capitalista, formação social brasileira, racismo, políticas públicas, os movimentos de resistência e questão social e étnico racial na formação profissional. Ao centrarem em debates que possibilitam o conhecimento da dinâmica estrutural das relações sociais capitalistas que perpetuam a dominação e opressão capitalista, esses conteúdos colaboram para fortalecer a perspectiva crítica de análise da realidade com o elemento fundamental que é a questão étnico racial. Outra questão importante desse eixo é que

os trabalhos indicam também a relação com o trabalho profissional dos/as assistentes sociais colaborando para o aprofundamento da intervenção profissional nas diversas políticas sociais em uma perspectiva antirracista.

A abordagem a partir do enfoque crítico analítico busca as correlações do serviço social tomando como totalidade abrangendo o desenvolvimento da profissão, suas práticas e seus sujeitos, seus valores e as agências de fomento e quadro sócio-histórico e cultural em que se insere a profissão (ESCORSIM; NETTO, 2011).

Gráfico 5 – Eixos das dissertações e teses a partir do GTP da ABEPSS



Fonte: Plataforma Sucupira; Catálogo teses/dissertações CAPES.
Elaboração da autora, 2022.

No que se refere aos autores/as dos trabalhos, buscamos identificar pelo nome declarado uma perspectiva de gênero. Embora isso não defina identidade de gênero e entendendo a limitação que essa associação possa trazer, ainda assim esse dado possibilita de forma geral apontar o protagonismo das mulheres nas produções, considerando que foram identificadas 129 autoras mestrandas e doutoras e também a maioria de mulheres nas orientações o que também corresponde 90 docentes. Esse dado também corrobora com o dado da categoria de ser segundo o CEFSS composta majoritariamente por mulheres o que corresponde a 97% (CEFSS, 2005). Ainda que isso seja um dado que demanda coleta mais específica a partir do diálogo com cada sujeito, é importante essa primeira informação baseado no que aponta Elpidio (2020) que o debate da questão étnico racial vem sendo protagonizado pelas mulheres com destaque para as

mulheres negras através do crescimento da presença dessas nas universidades. Esse processo tem propiciado o fortalecimento do debate étnico racial, inspirado pelas conquistas das cotas raciais e outras pautas do movimento negro e de mulheres negras.

Entre as condições que podem propiciar essas produções de D e T está a existência de Linhas e Grupos de pesquisa que direcionem o debate em torno da questão étnico racial. Nesse sentido, buscamos as ementas dessas Linhas dos Programas assim como os Grupos de pesquisa existentes.

No caso das Linhas, conforme Silva e Carvalho (2007) essas são eixos geradores e articuladores dos planos de cursos, dos projetos pedagógicos e das atividades de pesquisa e produção de conhecimento. Nas palavras de Alves (2020, p. 171), funcionam como a “espinha dorsal” das atividades dos PPG.

Foram acessados os sites de cada Programa e o relatório da área da CAPES. Dos 35 Programas, em apenas 1³⁷, não foi possível acessar as informações. A descrição das Linhas de cada Programa se encontra no APÊNDICE B. O Quadro 5 identifica 97 Linhas nos 34 Programas identificados. Sobre a menção à questão étnico racial em suas ementas, somente 22,7% das Linhas trazem essa identificação.

³⁷ Universidade Estadual Rio Grande Norte, devido instabilidade no site até a conclusão deste trabalho.

Quadro 5 – Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-graduação da Área de Serviço Social e o debate étnico racial

UNIVERSIDADE	QUANTIDADE DE LINHAS DE PESQUISA	QUANTIDADE DE LINHAS QUE CITAM A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL
NORTE		
UFAM	2	1
UFPA	3	1
UFMA	7	-
UFPI	2	-
UFT	2	1
NORDESTE		
UFBA	2	-
UFRB	2	2
UEPB	2	1
UFRN	3	1
UFS	2	-
UFPE	6	1
UFAL	3	1
UFPB	2	-
UECE	2	-
CENTRO-OESTE		
UnB	4	1
PUC/Goiás	2	-
UFMT	2	-
LESTE		
EMESCAM	3	2
PUC/Rio	3	1
UFRJ	6	1
UERJ	3	1
UFF/PS	4	1
UFF/SSDR	2	1
UFJF	2	-
UFES	2	-
SUL I		
UCP	3	2
PUC/RS	4	1
UFRS	2	-
UFSC	3	-
UEL	2	-
UNIOESTE	2	-
SUL II		
UNIFESP	2	2
PUC/SP	3	-
UNESP	3	-
TOTAL	97	22

Fonte: Programas de Pós-Graduação da Área de Serviço Social.
Elaboração da autora, 2022.

Embora o número de Linhas que mencionam seja pequeno em relação à totalidade (97 Linhas), o que talvez seja importante demarcar é que não necessariamente todas as Linhas precisam conter em suas ementas a menção da questão étnico racial, pois isso irá depender do foco e

objetivo da Linha localizada dentro de um determinado Programa. Entretanto, é importante o quantitativo de 18 Programas que consideram em alguma ementa a questão étnico racial. O que mostra que há muito que caminhar, ainda que podemos considerar os avanços importantes no âmbito da PG considerando um avanço na direção do enfrentamento do racismo institucional. Esse resultado reforça a necessidade de discussões sobre a relevância do debate étnico racial como elemento estruturante das análises empreendidas no âmbito da PG. Dessa forma, Linhas de Pesquisa que abordam a questão étnico racial nas suas análises colaboram para construção de currículos nos PPG em uma perspectiva antirracista visto que essas funcionam como eixos estruturantes dos currículos podendo dessa forma colaborar para o fortalecimento do debate em diversos momentos dessa formação.

Outro elemento importante na identificação das abordagens trabalhadas nos espaços dos programas são os Grupos/Núcleos de Pesquisa a partir das ementas desses grupos, visando identificar como está a organização dos pesquisadores nesses espaços coletivos de debate e produção. Dos 35 programas não foi possível identificar informações em 10 programas³⁸ devido instabilidade no site e ausência de informações. A descrição dessas informações está no APÊNDICE C. O Quadro 6 identifica 214 grupos cadastrados, com apenas 23 que abordam a questão étnico racial em suas ementas distribuídos em 12 Programas.

³⁸ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia; Universidade Católica de Pelotas; Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Universidade Estadual de Londrina; Universidade Federal de Pernambuco; Fundação Federal de Sergipe; Universidade Federal do Maranhão; Universidade Fundação Federal do Piauí; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal da Bahia.

Quadro 6 – Grupos de Pesquisa dos Programas de Pós-graduação da Área de Serviço Social e o debate étnico racial

UNIVERSIDADE	QUANTIDADE DE GRUPO DE PESQUISA	QUANTIDADE DE GRUPO QUE CITAM A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL
NORTE		
UFAM	8	2
UFPA	6	-
UFT	6	-
NORDESTE		
UEC	8	2
UFRN	4	-
UERN	5	-
UFPB	7	-
UEPB	6	-
UFAL	12	2
CENTRO OESTE		
UnB	14	4
UFMT	3	1
PUC/Goiás	5	-
LESTE		
UFF/PS	5	1
PUC/Rio	9	2
UFES	8	1
UFJF	5	1
UFRJ	22	-
UFF/SSDR	3	-
SUL I		
UFSC	10	1
PUC/RS	16	-
UFRS	8	-
UNIOESTE	9	-
SUL II		
PUC/SP	11	1
UNESP	12	-
UNIFESP	12	5
TOTAL	214	23

Fonte: Programas de Pós-graduação da Área de Serviço Social.
Elaboração da autora, 2022.

Sobre os Programas que apresentaram grupos que indicam em suas ementas o debate, 2 são da década de 1970, 3 da década de 1990, 5 década de 2000/2010 e 2 da década de 2011/2020. Esse resultado tanto indica a necessidade de ampliação do debate, mas também os esforços coletivos da categoria e dos Movimentos Sociais negros/as quanto à incorporação de estudos sobre a questão étnico racial nos espaços educacionais.

Ao relacionarmos a presença de Linhas e Grupos de pesquisa com a produção das teses e dissertações podemos sugerir algumas reflexões sobre a importância da menção a partir dessas identificações (Quadro 7).

Quadro 7 – Relação entre a existência de Linhas e Grupos de Pesquisas e os trabalhos produzidos

UNIVERSIDADE	QUANTIDADE DE TRABALHOS	POSSUI LINHAS DE PESQUISA	POSSUI GRUPO DE PESQUISA
NORTE			
UFMA	8	NÃO	NÃO
UFPA	1	SIM	NÃO
NORDESTE			
UFAL	3	SIM	SIM
UFRJ	16	SIM	NÃO
UECE	8	NÃO	NÃO
UFPE	7	SIM	NÃO
UFRN	5	SIM	NÃO
UERN	1	NÃO	NÃO
UFPB	3	NÃO	NÃO
UEPB	4	SIM	NÃO
UFS	2	NÃO	NÃO
CENTRO-OESTE			
PUC/Goiás	2	NÃO	NÃO
UnB	11	SIM	SIM
LESTE			
UFF/PS	9	SIM	SIM
UFF/SSDR	2	SIM	NÃO
UERJ	9	SIM	NÃO
PUC/Rio	12	SIM	SIM
UFES	8	NÃO	NÃO
EMESCAM	5	SIM	NÃO
UFJF	2	NÃO	SIM
SUL I			
PUC/RS	7	SIM	NÃO
UFSC	5	NÃO	SIM
UEL	4	NÃO	NÃO
UCP	3	SIM	NÃO
SUL II			
UNIFESP	13	SIM	SIM
PUC/SP	12	NÃO	NÃO
UNIESP	4	NÃO	NÃO
TOTAL	166	15	07

Fonte: Plataforma Sucupira/Site/Programas de Pós-Graduação da Área de Serviço Social.
Elaboração da autora, 2022.

Importa dizer que não é somente a existência desses elementos que geram uma produção que aborde a questão étnico racial. Entretanto, a presença evidente do debate na descrição de Linhas que direcione os debates de um programa, assim como a existência de Grupos/Núcleos de pesquisa que se dedicam com mais ênfase ao debate étnico racial, podem ser um indicativo para o fomento nas teses e dissertações. A invisibilidade do debate étnico racial passa por esses lugares e com esses direcionamentos pode haver a indicação de referenciais bibliográficos produzidos por pensadores negros/as, realização de eventos/debates e ações no cotidiano, o

fortalecimento da presença de negros/as nos espaços relacionados promovidos pelos programas, e dos debates sobre as Políticas de Ações Afirmativas nos processos seletivos, entre tantas outras ações concretas.

Portanto, a menção do debate nas ementas dos grupos e linhas não é mero preciosismo, pois colabora para dar visibilidade e fomentar a incorporação necessária pelo conjunto dos pesquisadores.

Outro elemento importante para identificação do panorama do debate étnico racial nos PPG da Área é o mapeamento das disciplinas ofertadas nesses espaços, quanto à ementa e referencial bibliográfico. Entretanto nessa dissertação não alcançamos esse levantamento.

Ao fim, portanto, desse mapeamento, é importante dizer da necessidade de aprofundar os estudos que podem sinalizar as tendências do debate étnico racial no conjunto da profissão. Este trabalho, ainda que houvesse essa intencionalidade inicial, não abordou os dados a ponto de indicar quais tendências teóricas e sobretudo ético-políticas que direcionam o conjunto dos trabalhos produzidos *pelos e nos* PPG. Uma análise das principais tendências histórico e teórico metodológica da profissão,

[...] não é tarefa fácil ou simples, pois exige o conhecimento do processo histórico de contribuição das principais matrizes de conhecimento social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e o processo e o processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere explica a própria profissão (YASBEK, 2009, p. 144).

Considerações finais

Esta dissertação se propôs apresentar o panorama dos dados coletados das teses e dissertações que abordam a questão étnico racial nos PPG da área de Serviço Social entre 2010 e 2020 e chegamos ao final desse percurso com alguma tranquilidade de um dever cumprido. Muitos foram os desafios impostos nos últimos 2 anos. Não é pouca coisa atravessarmos um período pandêmico e, portanto, cada produção acadêmica nesse contexto deve sinalizar essa conjuntura. Com o passar dos anos, nossos trabalhos serão acessados por outras pessoas e, por isso esse registro deve ser feito a fim de lembrar a todos/as os leitores/as a excepcionalidade vivenciada pela humanidade no século XXI.

Com isso não pretendemos somente justificar as lacunas existentes nas reflexões, mas refletir ainda mais sobre o quanto os elementos objetivos e subjetivos estão imbricados e incidem sobre o contexto acadêmico e o impacto no nível da PG. E aqui, não podemos descartar o tema/objetivo deste trabalho do conjunto das mediações necessários que devemos considerar.

O acesso aos dados foi um primeiro desafio encontrado. Dependendo das informações contidas tanto na Plataforma Sucupira quanto nos sites dos Programas é limitador. Foram inúmeros acessos e testes nesse caminho virtual.

Ao fim, encontrar 166 trabalhos em 10 anos que abordam a questão étnico racial, foi surpreendente, tanto no sentido de “parecer” pouca coisa como no sentido de “parecer” um avanço. A depender da perspectiva de análise esse dado nos diz muitas coisas.

A análise mostrou que 124 das teses e dissertações vêm centrando nos debates estruturais e na questão social e étnico racial na formação profissional em Serviço Social e que 18 PPG da área fazem menção à questão étnico racial nas ementas de suas Linhas e 12 PPG nas ementas de seus Grupos. Isso nos desafia a entender as tendências que o conjunto dessas produções apresentam sobre o debate étnico racial. Para isso, é necessário reunir outros elementos-chaves que possibilitem aprofundar o debate sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da profissão sendo essa uma tarefa a ser trilhada coletivamente pela categoria profissional.

Quanto a relação entre os trabalhos produzidos nos PPG da área e as Linhas e Grupos de pesquisa que abordam a questão étnico racial, podemos sinalizar que foram encontrados

trabalhos tanto nos Programas que possuem Linha e/ou Grupo que mencionam o debate nas ementas como naqueles que não possuem esses elementos. O que nos leva a dizer que precisamos considerar outras variáveis existentes na realidade que permitem e contribuem para o adensamento da discussão quando a entendemos como estruturais nos debates dos Fundamentos da profissão. Isso revela ao mesmo tempo, portanto, uma contradição em permanente processo entre o adensamento do debate étnico racial como fundamentos e a sistematização das mediações e particularizações que contribuam para uma materialização na formação e exercício profissional.

A partir desse resultado, podemos apontar que embora a dinâmica do modo de produção capitalista contribua para reprodução de lacunas, silêncios e secundarização do debate étnico racial na educação, reverberando no contexto da formação profissional em Serviço Social na graduação e PG, as organizações políticas e pedagógicas da categoria através da ABEPSS em articulação com os movimentos sociais negros e de mulheres negras com as suas diversas perspectivas teóricas e políticas vem colaborando para ampliar a compreensão da questão étnico racial como elemento fundamental para apreensão da realidade. E no caso dos PPG da Área, isso vem reverberando na presença do debate étnico racial em algumas ementas das Linhas e Grupos de pesquisa e na produção de conhecimento através das teses e dissertações, assim como a produção de artigos, trabalhos em congressos, eventos, introdução das cotas estudantis, etc.

Sendo assim, em oposição à produção e reprodução do silenciamento e secundarização da questão étnico racial pela dinâmica das relações sociais capitalistas o debate étnico racial vem comparecendo nos trabalhos, nas linhas e grupos de pesquisa dos PPG da área de Serviço Social.

Diante disso, podemos sinalizar a importância de pesquisas sobre a produção de conhecimento que aborda a questão étnico racial nos PPG da área visando o aprofundamento do debate na formação profissional em Serviço Social podendo impulsionar diversas ações nos PPG da área como a criação de disciplinas eletivas e optativas, seminários, encontros nacionais e internacionais que abordem o debate no contexto dos assuntos tratados nesses espaços, e grupos e linhas de pesquisa que tenham a questão étnico racial como viés analítico dos debates propostos nesses espaços.

Essas ações podem reverberar nas futuras intervenções profissionais que podem ter como ponto de partida a compreensão de que na formação social brasileira foram fincadas as bases para produção e reprodução das desigualdades sociais marcadas pela condição étnico racial a compreensão disso colabora para qualificação das intervenções nas expressões da questão social e para efetivação da direção social e da perspectiva de construção de uma sociedade livre da exploração e opressão capitalista e o aprofundamento da análise a partir da teoria social crítica.

Dessa forma, desejamos que o debate da questão étnico racial continue avançando a partir das orientações das diretrizes curriculares para formação profissional em Serviço Social como elemento estruturante dos currículos dos cursos de Serviço Social e dos mestrados e doutorados da área visando uma formação antirracista e o enfrentamento do racismo estrutural e luta anticapitalista.

Com este desejo, a reflexão que entregamos perfazem um conjunto de reflexões que foram acumuladas ao longo dos anos pela profissão e almejam contribuir com novas perguntas muito mais do que respostas.

Todo o debate relacionado a questão étnico racial nos é caro e urgente. Escolher este percurso mostra em primeira pessoa a relação direta com a própria subjetividade. Em todo o percurso acadêmico, os debates da questão étnico racial atravessaram intimamente a construção de sujeito dessa história. Unir ou separar sempre foi e será um dilema. Em que medida esse atravessamento colabora com texto produzido? Em que medida isso transparece na produção acadêmica realizada? Questões que aparentemente não precisam ser respondidas, mas que estão presentes em todo momento em que se desenvolve essa dissertação, por exemplo. Nesse sentido, o que se conclui ao final da inserção no PPGPS como mestranda é parte do acúmulo possível até aqui e, sobretudo, é parte dos desejos de contribuir para profissão e para sociedade numa busca de um outro modo de viver.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 91, p. 34-48, 2007.

ALCANTARA, Itamires Lima Santos. CORREIA, Aline Nascimento Santos. A temática étnico-racial na pós-graduação em serviço social. In: XVI ENCONTRO DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL, 1., 2018, Vitória. **Anais**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2018, p.1-19. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/issue/view/938>>. Acesso em: 20 jan 2021.

ALVES, Maria Bernardete Martins et al. **Fontes de informação on-line: nível básico**. Florianópolis, 2012. 24 slides, color. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/design/pptOfcialNivelBasico.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

ALVES, Maria Bernardete Martins et al. **Fontes de informação on-line: nível avançado: revisão de literatura**. Florianópolis, 2012b. 69 slides, color. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/design/ModuloAvancadoPesquisaIntegrativa2011ofcial.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

ALVES, Luciana. A branca como um valor. **Cadernos Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 29-46, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v2i2.176>. Acesso em: 19 ago 2020.

ALVES, Galvão Cangussu Tais. **A condição social do índio no século XXI: uma análise da questão indígena no capitalismo dependente brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

ALVES, Leonardo Dias. **Serviço Social e questão racial: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, SHEILA DIAS. **A Pós-Graduação Em Serviço Social na Cidade do Rio de Janeiro: o silêncio indolente que invisibiliza as relações raciais na produção de conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

AMARAL, Roberto Wagner. BILAR, Araújo Cardoso Jenifer. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 180-195, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.12957/rep>>. Acesso em: 09 jan 2021.

ASSIS, Santos Elaine. Fundamentos do trabalho profissional do serviço social e as relações étnicas raciais no Brasil. In: XVI ENCONTRO DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL. n. 1, 2018. Vitória. **Anais**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2018, p. 1-16. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/issue/view/938>>. Acesso em: 20 jan 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Grupo de Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/gtps.html>>. Acesso em: 11 jan 2021.

_____. Encontro nacional de pesquisadores do serviço social. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

_____. ABEPSS itinerante. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/abepss-itinerante-3-edicao-41>. Acesso em: 07 abr 2022.

_____. Oficina Nacional de Graduação e Pós-Graduação. <https://www.abepss.org.br/oficina-nacional-da-abepss-17>. Acesso em: abr 2022.

_____. **Subsídios Para o Debate Sobre a Questão Étnico Racial na Formação em Serviço Social**. Executiva Nacional da Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Gestão quem é de luta resiste (2017-2018), Vitória, 2018. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

_____. **Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em serviço social no Brasil**. Gestões da ABEPSS: 2013-2014 e 2015-2016.

AZEVEDO, Simone Lima. **Quando os pretos pintam na UFES, a universidade se pinta de preto? : Reflexões sobre racismos e antirracismos institucionalizados**. 2019. 238 f Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <<http://dspace3.ufes.br/handle/10/11380>>. Acesso em: 18 ago 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro, sem edição. Portugal: Edições 70, 1977.

BEHRING, Rossetti Behring; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social e história: fundamentos e história**. 9 edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. **O que é**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BIBLIOTECA VITUAL EM SAÚDE. **Descritores em Ciências da Saúde**. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decsserver/>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres (Orgs). **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O retorno e o alcance das pesquisas desenvolvidas na área social. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009. p. 171-181.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço

Social. **Katálysis**. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 46-54, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0510spe.pdf>>. Acesso em: Jan 2021.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**; Lei de regulamentação da profissão. 10. Edição revisada atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Dispõe sobre as diretrizes de base para educação escolar e da outras providências. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 27 ago. 2020.

_____. **Lei nº 11. 645 10 de Março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11645.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20no,Afro%2DBrasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D>. Acesso em: 19 ago 2020.

_____. **Lei nº 12. 711 de 29 de Agosto de 2012**. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf>. Acesso em: 25 de ago. 2020.

_____. **Lei nº 12.990, de 9 de Junho de 2014**. Dispõe sobre reserva aos negros das vagas oferecidas nos concursos públicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 12 jan 2021.

_____. Portaria normativa nº 13, de 11 de Maio de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 mai. 2016. Seção 1, p. 47. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473>. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 18 mar 2021.

BRANDAU, Ricardo; MONTEIRO, Rosangela; BRAILE Domingo M. Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. **Revista Brasileira Cirurgia Cardiovascular**, v. 20, n. 1, p. 7-9, 2005. Disponível em:<<https://www.researchgate.net/deref/http%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.1590%2FS0102-76382005000100004>>. Acesso em: 28 ago 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Faculdade de Educação de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:

<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 18 ago 2020.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Brasil: Mestres e Doutores 2019**. Disponível em:

<https://mestresdoutores2019.cgee.org.br/web/guest/dados/-/categories/41559?p_r_p_categoryId=41559>. Acesso em: 12 jan 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios. **Portuguesa de Educação**, CIED, Universidade do Minho, n.16 (2), p. 221-236, 2003.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO PESSOAL E NÍVEL SUPERIOR. **História**. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/historia-e-missao#logo>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

_____. **Documento da área 32 serviço social 2019**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/DOC_SERVICO_SO_CIAL_01_11.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____. **Sobre as áreas de avaliação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao#areas>>. Acesso em: 05 out. 2020.

_____. **Proposta de aprimoramento da avaliação da pós-graduação brasileira para o quadriênio 2021-2024 - modelo multidimensional**. Disponível em:

<<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/25052020-relatorio-final-2019-comissao-pnpg-pdf>>. Acesso em: 11 Jan 2021.

_____. **Cursos reconhecidos e avaliados**. Disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf;jsessionid=IuzS8jizyregm0-z65cqDnty.sucupira-213?areaAvaliacao=32>>. Acesso em: 08 Mar 2021.

_____. **Relatório do Seminário de Meio Termo do quadriênio - 32 serviço social 2017-2020**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/REL_MEIO_TERMO_Servico_social.pdf>. Acesso em: abr 2022.

_____. **Catálogo de teses e dissertações**. Disponível em:

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CORREIA, Aline Nascimento Santos. **Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7372792>. Acesso em 16 dez. 2021.

CORAZZA, Gentil. O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 26, n. especial, p. 35-50, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116803>>. Acesso em: 03 Fev 2021.

COUTINHO, Arthur Lemos. **Afirmção política e política afirmativa – cotas para negros na Universidade Federal do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11107/1/tese_12493_Arthur%20L.%20Coutinho.pdf>. Acesso em: 18 ago 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Serie 3. Trabalho e Projeto de Formação profissional nas políticas sociais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

_____. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**. Campanha de Gestão 2017-2020. Brasília, 2020.

_____. Série: **Assistente Social no Combate ao Preconceito Racismo**, caderno 3, Brasília, 2016.

_____. **A violência tem classe e cor**. In: CFESS Manifesta, 20 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2013cfessmanifesta_consciencianegra.pdf>. Acesso em: abr 2022.

_____. **Zumbis e Dandaras contra a desigualdade racial**. In: CFESS Manifesta, 20 de novembro de 2011. Disponível: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_consciencia_negra_SITE.pdf.

_____. **Revista Inscrita**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/revista-inscrita>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional Brasília: CFESS, 2005.

CRISTO, Keley Kristiane Vago. **Trabalho escravo rural contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CRUZ, Suellen Silva. **Movimento negro e as políticas de promoção da igualdade racial no Espírito Santo**. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7623376>. Acesso em: 12 dez. 2021.

_____. **Serviço social e a questão étnico-racial**. 2017. Trabalho de conclusão de curso - Departamento de serviço social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Acesso em: 15 set. 2020.

ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katális**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p519>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

ELPIDIO, Maria Helena. Fundamentos do serviço social e a questão étnico racial. In: ELPIDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo Silva; ROCHA, Roseli. (Org.). **Desafios para o Serviço Social na Luta Antirracista: questão étnico racial em debate**. São Paulo: Annablume. p. 73-98, 2021.

EURICO, Campos Márcia. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14947/13266>. Acesso em: 03 out. 2020.

EURICO, Campos Márcia. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, 2018.

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

EVARISTO, Conceição. Poemas de recordação e outros movimentos. 6.ed. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Seminário nacional de formação profissional e movimento estudantil de serviço social comemorando 40 anos do congresso da virada por uma práxis antirracista. A virada agora é preta**. Disponível em: <<https://enessooficial.wordpress.com/eventos-nacionais-da-enesso/>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

FARAGE, Eblin. Pinto; BARBOSA, Marina. Projetos em disputa na educação: trabalho docente em tempos de pandemia. In: PEREIRA, Larissa. Dahmer; ALMEIDA, Ney. Luiz, Teixeira (Org.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando publicações, 2020. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_63084655ae4a4e4a8ed8c7f8cc77ab61.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Editora Global, 2006.

FLICK, Ume. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. 1 edição. Tradução Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas**. Disponível em:

<<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=251>>. Acesso em: abr. 2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em:

<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_br&id=718>.

Acesso em: abr. 2022.

GALVÃO, Barbosa Cristiane Maria. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica.

Fundamentos de epidemiologia. sem/n, sem/p, 2010. Disponível em:

http://www2.eerp.usp.br/nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

GÓES, Weber. Capitalismo e racismo: uma discussão necessária. In: ELPIDIO, Maria

Helena; VALDO, João Paulo Silva; ROCHA, Roseli. (Org). **Desafios para o serviço social**

na luta antirracista: questão étnico racial em debate. São Paulo: Annablume. p. 31-54, 2021.

GOMES, Giselly Carolliny Gonçalves. Serviço Social como área de conhecimento: a relação da pesquisa, da pós-graduação e da organização política com as lutas sociais no Brasil. In:

JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 1505, 2015. São Luiz do

Maranhão. **Anais**. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/servico-social-como-area-de-conhecimento-a-relacao-da-pesquisa-da-pos-graduacao-e-da-organizacao-politica-com-as-lutas-sociais-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça.

Educação e Sociedade. Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**,

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra. In:

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. (Org.). **Lugar de negro**. 3º Ed. Rio de Janeiro:

Marco Zero, 1982. p. 11-17.

GUERRA, Yolanda D. **A instrumentalidade do serviço social**. 10º Ed. São Paulo:

Cortez, 2014.

GUERRA, Yolanda D. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio

a ser preservado. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 125-158,

jul/dez. 2011.

HOOKS, Bell. **Erguer a Voz: pensar como feminista pensar como negra**. 1 edição. São

Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Vilela Marilda. O Serviço Social na Cena Contemporânea. CFESS, ABEPSS.

Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9 edição. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 136, set./dez. 2019, p. 439-461.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 4. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-porcor-ou-raca.html>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. **Metodologia do censo demográfico 2010**. 2. Edição. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf>>. Acesso em: 23 mar 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2020**. Governo Federal. Ministério da Economia. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.38116.riatlasdaviolencia2020>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o Debate Sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial no Brasil. THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei (Org.). In: **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. p. 45-64.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

KATÁLYSIS. **Sobre a Revista**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/about>>. Acesso em: 22 mar 2021.

KOIKE, Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

LEMOS, Carolyne Santos. **A prisão no capitalismo dependente**: encarceramento massivo de negros no Brasil. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, Florianópolis, sem/n, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>>. Acesso em: 18 ago 2020.

- LIMA, Joseane Barbosa. O projeto profissional do serviço social em debate: entre a intenção de ruptura e as tendências do neoconservadorismo. **Temporalis**, Brasília, ano 17, n. 33, p. 15-39, 2017.
- MARTINS, Santos Cristina Tereza. Determinações do racismo no mercado de trabalho implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**. Brasília, v. 14, n. 28, p. 113-132, 2014.
- MBEMBE, Achille. **A universalidade de Frantz Fanon**. Cidade do Cabo (África do Sul), 2 de Setembro de 2011.
- MELIM, Iglesias Juliana. Educação à distância e a distância da educação: apontamentos para o debate sobre exercício e formação profissional em serviço social. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 155-178, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8648115>>. Acesso em: 8 fev. 2022.
- MÉSZÁROS, ISTVÁN. **A educação para além do capital**. 2 edição. São Paulo: Boitempo. 2008.
- MINAYO, Cecília Maria Sousa. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Sousa Cecília Maria. FERREIRA, Suely Deslandes (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33 edição. Vozes: Petrópolis, 2013. p. 9-28.
- MOTA, Elizabete Ana. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katális**, Florianópolis, v. 16, n. esp, p. 17-27, 2013.
- MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 edição. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil negro**. 3 edição. São Paulo: Anita, 2020.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6 edição. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil**. Textos escolhidos de Clóvis Moura. Terra Sem Amos: Brasil, 2020.
- MOCELIN, Cassia Engres; GROSSI, Patrícia Krieger. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária. **Em pauta**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 226-241, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2020.52058>> Acesso em: 18 ago 2020.
- MOTRIZ, Oliveira Gilberto. et al. A pós-graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. **Future Studies Research Journal**. São Paulo, v. 5, n. 2, p. 03-34, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/21108/a-pos-graduacao-brasileira--evolucao-e-principa>>. Acesso em: 11 Jan 2021.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS EM EDUCAÇÃO, 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 29 ago 2020.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. Cadernos **Penesb**, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002208484>>. Acesso em: 22 fev. 2021

MUNHOZ, Ana Terra Mejia; DINIZ, Debora. Nem tudo é plágio, nem todo plágio é igual: infrações éticas na comunicação Científica. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 3, p. 50-55, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.18315/argumentum.v3i1.1434>>. Acesso em: 29 ago 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4 edição, Rio de Janeiro: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Sebastião. TOMAS, Ribeiro Omar. Raça e Nação. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (Org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2 edição. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 193-236. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

NETTO, Paulo José. **Introdução ao Método de Marx**. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, Paulo José. A construção do projeto ético-político do serviço social. serviço social saúde e formação profissional. **Módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Brasília, p. 1-22, 1999. Disponível em: <https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: 10 Jan 2020.

NERY, Correa Jonatas. **A integração do negro no Brasil: raça ou classe? uma busca teórica e histórica a partir de Florestan Fernandes**. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7747479>. Acesso em: 08 dez. 2012.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: Petruccelli, Luis José; SABIOA, Lucia Ana. (Org.). **Caraterísticas étnico raciais da população classificações e identidades**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto brasileiro de pesquisa e estatística. Diretoria de pesquisas. Coordenação de população e indicadores sociais. Estudos e Analises informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, 2013. p. 83-99.

ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES UNIDAS. **III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância**. Durban, 2001.

PAULA, Batista Aline. Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 165-179, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2020.47223>>. Acesso em: 03 out 2020.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/humanidades/programa-de-pos-graduacao-em-servico-social/>>. Acesso em: abr. 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-servico-social/>>. Acesso em: abr. 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.ser.puc-rio.br/>>. Acesso: abr. 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/servico-social>>. Acesso em: abr. 2022.

PORTAL GELEDÉS. **Da gravidez à morte: Como as mulheres negras enfrentam violações**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/da-gravidez-a-morte-como-as-mulheres-negras-enfrentam-violacoes/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PRATES, Cruz Jane. O método de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos e Contexto**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf>. Acesso em: 03 out 2020.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Teses e dissertações defendidas**. Disponível em: <<https://politicassocial.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGPS/disserta%C3%A7%C3%B5es-defendidas>>. Acesso em: 03 out. 2020.

_____. **Resolução 001 de 2017**. Ação Afirmativa aprovada pelo Colegiado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Política Social em reunião realizada em 26 de julho de 2017.

QUEIROZ, Marques Fernanda. et al. Grupo temático de pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 27, p. 233-241, 2014.

RICIO, Nascimento Gabrielle Paula. **O partejar em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: desvendando uma violência**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de pós-graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

ROCHA, Fonseca Roseli. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2014. Disponível

em:https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1153327. Acesso em: 08 dez. 2021.

RODRIGUES, Nina Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, sem/edição, 2011. Disponível em: <ISBN 978-85-7982-07-SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 24 mar 2020. SAVIANI, Dermeval. O dilema produtividade-qualidade na pós-graduação. **Nuances: estudos sobre Educação**. São Paulo, v. 17, n. 18, p. 32-49, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.14572/nuances.v17i18.723>>. Acesso em: 12 Jan 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SER SOCIAL. **Sobre**. Disponível em: http://ojs.bce.unb.br/index.php/SER_Social/about. Acesso em: 22 mar. 2021.

SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Sobre a Revista**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/revistas/sssoc/paboutj.htm>>. Acesso em: 22 mar 2021.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1995.

SILVA, Dantas Thiago; SANTOS, Rodrigues Maíra. A abolição e a manutenção das injustiças: a luta dos negros na primeira república brasileira. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v. 2, n.1, p, 1-10, 2012. Disponível em:<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14136/8750>>. Acesso em: 18 ago 2020.

SILVA, Meyrieli. **A questão racial e sistema único de assistência social implicações para o serviço social no sistema único da assistência social**. Dissertação (Mestrado em Política social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

SILVA, Ozanira Maria; CARVALHO, Bomtempo Birche Denise. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2007.v4.129>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SILVA, Paula Ana Procopio. Formação social brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. In: ELPIDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo Silva; ROCHA, Roseli (Org.). **Desafios para o Serviço Social na Luta Antirracista: questão étnico racial em debate**. São Paulo: Annablume. p. 55-72, 2021.

SILVA, Paula Ana Procopio; COSTA, Gracyelle. Serviço social e a formação profissional na perspectiva da educação popular: por uma práxis pedagógica crítica e antirracista. In: SCHEFFER, Graziela et al. (Org.). **Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre educação popular**. Curitiba: CRV, 2021, p.129-144.

SILVA, Paula Ana Procopio. **O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura**. 2017. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,

Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6377670. Acesso em: 15 dez. 2015.

SILVA, Tatiana Dias. Panorama social da população negra. In: SILVA, Tatiana. Dias; GOES, Fernanda. Lira. (Org.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 26 ago. 2017.

SILVA, Alessandra Ximenes; MATIAS, Thaísa Simplício Carneiro; NÓBREGA, Mônica Barros. Pesquisa e Conhecimento da Realidade no Serviço Social, **Temporalis**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 105-118, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/19755>>. Acesso em: 03 set 2020.

SILVA, Claudilene; SANTIAGO, Eliete. História e cultura afro-brasileira: uma política curricular de afirmação da população negra no Brasil. **Educación**. Lima, v. 25, n. 48, p. 53-66, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1019-94032016000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 15 set 2020.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial**. 1ª edição. Instituto Lukács. São Paulo, 2012.

SIMPÓSIO DE SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, CONSTRUINDO UMA PLATAFORMA ANTIRRACISTA. Universidade Federal de São Paulo, 2020.

SOUSA, Teresa Cristina vital. **Interface entre racismo e meio ambiente na configuração sócio-espacial da ilha de deus em Recife**. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 52-67, 2020. TEMPORALIS. **Sobre a revista**. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/about>. Acesso em: 18 mar. 2021.

VIEIRA, Cleber Santos. Letrados e plebeus. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 537-542, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://ppgss.ufam.edu.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://ppgss.propesp.ufpa.br/index.php/br/>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/ppgssocial>. Acesso em: 09 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas**. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=893>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social**. Disponível em: <<http://www.uece.br/mass/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=376>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais**. Disponível em: <<https://portal.uern.br/blog/tag/ppgssds/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Programa de Pós-graduação em Serviço Social**. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=1905>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgss/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgss>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <https://fssoufal.br/pos-graduacao/servico-social>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios**. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgpst/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://ppgss.ufba.br/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Programa de Pós-Graduação em Política Social**. Disponível em: <<https://politicassocial.ufes.br/>>. Acesso em: abr. 2022.

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA. **Programa de Pós-Graduação Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. Disponível em: https://emescam.br/?gclid=CjwKCAjw3cSSBhBGEiwAVII0Z-4ew2TSna7pIK_DPLKn_N82uOQI8lw4SCGVjFRj-b64nk7Sc05jhxoCXEcQAvD_BwE>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://pos.ess.ufrj.br/index.php>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<https://ppgssdr.uff.br/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Programa de Pós-Graduação em Política Social**. Disponível em: <<http://politicassocial.uff.br/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.ppgservicosocial.uerj.br/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Programa de Pós-Graduação Serviço Social e Políticas Sociais**. Disponível em: <<https://ppg.servicosocial.unifesp.br/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social**. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/sersocial/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://www5.unioeste.br/portalunioeste/pos/ppgss/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<https://ppgss.ufsc.br/pb/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgservicosocial/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Programa de Pós-Graduação em Política Social**. Disponível em: <<https://www.ufmt.br/ppgps/en/>>. Acesso em: abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.politicassocial.unb.br/>>. Acesso em: abr. 2022.

YASBEK, M. C. Fundamentos históricos e teóricos metodológicos do Serviço Social. CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REFERÊNCIAS DAS DISSERTAÇÕES E TESES CONSULTADAS POR REGIONAL DA ABEPSS

Regional Norte:

ALCANTARA, Ramon Luis Santana. **Formação para a diversidade?** desafios da formação de professores em GRAJAÚ-MA SÃO LUÍS 2015. 2015. 235 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2015.

CUNHA, Karoline Lucia Santos. **Racismo: uma aproximação às bases materiais**. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

CONCEICAO, Domingos. **Movimento negro em Belém:** ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Pará, 2017.

DIAZ, Ruby Esther Leon. **Unidade versus diversidade:** compassos e descompassos da política para “afrodescendentes” em Bogotá. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2011.

DURANS, Claudicea Alves. **Particularidades da questão negra no Brasil e seus desdobramentos nas interpretações e políticas focalizadas de raça e classe**. 2019. 212 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2019.

LIEBL, Caroline. **Violências no Brasil:** os perfis ocultos de encarcerados e vítimas de mortes violentas. 2018 182 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2018.

SILVA, Anso. **Diáspora africana no Maranhão**. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2015.

SILVA, Uelber Barbosa. **O racismo como expressão da alienação**. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

SOARES, Marcelino Mendes. **A construção do estado Guineense no contexto da diversidade étnico-racial**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2016.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. “**Mulheres negras e relações de gênero: narrativas de construção da identidade de mulheres negras participantes do bloco afro Akomabu do centro de cultura negra do Maranhão**”. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2017.

Regional Nordeste:

AZEVEDO, Uly Castro. **Judicialização na área da saúde pública no Ceará: uma análise acerca das concepções dos gestores municipais**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

BARBOSA, Luciana Candido. **Trabalho doméstico: uma análise das condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do Município de João Pessoa – PB**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 2013.

BARRETO, Marta Simone Vital. **Famílias Invisíveis?: A realidade de famílias homoafetivas com filhos/as adotivos/as na cidade do Natal/RN**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BRANDAO, Wanessa Nhayara Maria Pereira. **Relações étnico raciais, de gênero e trabalho na perspectiva das mulheres quilombolas da comunidade córrego de ubaranas - Aracati/CE**. 2020. 1 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

BRAGA, Ivana Marcia Moraes. **Desigualdade, interseccionalidade e políticas públicas: um estudo das narrativas da mídia sobre a epidemia de zika vírus de maio de 2015 a maio de 2017**. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

CASTRO, Viviane Vaz. **"Um passo à frente e já não estamos no mesmo lugar": a incorporação do feminismo pelos planos de governo de partidos de esquerda nas eleições de 2018**. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019.

CLEMENTE, Flavia Silva. **Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras**. 2019. 411 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2019.

CUNHA, Roberio Davi Borges. **Práticas educativas de professores/as indígenas e as políticas públicas: reflexões de uma escola indígena do povo potiguara**. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2015.

CORREIA, Dandara Batista. **Racismo institucional: um desafio na Atenção à Saúde da População Negra com Doença Falciforme**. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

COSTA, Micaela Alves Rocha. **Feminismo, gênero e Serviço Social: avanços, contradições e rebatimentos na formação profissional**. 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2017.

COSTA, Renata Gomes. **Serviço Social, instrumentalidade e relações de gênero: uma análise da atuação profissional na rede de atendimento à mulher em situação de violência de Fortaleza**. 2013. 226 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2013.

COSTA, Thais Cristine Queiroz. **Mulheres quilombolas e o pertencimento étnico-racial: elementos para uma análise da constituição dos perfis identitários na comunidade de quilombo Sítio Veiga em Quixadá/CE**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2015.

FILHO, Evandro Alves Barbosa. **Rupturas e continuidades no sistema nacional de saúde da África do Sul Pós-Apartheid: uma análise crítica do discurso político**. 2016. 389 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016.

GARCIA, Sandra Gomes Silva. **Raiz comum de expressões da “questão social” presentes em escolas públicas brasileiras**. 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

GOMES, Daiane Daine Oliveira. **Da privação de direitos à privação de liberdade: tecendo trajetórias de adolescentes negros em cumprimento de medida socioeducativa de internação**. 2016. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2016.

JESUS, Lais Goncalves. **Racismo e subjetividade**: o desenlace social da subjetividade dos indivíduos negros. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil. 2012. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

MEDEIROS, Richelly Barbosa. **Educação superior e sistema de cotas**: a trajetória acadêmica de estudantes negros/as da Universidade Federal do Ceará – UFC. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2017.

OLIVEIRA, Josilene Maria. **O lugar das jovens negras no contexto escolar em Campina Grande – PB**: raça e gênero. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2016.

PATRICIO, Carlos Marcelo Silva. **“Assistentes sociais cooperadas”**: os sentidos das relações de trabalho no contexto do cooperativismo na saúde pública. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

RAIMUNDO, Valdenice José. **A negritude da pobreza no espaço urbano**: um olhar sobre a dinâmica vivida pela juventude negra moradora de áreas segregadas no estado de Pernambuco. 2010. (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2010.

ROCHA, Maria Solange Guerra. **Silenciosa Conveniência entre Transgressão e Conservadorismo**: Trajetórias Feministas Frente à Epidemia da AIDS no Brasil. 2011 281 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

SILVA, Elinadja Fonseca. **Feminismo no levante popular da juventude: fundamentos e construção histórica**. 2020. 111 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020.

SILVA, Maria Izabel Dantas. **Análise acerca da proteção social á população negra na perspectiva da política nacional de assistência social no município de João Pessoa-PB**: desafios á efetivação. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2010.

SILVA, Marcia Swenia Brito. **A experiência de mulheres em situação de rua: uma análise interseccional**. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

SILVA, Rosangela Cavalcanti. **A consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe: o feminicídio como expressão da violência machista**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SANTOS, Raissa Paula Sena. **Violência obstétrica no Brasil: uma análise de determinações patriarcais racistas e capitalistas**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2016.

SILVA, Gabriela Soares. **O universo da produção de conhecimento sobre relações sociais de raça/etnia no ENPESS pós estatuto da igualdade racial - 2010 a 2016**. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2018.

SOUSA, Roberta Menezes. **A direção sociopolítica do movimento feminista brasileiro no governo Dilma Rousseff (2011-2014): articulação entre as lutas por direitos democráticos e a resistência anticapitalista**. 2018. 171 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018.

SOUSA, Teresa Cristina vital. **Interface entre Racismo e Meio Ambiente na Configuração Sócio-Espacial da Ilha de Deus em Recife**. 2011. 203 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

Regional Centro-oeste:

ALMEIDA, Janaiky Pereira. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. 2017. 262 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CARVALHO, Luiza Sousa. **Condenados ao tronco ao ferro e a prisão: o encarceramento como expressão do genocídio antinegro no Brasil**. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em POLÍTICA SOCIAL) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade DE Brasília, Brasília, 2020.

CERQUEIRA, Maria Dayssy Stphanie Rocha. **Formação continuada em gênero de profissionais da educação básica no distrito federal**. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

DIAS, Aline Pereira. **O protagonismo e as experiências de mulheres negras assistentes sociais: a teoria social crítica do pensamento feminista negro**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

FARIAS, Lara Lisboa. **Estado, nova direita e contrarreforma: Uma análise sobre os atuais parâmetros da política de drogas no Brasil**. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GARCIA, Rosangela Maria Costa. **As relações de gênero e os desafios do enfrentamento do bullying escolar**. 2015. 79 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2015.

LIMA, Jessika Larissa Sousa. **O lugar da população negra no mercado de trabalho e repercussões no seu acesso à previdência social**. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

LUIZ, Cristiana dos Santos. **Programa Brasil Afroatitudo como estratégia de política sócio- racial inclusiva**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social Universidade de Brasília, Brasília.

PEREIRA, Camila Potyara Perreira. **Condenados ao tronco ao ferro e a prisão: o encarceramento como expressão do genocídio antinegro no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social Universidade de Brasília, Brasília.

PAULO, Carlos Alberto Santos. **Respostas do estado às demandas sociais e étnico-raciais: Particularidades no Brasil entre 2003 e 2013**. 2015. 164 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PRADO, Hannah Zuquim Aidar. **O comércio de drogas ilegais na trajetória de trabalho de mulheres presas na penitenciária feminina do DF**. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RAMOS, Debora Oliveira. **Estado brasileiro, dispositivo de colonialidade e seguridade social: entre fazer e deixar morrer a população negra**. 2019 136 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Eduardo Gomor. **Hip hop e América Latina relações entre cultura, estética e emancipação**. 2017. 613 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Regional Leste:

ALVARENGA, Rubia Mara Ferreira. **Mulheres quilombolas: resistência em processos educacionais e culturais.** 2019. 111 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2019.

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart. **Drogas, “questão social” e Serviço Social: respostas teórico-políticas da profissão.** 2018. 302 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ALVES, Leonardo Nogueira. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil.** 2017. 253 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ALVES, Leonardo Dias. **Serviço Social e questão racial: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional.** Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ALMEIDA, Magali Silva. **Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ação afirmativa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ALMEIDA, Carlos Alberto Lima. **Vamos colocar o preto no branco? Racismo, antirracismo e a Lei 10.639/2003 em escolas particulares de Niterói.** Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2012.

ALBERGARIA, Rafaela Cristina Bonifácio. **Da dispersão do povo traficando à contenção do corpo traficante: drogas e relações raciais no Brasil.** 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em SERVIÇO SOCIAL) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ASSIS, Jussara Francisca. **Vencedoras, Estrategistas e/ou Invisibilizadas? Um estudo das possibilidades e dos limites do Programa Pró-equidade de Gênero para as mulheres negras nas empresas.** 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

AZEVEDO, Simone Lima. **Quando os pretos pintam na UFES, a universidade se pinta de preto? : Reflexões sobre racismos e antirracismos institucionalizados.** 2019. 238 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

BARRETO, Ana Claudia Jesus. **A desordem negra na ordem branca: kalabari, Calabar e a releitura contemporânea dos quilombos.** 2019. 243 f. Tese (Doutorado em Serviço

Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BARROSO, Milena Fernandes. **“O começo do fim do mundo”**: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. 2018. 385 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BASTOS, Priscila Cunha. **Lei de cotas no ensino médio: investigando o acesso de jovens negros e negras ao colégio Pedro II**. 2017. 271 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

CARDOSO, Francilene Carmo. **Razão bruta**: racismo e necropolítica como gestão de uma sociedade em ruínas. 2018. 120 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CARVALHO, Silvia Cristina Sousa. **Quando o corpo cala e a alma chora**: a formação social brasileira e a sua contribuição no genocídio da juventude “negra” em São Gonçalo. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

CAZUMBA, Luis Silva. **Um estudo sobre juventude, racismo e violência de jovem de 15 a 29 anos em Duque de Caxias. 2014**. 99 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2014.

CEVA, Antonia Lana Alencastre. **Intelectuais Negras**: escrituras de mulheres negras brasileiras e angolanas como instrumento de resistência sociocultural. 2013. 226. f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, Renata Gomes. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente**. 2019. 291 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CRUZ, Suellen Silva. **Movimento negro e as políticas de promoção da igualdade racial no Espírito Santo**. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

DECARLI, Mariana Oliveira. **O partejar e a violência obstétrica**: silenciosa violência e a violência do silêncio. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

DELFINO, Cristiane Cordeiro Silva. **Atenção integral à saúde da mulher: um olhar sobre processo interseccional de gênero e raça.** 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

DIAS, Aurea Cristina Santos. **Trabalho e imigração no Brasil do século XXI: Os senegaleses em Niterói/RJ.** 2020 199 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual do trabalho feminino das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte.** 2014. 310 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

FAGUNDES, Gustavo Goncalves. **A estrutura do racismo no Brasil: condições históricas e sociais para a consolidação da superexploração da força de trabalho.** 2020. 213 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GARCIA, Sandra Gomes Silva. **Raiz comum de expressões da “questão social” presentes em escolas públicas brasileiras.** 2020 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020.

GONCALVES, Scheilla Nunes. **“Mulheres dos Escombros”:** a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. 2018. 208 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HENRIQUES, Cibele Silva. **A máscara de flandres: o racismo estrutural colonialista no processo de trabalho e formação profissional negra.** 2020. 289 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

JANOARIO, Ricardo Souza. **A coragem da verdade: acesso, permanência e política de ação afirmativa para negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro.** 2013. 285 f. (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LEMOS, Rosalia Oliveira. **Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas.** 2016. 398 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

- LEAL, Julia Goncalves. **Bem vinda ao condomínio só fumaça: uma cena na maré.** 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- LOPES, Jussara Cassia Soares. **Os mecanismos de naturalização do racismo e do sexismo em meninas negras:** memórias de assistentes sociais negras catrumanas. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- LOPEZ, Esteban Cipriano Costa. **O Coletivo Nuvem Negra desafiando o racismo institucional no ensino superior.** 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- MACHADO, Graziela Scheffer. **Serviço Social, formação brasileira & questão social:** na cadência do pionerismo carioca. 2015. 315 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- MARCELINO, Sandra Regina Souza. **Mulher negra lésbica:** a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MATOS, Eliaidina Wagna Oliveira Silva. **Judicialização das ações afirmativas de cotas para negros nas universidades.** 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2019.
- MENEZES, Jussara Bezerra. A lei 10.639/2003: **Política pública da diversidade cultural e enfrentamento do preconceito racial.** 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2016.
- MEZADRI, Michely. **O trabalho da/o assistente social na implementação da política de cotas sociais nas universidades federais do Rio de Janeiro.** 2020. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- MIRANDA, Maria Aparecida. **Ações afirmativas no ensino médio do IFRJ: Um estudo de caso sobre a implementação e as narrativas dos estudantes negros.** 2020. 299 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- MURAD, Larissa Costa. **Cultura e integração do negro:** a experiência do renascença clube a partir da conformação do subúrbio carioca. 2016. 197 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)

– Programa de Pós-Graduação Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, Loanna Moraes Bousquet. **“Indigentes na vida”: um olhar crítico das relações sociais construídas por adultos sem certidão de nascimento no Rio de Janeiro.** 2019. 150 f. Dissertação – (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NERY, Correa Jonatas. **A integração do negro no Brasil: raça ou classe? uma busca teórica e histórica a partir de Florestan Fernandes.** 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

OLIVEIRA, Camila Moraes. **A gênese da pastoral afro-brasileira (PAB) e sua articulação contra o racismo.** 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PASSOS, Ana Helena Ithamar. **Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013.** 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PAULA, Aline Batista. **Construindo discursos que constroem sujeitos? Uma discussão sobre a contribuição da Lei 10.639/2003 e seu corolário para a afirmação de uma identidade racial positiva no Brasil.** 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PERREIRA, Gracyelle Costa. **Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** 2016. 301 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Pedro Roberto Silva. **Justiça restaurativa aplicada aos adolescentes autores de ato infracional - limites e alcances de uma experiência.** 2019. 200 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, Fernanda Trogo. **Desemprego, vidas matáveis e juventude negra da periferia urbana.** 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

PESSOA, Wilma Lucia Rodrigues. **Encarceramento e genocídio de jovens negros: faces do racismo no Brasil.** 2020. 120 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

RIBEIRO, Maria Ines Ferreira Costa Almeida. **O negro na irmandade cristã e na família-de-santo.** discursos raciais nas igrejas evangélicas e nos terreiros. 2019. 206 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RICIO, Nascimento Gabrielle Paula. **O partejar em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: desvendando uma violência.** Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de pós-graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

ROCHA, Fonseca Roseli. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, Adriana Severo. **Racismo no “brete”:** onde elas (não) estão? Estudo qualitativo sobre jovens negras, egressas do sistema socioeducativo brasileiro. 2017. 170 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RODRIGUES, Marcio Toledo. **A implementação da política de cotas raciais no campus Itaperuna do Instituto Federal Fluminense: os desafios da permanência.** 2020. 343 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RODRIGUES, Luara Ramos. **Influência dos determinantes sociais nas condições de nascimento na região metropolitana de saúde do Espírito Santo.** 2020. 64 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitoria, Vitória, 2020.

SANTOS, Marcelo Barbosa. **Conflitos na universidade federal fluminense: uma reflexão sobre as interações entre estudantes cotistas negros e comunidade universitária no contexto das ações afirmativas.** 2020 249 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SIMAS, Fabio Nascimento. **A Tortura no Superencarceramento Brasileiro: Estado e criminalização na crise estrutural do capital.** 2020. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Paula Ana Procopio. **O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura.** 2017. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Amanda Kelly Belo. **Resistência e Luta: o processo de organização das trabalhadoras domésticas por direitos trabalhistas e previdenciários no Brasil**. 2019. 263 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Nivia Cristiane Pereira. **Capitalismo contemporâneo, luta de classes e questão racial**. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Cibele Henriques. **A máscara de flandres: o racismo estrutural colonialista no processo de trabalho e formação profissional negra**. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Claudio Mendonca. **A negativa histórica do racismo no Brasil e seus efeitos na contemporaneidade**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2016.

SILVEIRA, Elisabete Cristina Cruvello. **Cultura de bem estar social e messianismo: as conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978)**. 2015. 182 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Sanzia Rodrigues. **Audiências de custódia e alternativas penais: subsídios para reflexão após dois anos de implementação no tribunal de justiça do estado do rio de janeiro**. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Meyrieli. **A questão racial e sistema único de assistência social implicações para o serviço social no sistema único da assistência social**. Dissertação (Mestrado em Política social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

SCHWARZSTEIN, Sandra Monica Silva. **Atuação de militantes femininas em favelas do rio de janeiro – “invisibilidade” e protagonismo**. 2019. 332 f Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Marillac Faustino. **Das senzalas às prisões: uma análise sobre o processo de criminalização da população negra**. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

VIEIRA, Bianca Machado Concolato. **“Do escravismo às políticas de ações afirmativas: o negro cotista na Universidade Federal de Juiz de Fora”**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado

em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

Regional Sul I:

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

GRAEFF, Betina Alves. **A política de cotas raciais no curso de elevado perfil socioeconômico da universidade federal: a inclusão através da visão dos docentes e discentes**. 2020. 174 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

GELSLEICHTER, Mayara Zimmermann. **Aspectos sociais e de gênero da obesidade em mulheres no serviço de cirurgia bariátrica do HU/UFSC**. 2019. 271 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HANDERSON, Joseph. **As ações afirmativas raciais na universidade pública como uma política social: percepções de estudantes afro-brasileiros e brancos e propostas alternativas**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2010.

JUNIOR, Nairo Ronalgio Caldeira. **A constitucionalidade das cotas nas universidades como um novo paradigma no combate à desigualdade racial no Brasil**. 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2014.

MANJABOSCO, Adriele Marlene. **(In)desejáveis? trabalho migrante e precarização em tempos de crise**. 2020. 189 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

PACHECO, Jairo Queiroz. **Desafios da inclusão: o olhar dos jovens negros sobre a política de cotas da UEL**. 2019. 315 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

PRATES, Flávio Cruz. **A igualdade formal e sua aplicabilidade prática: os descaminhos da dignidade atribuída ao negro brasileiro**. 2010. 141 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RIBAS, Ana Carla Werneque. **Saúde mental e superexploração da força de trabalho: análise das tendências na produção do serviço social**. 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em SERVIÇO SOCIAL) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

RITTER, Carolina. **A política de cotas na educação superior: as (a) simetrias entre o acesso nas universidades federais e o desenvolvimento social brasileiro**. 2018. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

SEBASTIANY, Mariana Marques. **Serviço social e relações patriarcais de gênero: mediações na formação profissional**. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SILVA, Daniela Santos. **Análise das concepções de profissionais sobre a violência em âmbito conjugal contra as mulheres**. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SANTOS, Karoline Franciele. **Combate ou reprodução do racismo no trabalho das assistentes sociais na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2020. 217 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, Ana Paula Dittgen. **Reconhecimento jurídico e estima social dos imigrantes Senegaleses no Extremo Sul do Brasil: Apontamentos para a Construção de uma Política Migratória Transformadora**. 2018. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2018.

SHUPINGAHUA, Jorge Rafael Ramirez. **Participação política de jovens afrodescendentes no Peru: análise da experiência da Ashanti Peru rede peruana de jovens afrodescendentes**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Programa de Pós-Graduação Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SOUZA, Alexsandro Eleoterio Pereira. **As políticas de ação afirmativa no contexto acadêmico: as influências das cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina**. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. **Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**. 2019. 265 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.

TOLEDO, Angelita Alves. **Mulheres Negras Soropositivas e as Interseccionalidades entre Gênero, Classe e Raça/Etnia**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2012.

VIEIRA, Monique Soares. **Rompendo o silêncio: o enfrentamento da violência sexual infanto-adolescente no âmbito dos creas tocantinenses**. 2015. 250 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

Regional Sul II:

ABREU, Suellen. **Elas, as feministas... elas, as assistentes sociais... contribuições, desafios, possibilidades**. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

ANDRADE, Julio Cezar. **Genocídio da juventude negra: uma configuração do racismo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

ARAUJO, Nicole Barbosa. **Juventude e resistência: o funk como forma de expressão dos (das) jovens de periferia**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

BIAZETO, Ana Luiza. **A diferença está na pele?: depoimentos de mulheres negras e brancas presas na Penitenciária Feminina de Santana**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BISMARCHI, Erika. **Mulher, propriedade e mercadoria a maternidade e a prostituição na ponta da sexualidade feminina**. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2020.

CAMPOS, Daniela Cristina Augusto. **A punição e o controle sociopenal por trás das medidas socioeducativas impostas aos adolescentes acusados da prática de ato infracional**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

COELHO, Joao Domingos Silva. **Lutas, conquistas e desafios para o acesso e permanência no ensino superior: uma análise a partir da narrativa de sujeitxs que experienciaram o educafro valongo (Santos/SP)**. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2020.

COSTA, Beatriz Adão Pascoal. **Modo de vida dos imigrantes africanos na cidade de São Paulo: a trajetória dos angolanos**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CUNHA, Karoline Lucia Santos. **Racismo: uma aproximação às bases materiais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

EURICO, Márcia Campos. **Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

EURICO, Marcia Campos. **Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano das crianças e adolescentes negros (as) acolhidos (as)**. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FOGARI, Maria Luisa da Costa. **Serviço Social e as políticas públicas para os usuários afrodescendentes**. 2010. 286 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/Franca, São Paulo, 2010.

FRANCISCO, Eliana Aparecida. **Política de equidade de gênero e de raça/etnia na empresa Fersol - Mairinque/SP: uma experiência em construção - 1996/2010**. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIRA, Priscila Lemos. **Movimento de Mulheres Negras e o Serviço Social**. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo**. 2019 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

NASCIMENTO, Tamires Guimaraes. **Escrevivências de mulheres negras: Manifestando possibilidades de produções acadêmicas autônomas aos referenciais da ciência hegemônica**. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2020.

NESPOLI, Daniella Souza Santos. **Raízes e sombras: luta e resistência na formação da identidade quilombola**. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de

Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2013.

OLIVEIRA, Quelli Foleiss. **A violência contra crianças e adolescentes: suas expressões e os desafios no cotidiano do assistente social nas varas de família**. 2020 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

RAMOS, Ana Lucia Oliveira. **Essa sim, esse não... racismo estrutural no processo de adoção**. 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2020.

RIBEIRO, Matilde. **Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias – 1986 a 2010**. 2013. 283. f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2013.

SANTOS, Aila Fernanda. **Drogas enquanto mercadorias nas relações sociais capitalistas: um debate no serviço social brasileiro**. 2019. 217 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Tahina Tatila. **Adoção de crianças negras: paradigmas e identidades**. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2020.

SANTOS, Diogo Joaquim. **Racismo e resistência à discriminação: uma contribuição ao estudo das lutas sociais das negras e dos negros da classe trabalhadora**. 2016. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Rutineia Cristina Martins. **Escola e questão racial: a avaliação dos estudantes**. 2013 200 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Franca. 2013.

SILVA, Adeildo Vila Nova. **Das senzalas às prisões contemporâneas: a escravização e o encarceramento em massa da população negra no Brasil como estratégias de contenção e de controle**. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

TIBA, Helene Yuri Anaguchi. **As mulheres e as sentenças judiciais de acolhimento institucional na sociedade do valor**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

VASSALO, Veronica Gomes. **Descolonização do currículo:** a questão racial na formação acadêmica do assistente social. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2019.

VITORIO, Kajali Lima. **O debate racial na agenda política do conselho federal de Serviço Social (CFESS).** 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

**APÊNDICE B - LINHAS DE PESQUISA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL E LINHAS DE PESQUISA QUE ABORDAM A
QUESTÃO ÉTNICO RACIAL**

Regional Norte

UFAM

Linha de pesquisa
1) serviço social, trabalho e políticas públicas 2) Questão social, direitos humanos e sustentabilidade Ementa: Relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e classe. Violências e direitos humanos e suas particularidades no Brasil e na Amazônia. Diversidade humana e sexual

Fonte: UFAM.

Elaboração da autora, 2022.

UFPI

Linha de pesquisa
1) Estado e Políticas Públicas 2) Cultura e identidade

Fonte: UFPI.

Elaboração da autora, 2022.

UFT

Linha pesquisa
1) Serviço Social e Políticas Sociais 2) Serviço Social, diversidade e direitos humanos Ementa: Toma por base experiências profissionais que privilegiem o debate e a intervenção profissional no seio das classes sociais e suas intersecções entre gênero, sexualidade, raça/etnia e geracional, as demandas de grupos e comunidades tradicionais e o processo de exploração inerente ao modo de produção capitalista

Fonte: UFT.

Elaboração da autora, 2022.

UFPA

Linha pesquisa

1) Serviço social e políticas sociais na Amazônia

EMENTA: Desenvolve estudos e pesquisas sobre a configuração do estado e do capital na Amazônia, a violação de direitos humanos (especialmente em torno de questões de classe, raça, etnia, identidade de gênero, geração, orientação sexual, condição migrante, povos tradicionais, refúgio).

2) Serviço social e trabalho na Amazônia

3) Serviço social e direitos humanos na Amazônia

Fonte: UFPA.

Elaboração da autora, 2022.

UFMA**Linha pesquisa**

1) Estado, Cultura e Políticas Públicas

Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente

2) Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas

3) Estado, Trabalho e Políticas Públicas

4) Avaliação de Políticas e Programas Sociais

5) Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social

6) Política Social e Serviço Social

7) Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero

Fonte: UFMA.

Elaboração da autora, 2022.

Regional Nordeste**UFRB****Linha pesquisa**

1) Políticas Sociais, Territórios e Estado

2) Trabalho, Direitos e Serviço Social

Fonte: UFRB.

Elaboração da autora, 2022.

UFBA**Linha pesquisa**

1) Questão Social e Diversidade Humana

EMENTA: Expressões da questão social na perspectiva da teoria social crítica, temas transversais e interfaces na política social. As relações sociais de dominação e opressão de gênero, “raça”- etnia, geração, sexualidades e classe social. Diversidade humana, “políticas de identidade” e os movimentos sociais. Essa linha tem interesse particular em estudar, na dinâmica entre trabalho, questão social e políticas sociais, como se expressa a diversidade que caracteriza a reprodução das relações sociais no plano concreto da sociabilidade capitalista, sobretudo em dois aspectos: a) a diversidade étnico-racial, de gênero e geracional como aspecto fundamental para a compreensão da questão social no Brasil, tanto do ponto de vista da formação da classe trabalhadora e da constituição das desigualdades e opressões, quanto do ponto de vista da formação dos movimentos sociais e demais formas de resistência

2) Teoria Social, Trabalho e Serviço Social

EMENTA: Esta linha de pesquisa ainda contempla com especial destaque a produção que inclui análises da questão social, do trabalho e do Serviço Social relativas às discussões e questões étnico/raciais, de gênero e geracionais presentes no debate sobre trabalho, Serviço Social e políticas sociais em consonância com a transversalidade proposta

Fonte: UFBA.

Elaboração da autora, 2022.

UFPE

Linha pesquisa

- 1) Estado, políticas sociais e ação do serviço social
- 2) Serviço social, trabalho e questão social
- 3) Serviço social, ação política e sujeitos coletivos
- 4) Serviço social, ética e direitos humanos
- 5) Capitalismo contemporâneo, questão agrária, urbana e ambiental
- 6) Relações sociais de gênero, geração, raça/etnia e sexualidades**

Fonte: UFPE.

Elaboração da autora, 2022.

UFAL

Linha pesquisa

- 1) Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social
- EMENTA:** comporta conteúdos sobre os impactos da reconfiguração das atividades econômicas no campo e na cidade. Divisão sexual do trabalho, condição social das mulheres e políticas públicas, violência de classe, gênero, raça/etnia e geração.
- 2) Trabalho, Política e Sociedade
 - 3) Direitos, Movimentos Sociais, Relações de Exploração Agrária, Urbana e de opressão

Fonte: UFAL.

Elaboração da autora, 2022.

UFRN

Linha pesquisa

- 1) Estado, sociedade, políticas sociais e direitos
 - 2) Serviço social, trabalho e questão social
 - 3) Ética, gênero, cultura e diversidade
- EMENTA:** estudos e pesquisas sobre cultura, em uma perspectiva histórico-crítica, considerando a dimensão ético-moral da vida social enquanto mediação entre o cotidiano e os projetos societários, na direção da construção de uma sociedade emancipada e os processos de resistência e luta pela valorização da diversidade humana em suas diferentes expressões: gênero, raça-etnia, orientação sexual, geração, dentre outras

Fonte: UFRN.

Elaboração da autora, 2022.

UEPB

Linha pesquisa
1) Serviço Social, Estado, Trabalho e Políticas Sociais
Ementa: a trajetória da construção da problemática do gênero, com especial atenção para as discussões centradas na diferenciação da situação de classe, racial/étnica, geracional e sexual, e como tais recortes incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho, na constituição de sujeitos políticos e na configuração das políticas sociais.
2) Gênero, Diversidade e Relações de poder

Fonte: UEPB.

Elaboração da autora, 2022.

UFPB

Linha pesquisa
1) Estado, direitos sociais e proteção social
2) Serviço social, trabalho e política social

Fonte: UFPB.

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

UFS

Linha pesquisa
1) Trabalho, formação profissional e serviço social
2) Políticas sociais, movimentos sociais e serviço social

Fonte: FSE.

Elaboração da autora, 2022.

UECE

Linha pesquisa
1) Serviço social, trabalho e políticas sociais
2) Estado, questão social e serviço social

Fonte: UECE.

Elaboração da autora, 2022.

Regional Centro-oeste**UNB**

Linha pesquisa
1) Política social, estado e sociedade
2) Classes, lutas sociais e direitos
3) Trabalho, questão social e emancipação
4) Exploração e opressão de sexo/gênero, raça/etnia e sexualidades
Ementa: a linha aborda as temáticas relacionadas às relações sociais de sexo/gênero, etnia/raça e sexualidades na sua relação consubstancial com as relações sociais de classe. Parte da compreensão de que as diferentes e particulares expressões da questão social são mediadas dialeticamente por tais

relações. Analisa as classes sociais estruturadas no antagonismo capital/trabalho e nas desigualdades constitutivas da sociedade racista, patriarcal e heterossexista, que produz e reproduz discriminações, preconceitos e violações de direitos. Apresenta o debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça e sexualidades de forma multideterminada

Fonte: UNB.

Elaboração da autora, 2022.

PUC/Goiás

Linha pesquisa
1) Teoria social e serviço social
2) Política social, movimentos sociais e cidadania

Fonte: PUC/Goiás.

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

UFMT

Linha pesquisa
1) Política Social e Direitos Sociais
2) Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Fonte: UFMT.

Elaboração da autora, 2022.

Regional Leste

PUC/Rio

Linha pesquisa
1) Trabalho, políticas sociais e sujeitos coletivos
2) Violência, direitos, serviço social e políticas intersetoriais
3) Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social
Ementa: Vem tratando sistematicamente das atuais formas de resistência social no espaço urbano com base na percepção de que a mobilização política deve implicar estratégias de resistência social que sejam capazes de enfrentar a distribuição desigual das ameaças ambientais, do ponto de vista das formas atuais de resistência social destacam-se aquelas ligadas às relações raciais

Fonte: PUC/Rio.

Elaboração da autora, 2022.

UFRJ

Linha pesquisa
1) Fundamentos da teoria social e política
2) Estado, classes e políticas sociais
3) Lutas sociais, estado, política social e serviço social
4) Trabalho, produção do conhecimento e serviço social
5) Estado, sociedade e direitos humanos
6) Temas urbanos e movimentos sociais

Ementa: as contribuições teóricas e metodológicas sobre a cidade; as transformações urbanas; os movimentos sociais e as representações sociais da territorialidade. Cidade e Políticas Públicas; Trajetórias, construções identitárias e desigualdades (de classe, religiosas, raciais/étnicas, de gênero e geracionais); redes sociais, família e sociabilidades.

Fonte: UFRJ.

Elaboração da autora, 2022.

UERJ

Linha pesquisa
1) Trabalho, relações sociais e serviço social
2) Questão social, políticas públicas e serviço social
3) Identidades, cultura, políticas públicas e serviço social
<p>Ementa: Direitos humanos, relações de gênero, geração, raça e etnia produção de desigualdades, incluindo classe social, geração, gênero, raça/etnia, religião e orientação sexual, bem como nas diferentes formas de violência e suas implicações para o serviço social; direitos sexuais e reprodutivos na contemporaneidade</p> <p>Formação de identidades no espaço educacional, nos espaços sócio-ocupacionais e das profissões o espaço educacional e sua interface com diferentes determinações como a da questão étnico-racial; a da educação sexista e discriminatória diante das diferentes expressões da sexualidade. Expressões contemporâneas da divisão sexual e étnico-racial do trabalho</p> <p>Relações de gênero, étnico/raciais, sexualidades e políticas públicas políticas e programas sociais relacionadas a gênero, às relações étnico-raciais e à sexualidade; políticas afirmativas e acesso de sujeitos não identificados como masculinos ou femininos às políticas sociais; políticas sociais e biopolítica</p> <p>Gênero, família e desigualdades sociais a relação entre estudos feministas/de gênero e estudos de família. Gênero, vulnerabilidade e desigualdade social. Intersecção das desigualdades de gênero, sexuais, étnico-raciais, de idade e geração nos estudos de família, políticas públicas e serviço social</p>

Fonte: UERJ.

Elaboração da autora, 2022.

UFF/PS

Linha pesquisa
1) Gênero, raça, identidade de gênero e política social
<p>Ementa: O objeto de estudo desta linha de pesquisa relaciona-se as questões de classe, relações de gênero, raça/etnia, e identidades de gênero, compreendidas nas suas diferentes intercessões geracionais e culturais</p>
2) Formação e trabalho profissional na política social
3) Avaliação de políticas de seguridade social
4) Avaliação de programas e projetos governamentais e não governamentais

Fonte: UFF/PS.

Elaboração da autora, 2022.

UFF/SSDR

Linha pesquisa
1) Desenvolvimento capitalista e formação social brasileira
2) Serviço social, políticas públicas e formação profissional

Ementa: Estudos sobre os resultados empíricos dessas transformações na intervenção profissional, enfocando as múltiplas expressões da questão social e suas respectivas formas de enfrentamento nas esferas do trabalho, gênero, raça/etnia, das diferentes formas de violência, da questão urbana e rural, porém resguardando a perspectiva de totalidade da análise; e o papel das classes sociais nas lutas sociais em geral e a inserção do serviço social nestas manifestações sociais

Fonte: UFF/SSDR.

Elaboração da autora, 2022.

EMESCAM

Linha pesquisa
1) Políticas de saúde, integralidade e processos sociais
2) Processos de trabalho, políticas públicas e desenvolvimento local
Ementa: Abrange os estudos sobre as relações das políticas públicas dirigidas aos distintos segmentos populacionais rurais (índios, quilombolas, pequenos proprietários rurais, empresários rurais) e urbanos – associados aos grandes projetos industriais -, focados na exportação de commodities (minério de ferro, aço, celulose) e a economia a eles associados, existentes no estado do espírito santo
3) Serviço social, processos sociais e sujeitos de direito
Ementa: Estuda também as relações Estado-sociedade no que concerne às políticas públicas, enquanto respostas do Estado às demandas sociais e a ação dos atores sociais nas lutas e movimentos por direitos de cidadania (civis, políticos, sociais, humanos, geracionais, de raças e etnias, de gênero e de livre orientação sexual); assim como sobre os processos de luta para a defesa e ampliação dos direitos e da democracia

Fonte: EMESCAM.

Elaboração da autora, 2022.

UFJF

Linha pesquisa
1) Políticas sociais e gestão pública
2) Serviço social e sujeitos sociais

Fonte: UFJF.

Elaboração da autora, 2022.

UFES

Linha pesquisa
1) Reprodução e Estrutura do Capitalismo Contemporâneo
2) Políticas sociais, subjetividade e movimentos sociais

Fonte: UFES.

Elaboração da autora, 2022

Regional Sul I

PUC/RS

Linha pesquisa
1) serviço social, direitos humanos, desigualdades e resistências
Ementa: estudos sobre políticas sociais voltadas a populações historicamente vulneráveis em termos de direitos humanos: povos negros, indígenas e quilombolas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e

transexuais, pessoas idosas, jovens, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, populações em situação de rua, mulheres, trabalhadores do campo e da cidade, povos refugiados e imigrantes

- 2) Serviço social, ensino e formação
- 3) Serviço social, seguridade social e políticas sociais
- 4) Serviço social, trabalho e processos sociais

Fonte: PUC/RS.

Elaboração da autora, 2022.

UCP

Linha pesquisa
<p>1) Estado, direitos sociais e política social</p> <p>2) Direitos humanos, segurança e acesso à justiça</p> <p>Ementa: Incluem em seu compromisso de pesquisa os enfoques raciais e de gênero e, no âmbito territorial, dialoga com perspectivas teóricas e empíricas latino-americanas, possuindo especial focalização no protagonismo dos municípios perante as políticas públicas de segurança, além das peculiaridades dos contextos de fronteira</p> <p>3) Questão social, sociabilidade e resistências políticas</p> <p>Ementa: Abarca temas que envolvem a questão social, relação Estado x sociedade civil, as diversas relações de violência e expropriação social e territorial, o espaço dos movimentos sociais contemporâneos, os processos de resistências e lutas sociais, o trabalho e as diferentes formas de produzir e viver expressas em outras economias, os reflexos do colonialismo e do patriarcado como formas de opressão, os conflitos urbanos e ambientais diante o padrão de sociabilidade do capital no contexto periférico</p>

Fonte: UCP.

Elaboração da autora, 2022.

UFSC

Linha pesquisa
<p>1) Direitos, sociedade civil, políticas sociais na América latina</p> <p>2) Serviço social, ética e formação profissional</p> <p>3) Questão social, trabalho e emancipação humana</p>

Fonte: UFSC.

Elaboração da autora, 2022

UFRS

Linha pesquisa
<p>1) Estado, Sociedade e Políticas Sociais</p> <p>2) Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional</p>

Fonte: UFRGS.

Elaboração da autora, 2022.

Regional Sul II

UNIFESP

Linha pesquisa

1) Serviço social e Questão Social e Política Social

Ementa: 1. Processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista: o significado social da profissão e sua divisão sócio técnica, sexual e étnico racial do trabalho. 1.1 Questão Social e Serviço Social: classe, raça e gênero na trama das relações sociais na particularidade brasileira. 1.2 Relações étnico raciais e desigualdades / Antirracismo e Serviço Social

2) Trabalho desigualdades sociais e opressões

Ementa: 2. As desigualdades sociais e exploração/opressão: suas determinações de classe, raça, etnia, gênero e enfoques geracionais e de sexualidades. 2.1 Divisão sociossexual e racial do trabalho e relações patriarcais de gênero e raça

Fonte: UNIFESP.

Elaboração da autora, 2022.

PUC/SP

Linha pesquisa

1) Serviço social: identidade, formação e prática

2) Política social: estado, movimentos sociais e associativismo civil

3) Assistência social e seguridade social

Fonte: PUC/SP.

Elaboração da autora, 2022.

UNESP

Linha pesquisa

1) Trabalho e sociabilidade capitalista

2) Serviço social, formação e trabalho profissional

3) Estado, políticas sociais e serviço social

Fonte: UNESP.

Elaboração da autora, 2022.

UEL

Linha pesquisa

1) Gestão de políticas sociais e serviço social e processos de trabalho

2) Serviço social e processos de trabalho

Fonte: UEL.

Elaboração da autora, 2022.

UNOESTE

Linha pesquisa

1) Fundamentos do Serviço Social e o Trabalho Profissional

2) Política Social – Fundamentos, Gestão e Análise

Fonte: UNOESTE.

Elaboração da autora, 2022.

APÊNDICE C - GRUPOS DE PESQUISA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL E GRUPOS DE PESQUISA QUE ABORDAM A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL EM SUAS EMENTAS

Regional Norte

UFAM

Grupo pesquisa
1) Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia
2) Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais Seguridade Social no Amazonas
3) Grupo de Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia
Ementa: Povos tradicionais, Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.
4) Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia
5) Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder
6) Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia
7) Grupo de Estudos e Pesquisa da Complexidade Amazônica
Ementa: A complexidade amazônica, a religação de saberes e práticas diversas; O modo de vida dos povos tradicionais (agricultores familiares e indígenas) com destaque aos do Baixo Amazonas
8) Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais

Fonte: UFAM.

Elaboração da autora, 2022.

UFT

Grupo pesquisa
1) Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional
2) Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos
3) Grupo de Estudos, Pesquisa extensão em Estado, Política Social e Serviço Social
4) Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética
5) Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias
6) Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Práxis e Questão Social

Fonte: UFT.

Elaboração da autora, 2022.

UFPA

Grupo de pesquisa
1) Grupo de pesquisa cidade, habitação e espaço humano

- | |
|--|
| <p>2) Grupo de pesquisa em políticas urbanas e movimentos sociais</p> <p>3) Grupo de estudos e pesquisas trabalho, estado e sociedade na Amazônia</p> <p>4) Grupo de estudos e pesquisa em serviço social, política social e formação profissional</p> <p>5) Grupo de estudos e pesquisas “sociedade, território e resistências na Amazônia</p> <p>6) Grupo de estudos e pesquisas: trabalho, direitos humanos e seguridade social</p> |
|--|

Fonte: UFPA.

Elaboração da autora, 2022.

UFAL

Grupo pesquisa
<p>1) Núcleo temático da criança e do adolescente</p> <p>2) Grupo de pesquisa redes, questões geracionais e políticas públicas</p> <p>3) Grupo de pesquisa estado, direito e capitalismo dependente</p> <p>4) Grupo de pesquisa e extensão políticas públicas, controle social e movimentos sociais</p> <p>5) Grupo de pesquisa políticas públicas e processos organizativos da sociedade</p> <p>6) Grupo de pesquisa em análise do discurso trabalho e serviço social</p> <p>7) Grupo de pesquisa sobre reprodução social</p> <p>8) Grupo de estudo e pesquisa em direito, justiça e sociedade</p> <p>9) Grupo de Pesquisa Frida Kahlo - Estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social</p> <p>Ementa: pesquisar sobre a violência contra as mulheres e suas interseccionalidade. Pesquisar sobre capitalismo, Patriarcado, racismo, sexismo e heteronormatividade. Estudar sobre a formação social e política do Brasil numa perspectiva de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade</p> <p>10) Grupo de estudos, pesquisa e extensão de políticas públicas e segurança alimentar e nutricional</p> <p>11) Grupo de pesquisa mercado de trabalho do serviço social/Pet conexões saberes</p> <p>12) Grupo de pesquisa e extensão gênero, diversidade e direitos humanos</p> <p>Ementa: os estudos e pesquisas do grupo visa promover e consolidar uma cultura que valorize a diversidade étnico-racial, a equidade de gênero, a diversidade sexual em vista a superação de opressões por questões étnico-raciais, de gênero, de classe social</p>

Fonte: UFPA.

Elaboração da autora, 2022.

Regional Nordeste

UECE

Grupo pesquisa
<p>1) Laboratório de estudo e pesquisa em direitos humanos, cidadania e ética</p>

Ementa: Estudo afro-brasileiro voltado ao estudo das relações étnico-raciais e suas intersecções as relações de classe social, gênero, família, geração, diversidade sexual, culturas, movimentos sociais, direitos humanos, políticas públicas e políticas de ação afirmativa

- 2) Grupo de estudos e pesquisas em políticas públicas e exclusão social
- 3) Laboratório de seguridade social e serviço social
- 4) Laboratório de pesquisas e estudos em serviço social
- 5) Centro de estudos do trabalho e ontologia do ser social
- 6) Laboratório de estudos e pesquisas em afro brasilidades, gênero e família
- 7) Núcleo de acolhimento humanizado às mulheres em situação de violência da universidade estadual do Ceará

Ementa: Contribuir com a divulgação de informações, pesquisas e estudos sobre os direitos das mulheres, as relações de gênero, a violência contra as mulheres e as diretrizes éticas e legais do nah e da rede de atendimento da cmb/ce e desenvolver estudos e pesquisas sobre a temática de gênero e da violência contra as mulheres, considerando as interseccionalidades de raça, classe, geração e diversidade sexual

- 8) Laboratório das artes e das juventudes

Fonte: UECE.

Elaboração da autora, 2022.

UFPB

Grupo de pesquisa

- 1) Grupo de estudos e pesquisas em análises de conjuntura, políticas sociais e serviço social
- 2) Setor de estudos em cidadania e teoria social
- 3) grupo de estudos e pesquisas em economia política e trabalho
- 4) Grupo de estudos e pesquisas em educação popular, serviço social e movimentos sociais
- 5) Setor de estudos e pesquisas em saúde e serviço social
- 6) Grupo de estudos e pesquisa sobre crianças, adolescentes, famílias e proteção social
- 7) Núcleo de estudos e pesquisas em políticas sociais

Fonte: UFPB.

Elaboração da autora, 2022.

UFRGN

Grupo de pesquisa

- 1) Grupo de estudo e pesquisa em trabalho, ética e direitos
- 2) Grupo de estudo e pesquisas em seguridade social e serviço social
- 3) Grupo de estudos e pesquisa em questão social, política social e serviço social
- 4) Grupo de estudos e pesquisa em trabalho, questão urbano-rural-ambiental, movimentos sociais e serviço social

Fonte: UFRGN.

Elaboração da autora, 2022.

UEPB

Grupo de pesquisa
1) Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais
3) Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social
4) Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social
5) Núcleo de pesquisa e extensão comunitária infanto-juvenil
6) Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero e Sexualidades

Fonte: UEPB.

Elaboração da autora, 2022.

UERG

Grupo de pesquisa
1) Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Sociais de Gênero e Feminismo
2) Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas
3) Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho e Lutas Sociais
4) Núcleo de estudo sobre criança e adolescente
5) Núcleo de estudo sobre e pesquisa sobre a terceira idade

Fonte: UERG.

Elaboração da autora, 2022.

Regional Centro-oeste**UFMT**

Grupo pesquisa
1) Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero
Ementa: A formação e o exercício profissional no enfrentamento ao heterossexismo, ao racismo e a LGBTIfobia ; Direitos humanos, políticas públicas e movimentos sociais pela diversidade de gênero, sexual e étnico-racial no Brasil e na América Latina
2) Política Social, Direitos Sociais e Serviço Social
3) Trabalho e Sociabilidade

Fonte: UFMT.

Elaboração da autora, 2022.

UNB

Grupo de pesquisa
1) Grupo de pesquisa sobre tráfico de pessoas, violência e exploração sexual de mulheres
2) Grupo de estudos e pesquisa gênero, política social e serviços sociais
Ementa: O grupo se aglutina em torno do estudo do impacto do gênero na política social e nos serviços sociais, numa perspectiva feminista, com especial atenção para as áreas de saúde, assistência social, previdência e trabalho. A articulação teórica entre pobreza, família, sexualidade, raça/etnia,

corpo e violência, bem como a análise das representações sociais e de perspectivas teóricas sobre gênero, política social e cidadania, são objetivos que norteiam as pesquisas

- 3) Grupo de estudos político-sociais
- 4) Grupo de pesquisa trabalho, educação e discriminação
- 5) Grupo de pesquisa democracia, sociedade civil e serviço social
- 6) Grupo de pesquisa núcleo de análise e avaliação de políticas públicas
- 7) Grupo de estudos e pesquisas sobre trabalho, sociabilidade e serviço social

Ementa: Realiza estudos e desenvolve pesquisas sobre o mundo do trabalho, as políticas sociais e o Serviço Social, considerando as transformações societárias recentes, as particularidades da realidade brasileira e as múltiplas manifestações da questão social, que repercutem diretamente nas formas de sociabilidade, pautadas nas dimensões de classe social, gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e na relação Estado e Sociedade

- 8) Grupo de estudos e pesquisa sobre comunicação pública, Assistência Social e Serviço Social
- 9) Grupo de pesquisa núcleo de estudos e pesquisas sobre fundo público, orçamento, hegemonia e política social
- 10) Grupo de estudos marxistas e pesquisas em política social e trabalho
- 11) Grupo de estudos e pesquisa sobre maternidade, parentalidade e sociedade
- 12) Mercados&Comidas : núcleo de estudos das políticas de abastecimento alimentar e segurança alimentar e nutricional
- 13) Grupo de estudos e pesquisa em saúde, sociedade e política social
- 14) grupo de pesquisa sobre raça juventude e violência

Ementa: O grupo vem abrigando, desde sua organização informal, estudantes de graduação, mestrado e doutorado, além de profissionais das áreas de interesse comum, realizando também eventos como seminários e rodas de conversa para a expansão do debate sobre os temas de interesse

Fonte: UNB.

Elaboração da autora, 2022.

PUC/Goiás

Grupo de pesquisa
1) Grupo de estudo e pesquisa em teoria social e fundamentos do serviço social
2) Infância, adolescência e políticas públicas
3) Grupo de estudos feministas
4) Consciência e alienação: um estudo sobre movimentos sociais e manifestações populares
5) Infância, família e sociedade

Fonte: PUC/Goiás.

Elaboração da autora, 2022.

Regional Leste

PUC/Rio

Grupo de pesquisa
<p>1) Trabalho, políticas públicas e serviço social</p> <p>Ementa: temas como fundamentos do trabalho, trabalho e questão social, trabalhadores, classes sociais, movimentos sociais, sindicalismo, trabalho e gênero/raça/etnia, raça e diversidade sexual, saúde do trabalhador, trabalho do assistente social, espaços socio-ocupacionais do assistente social, políticas sociais, políticas públicas, história social do trabalho, trabalho e formação profissional, fundamentos do Serviço Social, lutas e resistência da classe trabalhadora dentre outros, são desenvolvidos pelos pesquisadores e estudantes participantes do grupo de pesquisa</p> <p>2) núcleo de estudos em saúde e gênero</p> <p>3) famílias, violência e políticas públicas</p> <p>4) infância, juventude e participação cidadã</p> <p>5) violência, infância e juventude na América latina</p> <p>6) estado, sociedade, políticas e direitos sociais</p> <p>7) política de ação afirmativa e reconhecimento</p> <p>Ementa: estudar e analisar, numa perspectiva interdisciplinar, questões referentes às políticas de reconhecimento e ações afirmativas, suas formas de constituição, implementação, os impactos na vida dos sujeitos beneficiários e das instituições e a atuação dos movimentos sociais inseridos nesse cenário</p> <p>8) grupo de pesquisa laboratório de estudos urbanos e socioambientais</p> <p>9) grupo de pesquisa interdisciplinar de pesquisa e estudos socioambientais e comunitários</p>

Fonte: PUC/Rio.

Elaboração da autora, 2022.

UFJF

Grupo de pesquisa
<p>1) Serviço social, movimentos sociais e políticas públicas</p> <p>2) Questão social, território e serviço social: segregação sócio-territorial-racial e lutas sociais</p> <p>3) Grupo de estudo e pesquisa em “sexualidade, gênero, diversidade e saúde: política e direitos</p> <p>Ementa: Propõe-se pensar teórica e estrategicamente o enfrentamento ao sexismo, LGBTfobia, racismo e de contribuir para a formação acadêmica e de educação permanente de suas/seus trabalhadoras/es e o trato com a população usuária nas suas diferentes expressões de sujeitos de direitos, com seus corpos, desejos, sexualidades, gêneros, raças e outros marcadores sociais</p> <p>4) Grupo de estudos e pesquisas dos fundamentos do serviço social</p> <p>5) Grupo de pesquisa em teoria social e crítica da economia política</p>

Fonte: UFJF.

Elaboração da autora, 2022.

UFES

Grupo pesquisa
<p>1) Grupo de Estudos em Políticas Públicas Fênix</p> <p>2) Grupo de Estudo Fundamentos da teoria social crítica, Serviço Social e Política Social</p> <p>3) Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis</p>

- 4) Estudos marxistas sobre a dependência – Coletivo Anatólia de Melo
- 5) Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo
- 6) Núcleo de Estudos de Violência e Segurança Pública
- 7) Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais
- 8) Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento Ativo e Assessoramento à Pessoa Idosa
- 9) Núcleo de Estudos sobre o Trabalho

Ementa: Estuda as condições de trabalho em segmentos específicos (mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas que sofrem discriminação racial, portadores de necessidades especiais, ambulantes e informais em geral)

Fonte: UFES.

Elaboração da autora, 2022.

UFF/SSDR

Grupo pesquisa
1) Núcleo de estudos dos fundamentos do serviço social
2) Contribuições categoriais da herança lukacsiana para a debate ídeo-teórico do serviço social
3) Grupo de pesquisa sobre política social e desenvolvimento

Fonte: UFF.

Elaboração da autora, 2022.

UFF/PS

Grupo de pesquisa
1) Núcleo de pesquisa histórica sobre proteção social / centro de referência documental
2) Núcleo transdisciplinar de estudos de gênero
3) Núcleo de avaliação e análise de políticas sociais
4) Núcleo de pesquisa sobre direitos humanos, sociais e cidadania
Ementa: Procura-se articular e integrar pesquisa, estudos, programas, projetos e ações desenvolvidos na área de direitos humanos e sociais, com ênfase para ética, violência social e doméstica, saúde, gênero, infância, adolescência, juventude, deficiência, idosos e assistência, desenvolvidos por entidades, grupos e pessoas nas diversas áreas do conhecimento, de forma a colaborar com a organização de intercâmbio entre as várias iniciativas que são desenvolvidas nestas áreas, objetivando a capacitação de pessoas e a construção de uma rede que dê mais visibilidade a estas intervenções; além de executar as tarefas iniciais voltadas para a realização de um trabalho efetivo na Área de Direitos humanos
5) Grupo interdisciplinar de estudo e pesquisa em cotidiano e saúde

Fonte: UFF.

Elaboração da autora, 2022.

UFRJ

Grupo de pesquisa
1) Núcleo de estudos Cultura Urbana, Sociabilidade e Identidades Sociais
2) Núcleo Estudos e Pesquisas Marxistas

- 3) Núcleo de Estudos Marxistas sobre Política, Estado, Trabalho e Serviço Social
- 4) Núcleo de Estudos e pesquisa sobre Família(s), Infância e Juventude
- 5) Núcleo de pesquisa e extensão Favela e Cidadania
- 6) Núcleo de estudos e pesquisa sobre Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade
- 7) Estudos sobre Marxismos, Teoria Crítica e Subjetividades
- 8) Núcleo de Políticas de Prevenção da Violência, Acesso à Justiça e Educação em Direitos Humanos
- 9) Laboratório interdisciplinar de estudos e intervenção Políticas Públicas de Gênero
- 10) Núcleo de estudos e pesquisas sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social
- 11) Núcleo de Políticas Públicas, Identidades e Trabalho
- 12) Núcleo de pesquisa e extensão Políticas Públicas, Território, Lutas Sociais e Serviço Social
- 13) Laboratório de pesquisas em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade
- 14) Laboratório de estudos sobre Proteção Social e Trabalho
- 15) Laboratório Questão Agrária em Debate
- 16) Laboratório Religião, Gênero, Ação Social e Política
- 17) Grupo de pesquisa Sociabilidades Urbanas Espaços Públicos e Mediação de Conflitos
- 18) Núcleo de pesquisa sobre Políticas de Prevenção da Violência, de Acesso à Justiça e Educação em Direitos Humanos
- 19) Núcleo de pesquisa Psicanálise e Sociedade
- 20) Grupo de estudos e pesquisa sobre Pesquisas Marxistas em Política Social
- 21) Laboratório de pesquisa e extensão Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva
- 22) Laboratório de pesquisa e extensão Carlos Nelson Coutinho

Fonte: UFRJ.

Elaboração/autora, 2022.

Regional Sul I

UFRS

Grupo de pesquisa
1) Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho
2) Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais
3) Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais
4) Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social
5) Centro de Documentação e Pesquisa em Saúde do Trabalhador
6) Grupo de pesquisa Marx, Platão e a Dialética

- | |
|---|
| <p>7) Grupo de pesquisa Saúde, Gênero e Vulnerabilidade</p> <p>8) Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas</p> |
|---|

Fonte: UFRGS.

Elaboração da autora, 2022.

UFSC

Grupo de pesquisa
1) Direitos humanos, pluralismo e democracia
2) Núcleo de estudos da criança, adolescente e família
3) Núcleo de estudos e pesquisas estado, sociedade civil e políticas públicas e serviço social
4) Núcleo de estudos em serviço social e organização popular
5) Núcleo de pesquisa interdisciplinar sociedade, família e política sociais
6) Núcleo interdisciplinar de estudos e pesquisas em saúde, sexualidades e relações de gênero
<p>Ementa: A partir de 2019, a coordenação passou para a Prof.^a Dra. Luciana Patricia Zucco, havendo a mudança de nome para: “núcleo interdisciplinar de estudos e pesquisas em saúde, sexualidades e relações de gênero” /nusserge. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo dos estudos feministas e de gênero, com destaque às áreas de gênero e suas interseccionalidades – identidade de gênero, sexualidade, raça/etnia, classe, gerações, entre outras</p>
7) Grupo de estudos e pesquisas em serviço social
8) Núcleo de estudos e pesquisas sobre profissões e instituições
9) Núcleo de estudos e pesquisa: trabalho, questão social e América latina
10) Grupo de estudos e pesquisa trabalho e política social na América latina

Fonte: UFSC.

Elaboração da autora, 2022.

UNOESTE

Grupo pesquisa
1) Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade
2) Grupo de estudos e pesquisa em serviço social clínico, Logoterapia e Terapeutica Filosofica
3) Grupo de Pesquisa e Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais da Criança e do Adolescente
4) Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional
5) Desenvolvimento, Trabalho e Gênero
6) Fundamentos em Serviço Social: Trabalho e Questão Social
7) Grupo de pesquisa em Secretariado Executivo Bilíngüe
8) Transporte, logística e modelagem de sistemas
9) Grupo de Estudo e Pesquisa Marxista

Fonte: UNOESTE.
Elaboração da autora, 2022.

PUC/RS

Grupo de pesquisa
1) Grupo de pesquisa adultos, jovens e educação no contemporâneo
2) Grupo de estudos gestão social e formação em serviço social
3) Grupo de pesquisa filosofia sistemática: dialética e filosofia do direito
4) Grupo de pesquisa formação, ética e pesquisa em educação
5) Grupo de estudos de paz
6) Grupo de pesquisa sobre cotidiano, trabalho e teorias do discurso
7) Grupo de estudos sobre teoria marxiana, trabalho, ensino e políticas públicas
8) Grupo de pesquisa: desenvolvimento econômico, humano e meio ambiente
9) Grupo de pesquisa em economia do bem estar social
10) Grupo de estudos e pesquisa em violência
11) Núcleo de estudos em políticas e economia social
12) Núcleo de estudos e pesquisa em violência, ética e direitos humanos
13) Núcleo de estudos e pesquisa sobre trabalho, saúde e intersectorialidade
14) Núcleo de estudos sobre gestão, formação e território
15) Núcleo de educação, cultura, ambiente e sociedade
16) Núcleo de estudo em organizações, segurança pública e cidadania

Fonte: PUC/RGS.
Elaboração da autora, 2022.

Regional Sul II

PUC/SP

Grupo de pesquisa
1) Núcleo de estudos e pesquisas sobre criança e adolescente
Ementa: Fomenta a produção de conhecimentos no âmbito da pós-graduação, em articulação com outras instâncias e áreas, inter e extra academia, de maneira a contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais e da violação de direitos de crianças, adolescentes, jovens e famílias, considerando classe social, gênero, raça/etnia e diversidade sexual
2) núcleo de estudos e pesquisas sobre política social
3) núcleo de estudos e pesquisas em seguridade e assistência social
4) núcleo de estudos e pesquisas sobre trabalho e profissão
5) núcleo de estudos e pesquisa sobre identidade

- 6) núcleo de estudos e pesquisas sobre família
- 7) núcleo de estudos de aprofundamento marxista
- 8) núcleo de estudos e pesquisa sobre ensino e questões metodológicas
- 9) núcleo de estudos e pesquisa em ética e direitos humanos
- 10) núcleo de estudos e pesquisas sobre movimentos sociais
- 11) centro de estudos das desigualdades sócio-territoriais cidades e territórios

Fonte: PUC/SP.

Elaboração da autora, 2022.

UNIFESP

Grupo de pesquisa
<p>1) Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero</p> <p>2) Núcleo de Pesquisa e Extensão: Violência de Estado, Direitos Humanos e Educação Popular</p> <p>3) Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti: Gênero, Sexualidades e Feminismos</p> <p>Ementa: Analisar a estreita relação entre dominação de gênero/raça e exploração capitalista de classe; compreender a construção social das sexualidades e dos gêneros, e estudar os mecanismos por meio dos quais está construção social se “legitima” nas instituições, hierarquizando relações</p> <p>4) Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares</p> <p>Ementa: Organiza-se em torno de 04 eixos de investigação teórica: 1. Racismos, antirracismos e pensamento social, com abordagem história e sociológica para estudar o surgimento e as diferentes manifestações do racismo moderno bem como as vertentes teóricas e políticas antirracistas contemporâneas; 1. 2 Racismo e Universidade, que estuda a falta de políticas públicas voltadas à população negra, desde a abolição, impedindo o acesso desta ao ensino; 1.3 Saúde da população negra e políticas de promoção da equidade, que, numa perspectiva teórico-metodológica interdisciplinar, busca compreender as influências das desigualdades raciais e de gênero sobre o viver, adoecer e morrer das populações negras brasileiras; 1. 4 Movimentos sociais e feminismo negro, que analisa a opressão machista no interior do Movimento Negro e a exploração de classe das mulheres negras dentro do feminismo hegemônico, levando-as às suas organizações autônomas e reconhecendo a existência de um Feminismo Negro com suas pautas próprias</p> <p>5) Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade Punitiva, Justiça Criminal e Direitos Humanos</p> <p>Ementa: Estudo da criminologia crítica e do abolicionismo penal, a partir de uma análise do crime, da sociedade de controle, das formas punitivas, dos direitos humanos, do Estado penal e sua relação com o sistema de produção vigente (considerando as relações de classe, gênero e raça/etnia)</p> <p>6) Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão de Famílias e Políticas Públicas</p> <p>7) Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitanas em Política Social e Serviço Social</p> <p>8) Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Trabalho em Saúde</p> <p>9) Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Famílias</p> <p>Ementa: Desenvolve estudos e pesquisas sobre as políticas sociais e direitos humanos de crianças e adolescentes. Promove atividades de extensão e desenvolve intercâmbio com grupos de estudos e</p>

pesquisa e promove articulação com os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, visando combater o racismo e enfrentar as violações contra criança, adolescente e família

10) Grupo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social: Ética, Trabalho e Formação

Ementa: estudar e pesquisar a questão social e Serviço Social: fundamentos e configurações atuais; a relação questão social, classe, raça/etnia, gênero e as lutas sociais

11) Grupo de Estudos e Pesquisas: Mundo do Trabalho, Serviço Social e Saúde do/a Trabalhador/a

12) Grupo de Estudos Teoria Social de Marx e Serviço Social

Fonte: UNIFESP.

Elaboração da autora, 2022.

UNESP

Grupo de pesquisa

- 1) Grupo de pesquisa dimensão educativa no trabalho social
- 2) Grupo de estudos e pesquisa formação profissional em serviço social
- 3) Grupos de estudos e pesquisas sobre famílias
- 4) Grupo de pesquisa envelhecimento, políticas públicas e sociedade
- 5) Grupo de estudo e pesquisa sobre o serviço social na área da educação
- 6) Grupo de pesquisa gestão socioambiental e a interface com a questão social
- 7) Grupo de pesquisa prática de pesquisa: perspectivas contemporâneas
- 8) Grupo de pesquisa estudos e pesquisas sobre política de saúde e serviço social
- 9) Grupo de pesquisa em direito e mudança social
- 10) Grupo de pesquisa mentalidades e trabalho: do local ao global
- 11) Grupo de pesquisa gestão escolar democrática, trabalho em rede e qualidade na educação
- 12) Grupo de estudo e pesquisa sobre participação nas políticas sociais

Fonte: UNESP.

Elaboração da autora, 2022.